

EQUIPES DE NOSSA SENHORA – ENS

EQUIPE RESPONSÁVEL INTERNACIONAL - ERI

Equipe Satélite de Formação Cristã

CURSO/ALBERGUE DE ECLESIOLOGIA

DOCUMENTOS CONSULTADOS PARA PREPARAÇÃO DESTE CURSO/ALBERGUE

AA	Apostolicam Actuositatem (Decreto do Concílio Vaticano II, sobre o Apostolado dos Leigos, 1965)
AD	Ad Gentes (Decreto do Concílio Vaticano II, sobre a atividade missionária da Igreja, 1965)
CD	Christus Dominus (Decreto do Concílio Vaticano II, sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja, 1965)
CIC	Catecismo da Igreja Católica
DAp	Documento de Aparecida
DV	Dei Verbum (Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II, sobre a Revelação Divina, 1965)
EG	Exortação Apostólica Evangelii Gaudium
EV	Evangelium Vitae (Carta Encíclica de João Paulo II, sobre o valor e inviolabilidade da vida humana, 1995)
GS	Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no Mundo de Hoje
LG	Lumen Gentium (Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II, sobre a Igreja, 1964)
MR	Missal Romano
PO	Presbyterorum Ordinis (Decreto do Concílio Vaticano II, sobre o Ministério e Vida dos Presbíteros, 1965)
SC	Constituição Dogmática Sacrosanctum Concilium sobre a Sagrada Liturgia
UR	Unitatis Redintegratio (Decreto do Concílio Vaticano II, sobre o Ecumenismo, 1964)
UUS	Ut Unum Sint (Carta Encíclica, João Paulo II, sobre o Empenho Ecumênico, 1995)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	3
MESA 1 Eclesiologia: o que é e sua evolução.....	9
MESA 2 O povo de Deus no Antigo Testamento.....	21
MESA 3 O povo de Deus no Novo Testamento.....	25
MESA 4 A Igreja e os Concílios.....	33
MESA 5 <i>LUMEN GENTIUM</i>	51
MESA 6 Imagens da Igreja	61
MESA 7 Maria, Mãe da Igreja	78
MESA 8 Ser Igreja hoje, e a eclesiologia da Papa Francisco	86
ANEXO “Creio na Santa Igreja”	106
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA E CITADA	120

CURSO/ALBERGUE DE ECLESIOLÓGIA

INTRODUÇÃO GERAL

*“O visível da Igreja vive do invisível; é marcado, formado, dominado pelo invisível. A Igreja é, portanto, na sua essência, mais do que aquilo que visivelmente aparece: não apenas um povo ou população, mas um povo eleito; não só um corpo, mas um corpo misterioso; não um edifício qualquer, mas um edifício espiritual”.*¹

Ao iniciar este curso/albergue, vem à mente as palavras do Concílio Vaticano II, que, precisamente no documento sobre a Igreja, *Lumen Gentium* (LG, 9), diz:

“Em todo tempo e lugar é agradável a Deus quem teme e pratica a justiça (cf. At 10,35). Quis, contudo, o Senhor santificar e salvar os homens, não individualmente nem isolados entre si, mas constituir com eles um povo que o conhece na verdade e o serve santamente”.

Essa experiência de não nos sentirmos isolados e de estarmos numa relação intimista com Deus nos faz voltar os olhos para Ele e aprender que a experiência da Igreja, na qual alguns estão acomodados – mas, também, na qual muitos sofrem de alguma forma, ou não entendem o que está acontecendo –, necessita ser aprofundada, mais bem conhecida e mais amada.

Somos um povo que caminha na história pretendendo conhecer a missão de Jesus. E, na realidade, grande parte dos que pretendem ser cristãos, mas prescindindo da Igreja, fazem isso com base em experiências não discernidas ou pouco amadurecidas, e que, na medida em que são abordadas e analisadas, os convidam a redescobrir a identidade da verdadeira Igreja e a importância de pertencer a ela.

Com o Papa Francisco temos consciência de um novo ardor pela evangelização e pelo papel que cabe a Igreja. Abre-se passagem para um novo período da história

¹ KÜNG, Hans. **A igreja**. Lisboa: Moraes Editores, 1970, p. 59; KÜNG, Hans. **O que deve permanecer na Igreja**. Petrópolis: E. Vozes. 1976.

com desafios e exigências, caracterizado pelo desconcerto generalizado que se propaga por novas turbulências sociais e políticas; pela difusão de uma cultura distante e hostil à tradição cristã; pela emergência de variadas ofertas religiosas, que tratam de responder, à sua maneira, à sede de Deus que manifestam os povos.

A Igreja – que somos todos nós – está chamada a repensar profundamente e a relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias enfrentadas pela humanidade de hoje.

Sabemos que este curso/albergue é uma oportunidade de reflexão para o casal sobre a nossa Igreja, que se insere num longo caminho que foi empreendido por ela desde sua origem, sempre procurando discernir sobre o modo e a intensidade de realizar o anúncio evangelizador à toda pessoa humana.

Esse caminho ou processo, que não esteve livre de sombras e tensões devido às distintas interpretações sobre a maneira de ser Igreja, influiu na formação da consciência eclesial de inúmeros cristãos. E certamente na formação da consciência de cada um de nós em particular.

Deve-se esclarecer que o conteúdo, que está neste curso/albergue, é muito amplo e, portanto, necessita que elementos mais fundamentais sejam selecionados. Para tanto, achamos interessante estabelecer algumas premissas que foram úteis na seleção destes elementos, e que também poderão ser úteis para os casais desejosos de discernir e participar cada vez mais da missão de nossa Igreja.

Partimos da premissa de que não sabemos o que é Eclesiologia, e assim nos colocamos na situação de participantes atentos a aprender. Em seguida, avançamos para remontar às origens bíblicas da Igreja e assim poder comprehendê-la melhor, e como por meio dos diferentes Concílios passou a ser entendida e praticada. Finalmente, voltaremos ao momento atual para descobrir seu papel e importância para a construção do Reino de Deus.

Este curso é dirigido a casais para que evoluam na sua fé, esperança e caridade dentro da Igreja una, santa, católica, apostólica. A Igreja é descrita na *Lumen Gentium* (LG, 8) como sinal e sacramento de salvação, ou seja, torna visível na história uma realidade invisível: a íntima união com Deus e a unidade de todo o gênero humano.

O conceito clássico de Igreja – “congregação de todos os batizados, unidos na mesma fé verdadeira, no mesmo sacrifício e nos mesmos sacramentos, sob a autoridade do Sumo Pontífice e dos bispos em comunhão com ele” – é uma consideração sob um ponto de vista externo, jurídico e que, portanto, enfraquece muito a sua realidade.

Assim como o homem é mais do que seu corpo físico, a Igreja é infinitamente mais do que uma mera organização exterior e visível. O que torna o homem um ser humano é a alma, e é a alma da Igreja que a torna um organismo vivo, um mistério.

Assim como a graça santificante dá à alma a vida sobrenatural, o Espírito Santo dá à Igreja a sua perene vitalidade – “o que o nosso espírito, quer dizer, a nossa alma, é em relação aos nossos membros, assim é o Espírito Santo em relação aos membros de Cristo, ao corpo de Cristo que é a Igreja”.

O estudo da Igreja nos convoca, também, a uma evangelização mais profunda, a uma atividade pastoral mais eficaz, ou seja, a OUSAR O EVANGELHO. Enfim, somos chamados a “crer com as mãos”.

No entanto, neste trabalho pastoral encontramos muitas dificuldades, principalmente relacionadas com a aceitação da Igreja, de sua hierarquia e de suas leis. Dentre os vários obstáculos encontrados podemos destacar:

- Alguns afirmam que a Igreja não está conseguindo acompanhar a evolução do mundo moderno, porque sua mensagem está ultrapassada; acusam-na de moralismo, legalismo, etc.
- Outros confundem “a Igreja” com o “pessoal da Igreja” e criticam-na baseados em atitudes pessoais e individuais de muitos clérigos ou mesmo de leigos, membros das diversas pastorais.
- Vivemos a época da comunicação e, neste contexto, a Igreja não está conseguindo passar seus valores, enquanto que os meios de comunicação difundem seus “contravalores” com muita facilidade e agilidade, e conseguem resultados surpreendentes.
- Na tentativa de difundir e/ou atualizar sua mensagem, o “pessoal da Igreja”, muitas vezes, enfraqueceu ou deturpou o conteúdo evangélico da Igreja de Cristo.

- A atuação dos leigos na Igreja, embora amplamente enfatizada e valorizada no Concílio Vaticano II, é ainda ambígua. Ora os leigos são valorizados como ajudantes do clero, e a sua formação é estimulada, ora afirma-se que estão procurando se aprofundar para “tomar o lugar do padre”.

Em vista desses variados problemas que aparecem de todos os lados, somos chamados a entender melhor esta realidade chamada Igreja de Cristo:

- A Igreja, realização do plano eterno de Deus Pai, fundada no tempo por Deus Filho e continuamente santificada por Deus Espírito Santo.
- A Igreja, Povo de Deus, Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo.
- A Igreja, divina e humana, celestial e terrena, visível e invisível, atual e futura.
- A Igreja santa, composta na terra por pecadores.
- A Igreja visível, germe e princípio do Reino de Deus, que chegará à plenitude no “final dos tempos”.
- A Igreja continuadora da missão do Verbo Encarnado.
- A Igreja sacramento universal de salvação dos homens.
- A Igreja, sociedade hierarquicamente presidida pelo Romano Pontífice (o Papa) e os bispos; constituída por clérigos e leigos, o “Novo Povo de Deus”.
- A Igreja “Povo santo e pecador”...

Todos estes aspectos constituem a Igreja de Jesus Cristo, mistério de comunhão dos homens entre si e com Deus, que na Sua infinita bondade quis oferecer-nos gratuitamente este instrumento de salvação.

Isto é a Igreja: Cristo presente entre nós; Deus que vem até a humanidade para a salvar, chamando-a com sua revelação, santificando-a com a sua graça, amparando-a com a sua ajuda constante, tanto nos pequenos como nos grandes combates da vida cotidiana.

Como vimos, estudar a Igreja comporta muitos temas, e alguns deles necessitam obrigatoriamente serem aprofundados, porque exigem informação, conhecimento, razão, mas, e especialmente, meditação/reflexão. Não é um estudo da história da Igreja, de sua hierarquia, de seu poder temporal. É fundamentalmente um mistério que deve ser explorado à luz da fé.

Assim, optamos por organizar este albergue/curso em torno de oito eixos temáticos que são:

1. Eclesiologia: o que é e sua evolução
2. O povo de Deus no Antigo Testamento
3. O povo de Deus no Novo Testamento
4. A Igreja e os Concílios
5. *Lumen Gentium*
6. Imagens da Igreja
7. Maria, Mãe da Igreja
8. Ser Igreja, hoje e a eclesiologia do Papa Francisco

MESA 1 – ECLESIOLÓGIA: O QUE É E SUA EVOLUÇÃO

Iniciaremos, a partir desta Mesa, o estudo sobre eclesiologia. Mas, por que estudar a eclesiologia?

A Igreja não surgiu ao acaso, muito menos é obra do homem: ela é um projeto Trinitário, isto é, foi pensada ou planejada desde toda a eternidade pelas Três Pessoas da Santíssima Trindade – ela existe pelo desígnio amoroso do Pai Eterno, foi inaugurada, no tempo, por Jesus Cristo e é constantemente vivificada pelo Espírito Santo.

Para nós, seres humanos, o desenvolvimento deste grande projeto divino constitui-se a História da Salvação – “*Historia Salutis*” – fruto da misericórdia de Deus para oferecer aos homens a libertação dos seus pecados e a Bem-Aventurança Eterna.

Esta História da Salvação iniciou-se no momento da queda de Adão e Eva (pecado original), passou pela eleição de Israel como povo de Deus, alcançou seu ápice no Mistério Pascal de Jesus Cristo e prossegue o seu curso até se completar no final dos tempos, com a instauração definitiva do Reino de Deus, quando “Deus será tudo em todos” (1Cor 15,22-28).

Nesta História da Salvação, a Igreja, por vontade divina, exerce papel primordial, tanto que se denomina de “tempo da Igreja” àquele tempo que vai da sua fundação por Cristo (Pentecostes) até a futura consumação no final dos séculos, isto é, o tempo em que estamos vivendo.

1.1- A palavra “Igreja”

Etimologicamente, “igreja” é um termo proveniente do grego – “*ekklesia*”, que por sua vez traduz a palavra hebraica “*qahal*”, que pode significar tanto “assembleia convocada” como “assembleia reunida”.

No texto grego do Antigo Testamento (versão dos Setenta ou Septuaginta) é um termo frequentemente usado para designar a assembleia do povo eleito na presença de Deus, sobretudo quando se tratava da congregação no Sinai. A palavra foi empregada no Antigo Testamento para assinalar Israel como comunidade santa, povo de Deus (Ex 19,3-6).

O Novo Testamento recolhe o duplo significado original e dá ao termo seu sentido definitivo que identifica a nova comunidade dos santos, como o novo Povo de Deus redimido por Cristo, como a assembleia constituída pelos que respondem à chamada universal de Deus para o seu Reino e a sua glória (1Ts 2,12). Quando a primeira comunidade cristã se designa com o nome de “**ekklesia**”, de algum modo, se reconhece como herdeira daquela assembleia do Antigo Testamento.

Os primeiros cristãos também utilizaram a palavra “**igreja**” para designar as diferentes comunidades locais (Jerusalém, Corinto, Éfeso, etc.), além de designar o conjunto de todos os cristãos espalhados pelo mundo. “A Igreja é o povo que Deus reúne no mundo inteiro. Ela existe nas comunidades locais e realiza-se como assembleia litúrgica, sobretudo eucarística”.

O estudo da Igreja de maneira específica é recente na História da Igreja. Não havia essa disciplina entre as matérias teológicas. Não se encontra em nenhum dos grandes teólogos da Antiguidade e da Idade Média um estudo especial sobre a Igreja.

Hoje, podemos definir a Eclesiologia (do grego **ekklesia** e **logos**) como o ramo da teologia cristã que trata da doutrina da Igreja: seu papel na salvação, sua origem, sua disciplina, sua forma de se relacionar com o mundo, seu papel social, as mudanças ocorridas, as crises enfrentadas, suas doutrinas, a relação com outras denominações e sua forma de governo.

Considera-se como inaugurador da Eclesiologia o tratado “*De regimine christiano*”, de Tiago Viterbo (1301-1302). Porém, foi a partir do século XVI, devido às questões levantadas pela Reforma Luterana, que surgem vários trabalhos escritos para defender que a Igreja Católica é a verdadeira Igreja. Em geral, esses estudos se baseiam em três tipos de argumentos:²

- a) **Histórico:** a Igreja Católica é a única que surge na história continuamente como sociedade una, visível, hierárquica e seu chefe é o único sucessor de Pedro.
- b) **Caráter:** só a Igreja Católica possui as quatro notas dadas por Cristo: unidade, catolicidade, santidade e apostolicidade.

² PIÉ-NINOT, Salvador. **Introdução à Eclesiologia**. São Paulo: Loyola, 4^a ed., 2008.

- c) **Empírico:** a existência mesma da Igreja é como um milagre, pois, apesar de todos os seus erros, sobreviveu na história, o que prova sua sustentação divina.

Entretanto, é depois do Concílio Vaticano I, em 1870, que se fortalece definitivamente a Eclesiologia como uma disciplina específica dentro da Teologia. Esse Concílio foi o que definiu como dogma o primado e a infalibilidade do Papa, o que levantou uma série de questões (inclusive rupturas) dentro da Igreja e que, talvez exatamente por isso, forçou os teólogos a repensar a Igreja.

O que se pode constatar, é que predominou uma concepção de Igreja centralizada na hierarquia, que se percebe até hoje quando se ouve falar, por exemplo: “A Igreja defende tal posição...”. “Igreja”, nesse sentido, quer dizer a hierarquia – o Papa, os bispos, os vigários. Essa ideia é muito antiga e a encontramos, em 1601, em Roberto Belarmino:³

“É a comunidade dos homens reunidos mediante a profissão da verdadeira fé, a comunhão dos mesmos sacramentos, sob o governo dos legítimos pastores e, principalmente, do único vigário de Cristo sobre a terra, o romano pontífice (...)”

Para que alguém possa ser declarado membro dessa Igreja verdadeira, da qual falam as Escrituras, não é necessário que se peça nenhuma virtude interior. Basta a profissão de fé exterior e da comunhão dos sacramentos, coisa que é fácil de ser percebido. Desse modo, a igreja é uma comunidade (*coetus*) de homens tão visíveis e palpáveis quanto a comunidade do povo romano, ou o reino de França, ou a república de Veneza.

Outro exemplo é essa famosa frase de Pio X, de 1906:

“Só na hierarquia residem o direito e a autoridade necessários para promover e dirigir todos os membros para o fim da sociedade. Quanto à multidão, não possui outro direito senão o de deixar-se conduzir e, docilmente, seguir os seus pastores”.

³ BELLARMINO, R. **De controversis Christianae fidei adversus nostri temporis haereticos, tll: Prima controvérsia generalis.** Livro III: De Ecclesia militante, caput II: De definicione Ecclesia, p. 137-138.

1.2- Fundamentação bíblica

O desígnio do Pai de salvar todos os homens pela Igreja (por Cristo, no Espírito Santo) tem as seguintes etapas históricas:

- a) No começo do mundo: a prefiguração;
- b) Na história de Israel: a preparação;
- c) No tempo de Cristo: a inauguração ou nascimento;
- d) No final dos tempos: a consumação.

Os mais importantes marcos preparatórios da Igreja são as duas alianças realizadas por Deus com Abraão e Moisés. Na primeira, estabelecida por volta de 1850 A.C, o Senhor promete a Abraão torná-lo pai de um grande povo, que será bendito entre as nações (Gn 12,1-3; 17,1-8); mediante a segunda, realizada com Moisés no Sinai, cerca de 600 anos depois, Israel converte-se no “povo de Deus” (Ex 19,3-8).

Nestes dois episódios vemos claramente a prefiguração do mistério da Igreja. A verdadeira descendência de Abraão, diz São Paulo, são aqueles que pela fé imitam o Patriarca, tornando-se herdeiros das bênçãos prometidas e que constituem a Igreja que tem por cabeça Jesus Cristo (Rm 9,6-8). No século XIII A.C., o povo de Abraão, cativo no Egito, é libertado por Deus por meio de Moisés. Este acontecimento prefigura o grande êxodo a ser efetuado na plenitude dos tempos por Jesus Cristo, que libertaria o povo de Deus cativo do pecado e da morte para o Reino de Deus, Reino de amor e vida.

No Novo Testamento, Jesus Cristo lança os fundamentos para a inauguração da Igreja, que ocorre nos “últimos tempos”, através de uma série de atos que, vistos em conjunto, permitem vislumbrar a clara intenção de Cristo em fundar a sua Igreja. Entre estes atos podemos destacar principalmente: a vocação dos doze apóstolos, a concessão do primado de Pedro e a instituição da Eucaristia. Entretanto, não podemos esquecer que a Igreja não começa a existir propriamente até Pentecostes.

Podemos identificar os seguintes passos de Jesus para a estruturação e inauguração de sua Igreja:

- Inicialmente, dentre todos os discípulos, Jesus chamou “os que ele quis” (Mc 3,13-15), deu-lhes seu poder e os enviou (Lc 9,1-6) para atuarem em nome de Jesus (Mc 6,35-44). Jesus estabelece uma hierarquia entre os Apóstolos, instituindo Pedro como o “chefe” (Mt 16,13-20), concedendo-

lhes uma unção e poder particular (Jo 20,19-23) para que pudessem continuar sua missão até o final dos séculos (Mt 28,18-20), cooperando com eles para a realização da missão (Mc 16,15-20).

- Na Ascensão promete o auxílio do Espírito Santo (At 1,1-8) que é enviado em Pentecostes (At 2,1-4) e os discípulos saem a pregar em nome de Jesus: nasce a Igreja (At 2,40s) e os Apóstolos realizam as mesmas ações de Jesus (At 3).

Portanto, é indiscutível a vontade de Jesus Cristo em fundar sua Igreja como continuadora de sua missão através dos tempos.

1.3- A missão da Igreja na Terra

“Missão”, propriamente dita, significa “envio”; mas, na linguagem popular, designa aquilo que é feito por determinada pessoa ou instituição.

A missão da Igreja nasce da missão de Cristo e do Espírito por parte do Pai. Porém, esta missão que, em sua essência, consiste em perpetuar no mundo a obra de salvação de Cristo, é também, sob a força do Espírito, permitir aprender e compreender melhor a palavra de Cristo e impulsionar o agir eclesial (a pastoral) através dos carismas. O Espírito Santo habita na Igreja e em cada um dos fiéis (1Cor 3,16; 1Pd 2,5) e é o doador do dom do apostolado (1Cor 12,1ss). O próprio Espírito é dom do Mistério Pascal de Cristo para a edificação da comunidade eclesial (1Cor 10,8; 12,19; Ef 4,12).

O Decreto *Ad Gentes* sobre a Atividade Missionária da Igreja (AG, 1) afirma que “a Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que procede da missão do Filho e do Espírito, segundo o desígnio do Pai”. A Igreja é enviada por Deus a todas as pessoas para ser sacramento universal de salvação, por íntima exigência da própria catolicidade, obedecendo um mandato de seu Fundador, e por isso procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens, a exemplo dos Apóstolos após Pentecostes, que pregaram a palavra da verdade e geraram as igrejas.

E continua afirmando que aos seus sucessores compete perpetuar esta obra, para que a Palavra de Deus se propague rapidamente e seja glorificada, e o Reino de Deus seja anunciado e estabelecido em toda a terra.

“A missão da Igreja, portanto, cumpre-se quando, obediente ao mandato de Cristo e movida pela graça e pelo amor do Espírito Santo, se faz presente aos homens e aos povos para levá-los com o exemplo de sua vida e a pregação do Evangelho, com os Sacramentos e os demais meios de salvação, à fé, à liberdade e à paz de Cristo, fazendo-os participar plenamente no Mistério de Cristo” (AG, 5).

Atualmente, verifica-se uma grande variedade de igrejas cristãs. Perante esta realidade muitos questionam se Jesus Cristo fundou verdadeiramente uma só Igreja e, se assim foi, como se pode reconhecer a verdadeira? Para responder a este questionamento só poderemos recorrer ao Evangelho; e nele, encontramos a vontade inequívoca de Jesus de fundar apenas uma Igreja (Mt 16,18s.).

Com sua autoridade de Concílio Ecumênico, o Vaticano II afirma na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG, 8):

“Existe uma única Igreja que no Símbolo chamamos una, santa, católica e apostólica; que nosso Salvador, depois da sua Ressurreição, entregou a Pedro para a apascentar (Jo 21,17); e confiou a ele e aos demais Apóstolos para a propagar e reger (Mt 28,18s); e erigiu para sempre como coluna e fundamento da verdade (1Tm 3,15). Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele, embora fora de sua visível estrutura se encontrem vários elementos de santificação e verdade que, como dons próprios à Igreja de Cristo, impulsionam à unidade católica”.

1.4- Dimensões da Igreja

Una, santa, católica e apostólica. Presentes no símbolo do Concílio de Constantinopla, realizado em 381, as origens dessas definições encontram-se em S. Cirilo de Alexandria. Inerentes ao ser íntimo da Igreja, não separáveis entre si graças à mútua interioridade de cada uma delas e de todas unidas. Permitem conhecer a Igreja revelando sua íntima relação com o mistério de Cristo.

1.4.1- Unidade

Devem-se distinguir dois conceitos: a **unidade** e a **unicidade**. Unidade significa coesão, “ausência de divisão interna”. Unicidade é a qualidade de quem não tem par ou igual a si mesmo.

A verdadeira Igreja é una e única porque Deus é uno e único em si mesmo. A fé é o princípio de união entre as pessoas na Igreja porque todas creem na mesma coisa,

é princípio de unidade. Os sacramentos exprimem essa unidade, sobretudo na Eucaristia e no Batismo que significam e realizam a Igreja. Por isso, segundo os Padres, a “Eucaristia faz a Igreja”, o corpo eucarístico faz o corpo eclesial. Tudo isso radicado no serviço aos irmãos e irmãs, na diaconia.

A unidade da Igreja é expressa também pela palavra “comunhão” (“**koinonia**”), que significa o intercâmbio, o fluxo de vida dos fiéis entre si (1Jo 1,3.6s). Esta unidade só se consumará escatologicamente “quando Deus será tudo em todos” (1Cor 15,28), consumação que o povo de Deus prepara e inicia quando ainda é peregrino na terra: o Deus possuído e que nos possuirá perfeitamente, será o princípio, interior a cada um e comum a todos, de nossa comunhão.

Esta condição terrena é caracterizada por um “já” e um “ainda não”, simultaneamente verdadeiros, pois a Igreja “já” é aquilo que é chamada a ser e por isso seus filhos já são filhos de Deus (1Jo 3,1; Rm 8,14-17), mas que “ainda não” gozam da liberdade gloriosa que caracteriza estes filhos de Deus (Rm 8,21ss). Possuímos as primícias do Espírito Santo (Rm 8,23; 2Cor 1,22; 5,5; Ef 1,14), mas isto é somente o começo de uma realidade ainda não plenamente realizada.

Esta unidade, não pode ser confundida com “uniformidade”, pois Cristo quis para a sua Igreja este complexo entrelaçado de “unidade” e “diversidade” chamado “comunhão”, muito bem ilustrada por São Paulo na imagem do Corpo com diferentes órgãos e funções. Cabe, portanto, dentro da Igreja um amplo espectro de pessoas, ritos e culturas, simultaneamente “solícitos em conservar a unidade de espírito mediante vínculo da paz” (Ef 4,3-5; LG, 8).

1.4.2- Santidade

A palavra “santo” significa originalmente “o que é separado, reservado”; na teologia, santo é o “separado ou reservado para Deus”. Disto se segue que a pessoa separada para Deus deve levar uma vida compatível, isto é, uma vida moralmente santa (1Pd 1,15s; Rm 12,1).

A denominação “santa” para a Igreja surgiu no século II com Santo Inácio de Antioquia. A importância de qualificar a Igreja como santa aparece também na fórmula da comunhão dos santos; é a comunhão dos santos santificados, tanto daqueles já

glorificados, como daqueles que ainda são peregrinos. Por isso, já na terra a Igreja é assinalada com a verdadeira santidade, embora imperfeita (LG, 48).

O Concílio Vaticano II, nessa mesma linha, não deixa de expor que a Igreja é santa, mas sempre com a necessidade de purificar-se; o caráter peregrinante da Igreja.

A qualificação de santo só poderá ser atribuída a uma realidade na medida em que está em relação com Deus (o Santo dos santos), dele procede, a Ele pertence ou lhe é consagrado. De fato, o Povo de Deus é santo, constitui “uma nação santa” (Ex 19,6) porque é de Deus e para Deus. Em geral, também é santo tudo aquilo que está relacionado ao culto; por isso, o povo consagrado é ainda mais santo quando é convocado e reunido para o culto ao Deus Santo numa santa assembleia (*ecclesiae*).

A Igreja é o lugar onde se presta a Deus o culto que Ele deseja, “em espírito e verdade”. A santificação dos homens é a finalidade definitiva da Igreja e que dificilmente poderia ser realizada, se ela própria não fosse santa e não possuísse os meios de santificação.

Apesar de estar composta por pecadores na terra, a Igreja é originalmente santa, isto é, sem qualquer mancha ou imperfeição em virtude da presença de Deus no mais íntimo do seu ser. A Igreja demonstra ser santa devido aos frutos abundantes de santificação que produz desde a sua origem – os santos e em especial a Santíssima Virgem.

A Igreja não é só santa sob a forma em que, personificada, é Esposa de Cristo (Ef 5,26s); é também a Igreja dos santos, isto é, dos homens que se esforçam por viver sua consagração batismal e sua condição de membros do Corpo de Cristo.

1.4.3- Catolicidade

O termo “**katholikós**” é aplicado pelos filósofos às “proposições universais”, significa “geral” e é aplicado à Igreja pela primeira vez por Santo Inácio de Antioquia.

A Igreja é católica. Assume duplo significado: universalidade e autenticidade. Impõe-se (no sentido positivo do termo) a todos pela sua veracidade e está difundida por toda parte pela sua universalidade.

Existiram, ao longo do tempo, duas formas de viver a catolicidade: no primeiro século predominou o regime de comunhão das Igrejas locais, que se mantém na eclesiologia oriental; no segundo século, um regime de organização unitária de uma

Igreja que constitui um só corpo com uma estrutura até visível, de povo único, para o qual se inclinou progressivamente o papado. Na verdade, existe entre as Igrejas locais e a Igreja universal uma interioridade recíproca, uma “espécie de osmose”.

A Igreja é católica (universal) desde a sua manifestação pública em Pentecostes. Em sentido fundamental e interior, a Igreja é católica porque “nela subsiste a plenitude do Corpo de Cristo unido à sua Cabeça, o que implica que ela recebe D’Ele a plenitude dos meios de salvação”. Na sua faceta exterior, a Igreja é católica porque a redenção de Cristo é universal (Mt 16,15; At 1,8).

Desde o século II se torna frequente o sentido de universal, sem, contudo, excluir o de autêntica, isto é, portadora da plenitude dos meios de salvação instituídos por Cristo.

A partir do século III, este termo passa a designar a Igreja verdadeira através de todo o mundo ou uma comunidade local que se encontra em comunhão com essa Igreja.

A partir do século IV é incorporado em diversos símbolos até se tornar definitivo no niceno-constantinopolitano.

O Concílio Vaticano II, na *Lumen Gentium* (LG, 13 e 17) uniu a afirmação da catolicidade da Igreja com a da sua missão:

“Todos os homens, pois, são chamados a esta católica unidade do Povo de Deus, que prefigura e promove a paz universal. A ela pertencem ou são ordenados de modos diversos, quer os fiéis católicos, quer os outros crentes em Cristo, quer enfim todos os homens em geral, chamados à salvação pela graça de Deus”.

“Assim, a Igreja reza e trabalha ao mesmo tempo, para que a plenitude do mundo todo entre no grêmio do Povo de Deus, Corpo do Senhor e Templo do Espírito Santo. E em Cristo, Cabeça de todos, se dê toda honra e glória ao Criador e Pai de todas as coisas”.

Portanto, a Igreja é católica enquanto dimensão visível, devido ao caráter universal que recebeu de Cristo; isto significa que é capaz de integrar na sua unidade todas as verdadeiras riquezas das culturas, purificando-as, bem como de dar resposta às mais profundas aspirações de todos os homens, seja qual for sua raça, língua, cultura ou condição social.

Tal como a unidade, a catolicidade não é de modo algum diminuída; antes, é enriquecida pela existência de uma pluralidade de tradições, sempre que se mantenha em comunhão com o Papa.

1.4.4 –Apostolicidade

A ideia de apostolicidade foi elaborada primeiramente por Santo Irineu, que reivindica a tradição que provém dos apóstolos e que se conserva nas Igrejas pelas sucessões dos presbíteros. É uma dimensão essencial da Igreja e, ao mesmo tempo, é critério de verdade. A sucessão apostólica aspira precisamente perpetuar os vigários de Cristo, seja na participação nos poderes que Cristo confiou aos seus, seja na continuidade do vicariato no tempo.

Apostolicidade coincide, portanto, com autenticidade e assume vários aspectos: doutrinal, existencial, missionário e ministerial, que são características próprias da Igreja desde sua origem no tempo.

A identificação da Igreja atual com a Igreja dos Apóstolos, manifestada por um fato verificável: deriva deles por uma sucessão histórica e ininterrupta (Mt 28,18-20; At 2,42). Trata-se da vontade de Cristo, que deixou o sacramento da Ordem como instrumento para perpetuar a Igreja edificada sobre o fundamento dos Apóstolos, preservando, ao longo dos séculos, os elementos essenciais que Cristo lhes confiou: a doutrina, os meios de santificação, o governo e a missão.

A palavra “apóstolo” é grega e significa “enviado”. Jesus escolheu doze apóstolos para que vivessem mais unidos a Ele e fossem seus mensageiros (Mc 3,14; Mt 10,40; Ap 21,14; At 1,21s). Consequentemente, Apóstolo é alguém que acompanhou Jesus e principalmente é testemunha da ressurreição, ponto culminante de Sua obra; quanto a Paulo, que não conviveu com Jesus em sua vida terrestre, teve uma visão particular de Jesus ressuscitado na estrada de Damasco e foi diretamente enviado por Ele (At 9,3-6. 15).

O verdadeiro magistério apostólico está ligado à palavra do Senhor. Nada na Igreja escapa à mediação apostólica. Isso porque os apóstolos cumpriram bem uma dupla missão: a de ser testemunhas especiais da ressurreição e, como tais, fundadores de Igrejas, missão única e intransferível, e a de ser mestres e pastores das Igrejas por eles fundadas, missão para a qual são seus sucessores os Bispos. Nesse sentido, tanto o apostolado como o episcopado têm uma missão comum: realizar a presença ativa do Senhor ausente.

Quando se fala na apostolicidade da Igreja, vem à mente a questão do primado. O texto de Mt 16, 16-19, de provável origem pós-pascal, é de muita importância. Recorda o primado de Pedro. Esse texto nos revela o mistério da Igreja em sua natureza, fundamento e condição terrena. Quanto à sua natureza, a Igreja de Jesus Cristo é construída por ele. No que se refere ao seu fundamento, está edificada sobre Pedro, confessor da fé. Na sua condição terrena, a Igreja está exposta aos ataques do inferno, mas Jesus garante que as forças do inferno não prevalecerão.

São Leão Magno ajuda a compreender a questão do primado de Pedro dizendo que Pedro perpetua o exercício de sua autoridade na Igreja. “[...] lá do céu, Pedro continua a orar pela Igreja e governá-la por intermédio do seu vigário, o bispo de Roma”.

No século XVI os reformadores também levantaram a questão do primado. Um cardeal de nome Caetano, em um de seus escritos, *De divina institutione pontificatus romani pontificis*, apresenta três questões que se tornam o eixo central da discussão teológica posterior: a primazia petrina (no colégio apostólico), a sucessão petrina (sucessor do ministério petrino) e o ministério petrino romano (o bispo de Roma como legítimo sucessor de Pedro).

Essas quatro dimensões – una, santa, católica e apostólica –, por se tratar de traços essenciais da Igreja, devem ocorrer juntas; não é o bastante que se verifique uma ou várias, visto que é preciso que a Igreja verdadeira as possua simultânea e inseparavelmente unidas entre si.

Assim, somente na Igreja Católica se dão, simultaneamente e com o seu significado pleno, as quatro dimensões: **unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade**. Deve-se reafirmar que não são condições fixadas interessadamente, mas sim propriedades essenciais da Igreja verdadeira, confessadas desde sempre no Credo e presentes e visíveis nela até hoje.

Além disso, sem desprezar o fato de que nas outras igrejas cristãs encontramos “muitos elementos de santidade e de verdade”, convém dizer que algumas delas preservaram a sua unidade particular com grave quebra da catolicidade missionária, resumindo seu trabalho a grupos nacionais ou étnicos, uma ambiguidade doutrinal progressiva; ou mostraram-se carentes de fundamentos sólidos, desfizeram a cadeia da sucessão apostólica ou abandonaram uma boa parte dos meios de santificação.

Para refletir:

- 1) Como entender a origem trinitária da Igreja?
- 2) De que forma Cristo ordenou a sua Igreja a cumprir a sua missão?
- 3) Como você entende as quatro dimensões da Igreja: unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade?
- 4) Você acredita ser Igreja, isto é, parte ativa deste Corpo Místico de Cristo? Você utiliza plenamente os seus dons em favor desta Igreja?
- 5) Você se considera um discípulo missionário de Cristo, principalmente no fortalecimento do Matrimônio e da família cristã?

MESA 2 – O POVO DE DEUS NO ANTIGO TESTAMENTO

No Antigo Testamento, como em toda a Bíblia, é reconhecida em sua origem uma autêntica experiência religiosa. Deus se revelou ao povo de Israel na realidade da sua história e fez isso como o único Deus, Criador e Senhor do universo e da história, não se assemelhando a nenhuma outra experiência humana, nem se identificando com alguma imagem feita pelos homens.

Deus é o Autor da vida, o Criador da existência de todos os seres e é um Deus salvador, que está sempre ao lado do seu povo, mas que não se deixa manipular por ele, que impõe obrigações morais e sociais, que não se deixa subornar, que protege os fracos e ama a justiça.

É um Deus que se achega ao povo, especialmente no culto; é um Deus que perdoa, que quer que o pecador viva; porém julga com justiça e castiga a maldade.

As ideias e a linguagem do Antigo Testamento transparecem nos escritos do Novo Testamento, em cujo pano de fundo está sempre presente o Deus do Antigo Testamento, o Pai de Jesus Cristo, em quem é revelado, definitivamente, o seu amor e a sua vontade salvadora para todo aquele que o recebe pela fé.

O Antigo Testamento dá especial atenção ao relacionamento de Deus com Israel, o seu povo escolhido. Um dos mais importantes aspectos desse relacionamento é a Aliança com Israel, mediante a qual Javé se compromete a ser o Deus daquele povo que tomou como a sua possessão particular e dele exige o cumprimento religioso dos mandamentos e das leis divinas.

Assim, a fé comum, as celebrações nos cultos e a observância da Lei são os elementos que configuram a unidade de Israel, uma unidade que se rompe quando se torna infiel ao Deus ao qual pertence.

A história de Israel, como povo escolhido, revela que o mais importante é manter a sua identidade religiosa em meio ao mundo ao seu redor, passo necessário que será dado em direção à mensagem universal, e que depois, em Jesus Cristo, será proclamada pelo Novo Testamento.

A expressão literal Povo de Deus é rara tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento. Entretanto, o termo “povo” é empregado inúmeras vezes, em ambos os Testamentos (360 vezes no AT e 104 vezes no NT), com diversos

equivalentes, tais como: “meu povo”, quando Deus fala com Israel; ou, “nós somos um povo”, quando Israel repele sua eleição e pertença a Deus.⁴

No AT, a expressão Povo de Deus se encontra em: Nm 11,29; 17,6; Jz 5,11; 1Sm 1,12; 6,21; 14,13; 2Rs 9,6; Sb 2,10.

No NT, tal expressão encontra-se uma só vez, aplicada a toda a Igreja, no texto de 1Pd 2,10. A expressão “povo de Deus”, no NT, não aplicada diretamente à Igreja cristã, aparece 140 vezes.

Assim, pode-se ver que a realidade da Igreja Povo de Deus não aparece como tal no Antigo Testamento, mas apenas se encontram manifestações diversas, indicativas da Igreja como é conhecida a partir do Novo Testamento.

A categoria Povo de Deus é uma destas manifestações, a qual permite descobrir um significado profundo: “a Igreja está colocada sob o signo da vocação e da convocação divinas”.

Aprouve a Deus tomar a iniciativa de constituir um povo, santificá-lo e salvá-lo, de modo que pudesse conhecê-Lo na verdade e santamente servi-Lo.

Deus “escolheu, por isso, a Israel como o Seu povo. Estabeleceu com ele uma aliança. E instruiu-o passo a passo” (LG, 9). Além de escolher, estabelecer aliança e instruir, Deus Se manifestou a Si mesmo e os desígnios de Sua vontade, santificando este povo para Si.

Portanto, Javé é o Deus de Israel e Israel é o Povo de Javé. Israel, enquanto povo de Deus, pertence a Deus e a Deus somente (cf. Ex 19,5; Dt 26,18). É um povo santo para o Senhor seu Deus (cf. Dt 7,6), no sentido específico da eleição divina (cf. Dt 7,7-8).

Consequentemente, o elemento formal de Israel, enquanto povo de Deus, é a aliança (**berit**), na qual Deus empenha a si próprio, como no evento da criação, porém, lida agora à luz da libertação e no contexto da Palavra (cf. Gn 1). Deus, na aliança, torna-se o princípio unificador do povo.

Trata-se de uma aliança expressa na fidelidade do amor divino. Destarte, o povo de Israel é convidado a corresponder a esse amor e a essa fidelidade, vivendo unicamente para Deus.

⁴ HACKMANN, Geraldo. **A amada Igreja de Jesus Cristo: manual de eclesiologia como comunhão orgânica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, p. 156.

Todavia, essa vocação de povo escolhido não é motivo de vanglória, pois não é exclusiva, mas, sim, tornando Israel sinal para todos os povos.

Esta aliança de Deus com seu povo “pode ser descrita em termos de *hesed*, que exprime a fidelidade do amor divino. Por isso, Deus é o Pai de Israel (cf. Dt 32,6; Os 11,1-3), que é seu filho (Os 11,1), seu primogênito (cf. Ex 4,22), primícias de sua colheita (cf. Dt 1,31; Jr 2,3)”.

Chamado a ser fiel à aliança, o povo de Israel é marcado por constantes infidelidades. Diante destas, Deus promete uma nova, definitiva e universal aliança (cf. Jr 31,31; Ez 37,26; Is 53,10ss).

O Concílio Vaticano I declara que Cristo decidiu edificar a santa Igreja, afirmado que a Igreja foi instituída imediata e diretamente pelo próprio Cristo, verdadeiro e histórico, enquanto vivia entre nós.

Começam a surgir expressões para designar a relação de Cristo e da igreja: instituir, fundar, edificar.

E são enumerados os principais atos fundadores de Jesus: a vocação e a missão dos doze, o primado de Pedro, a transmissão do tríplice poder de Cristo aos apóstolos e a Eucaristia.

Nos números 2-5 da *Lumen Gentium* estão empregados pela primeira e única vez os termos “fundação” e “fundador”.

Nesse sentido, o Concílio Vaticano II proclama, na *Lumen Gentium* (nº 9), que

“Tudo isso, porém, aconteceu em preparação e figura para aquela nova e perfeita aliança que se estabeleceria em Cristo, e para transmitir uma revelação mais completa através do próprio Verbo de Deus feito carne”.

Por isso, o Novo Testamento mostra que os discípulos se compreendem como verdadeiro Israel, novo Povo de Deus.

Ainda afirma que “foi Cristo quem instituiu esta nova aliança, isto é, o novo testamento em seu sangue (cf. 1Cor 11,25), chamando de entre judeus e gentios um povo, que junto crescesse para a unidade, não segundo a carne, mas no Espírito, e que fosse o novo Povo de Deus” (LG, 9). Portanto, quem participa da nova aliança, instituída por Jesus Cristo, é o novo Povo de Deus.

Logo, a relação de Cristo com o Povo de Deus é essencial para a constituição do novo Povo de Deus, pois se em Cristo realizam-se a Lei e os profetas, o Israel de Deus é

formado por todos os que são nele nova criação (cf. Gl 6,6; 1Cor 10,18; Rm 9,6); ser descendência de Abraão está agora subordinado a pertencer a Cristo (cf. Gl 3,29); a Igreja cristã é vista como o povo em meio ao qual Deus habita (cf. 2Cor 6,16 com Ez 37,27).

Para refletir:

- 1) Como entender o Povo de Deus no Antigo Testamento?
- 2) Quais primícias da Igreja estão contidas no Antigo Testamento?
- 3) Como entendemos o papel de Abraão e de Moises para com o Povo de Israel?
- 4) Veja no nº 6, da *Lumen Gentium*, as várias imagens da Igreja a partir do Antigo Testamento.

MESA 3 — O POVO DE DEUS NO NOVO TESTAMENTO

Nem todos os aspectos do Antigo Testamento mantêm igual vigência para o cristão. O Antigo Testamento deve ser interpretado à luz da sua máxima instância, que é Jesus Cristo. A projeção histórica e profética do povo de Israel no Antigo Testamento é uma etapa precursora no caminho que conduz à plena revelação divina em Cristo (Hb 1,1-2).

Por outro lado, o Novo Testamento é o testemunho de fé de que as promessas feitas por Deus a Israel são cumpridas com a vinda do Messias (cf., p. ex., Mt 1,23 Lc 3,4-6; At 2,16-21; Rm 15,9-12).

Por isso, certas instruções absolutamente válidas para o povo judeu deixam de ser igualmente vigentes para o novo povo de Deus, que é a Igreja (cf. At 15; Gl 3,23-29; Cl 2,16-17; Hb 7,11; Hb 10,18), e alguns aspectos da lei de Moisés, do culto do Antigo Testamento e da doutrina sobre o destino do ser humano – pessoal e comunitariamente considerado – devem ser interpretados à luz do evangelho de Jesus Cristo, o Filho de Deus.

A nova aliança, instituída por Jesus Cristo, da qual nasce o novo Povo de Deus, contém três elementos essenciais e indissociáveis:

- O enraizamento da Igreja no Antigo Testamento;
- Sua novidade radical em Jesus Cristo; e
- Sua abertura para todas as pessoas, tanto judeus quanto pagãos.

Portanto, o Povo de Deus não se restringe mais apenas a Israel, mas está aberto a todos os povos (Ef 2,14), uma vez que Jesus morreu “não só pela nação, mas para congregar na unidade todos os filhos de Deus dispersos” (Jo 11,52).

Assim, o povo santo, “o Israel de Deus” (Gl 6,16), agora é formado por pessoas de “todas as tribos, povos, nações e línguas” (Ap 5,9), incluindo Israel, pois “Deus não repudiou o seu povo, que ele escolheu desde o princípio” (Rm 11,2).

No final dos dias, um único povo servirá o próprio Deus (Ap 21,3). O novo Povo de Deus não se refere mais a uma raça (etnia judaica), mas a uma opção por Cristo pela fé, que conduz à recepção do Batismo, o que corresponde ao conteúdo da realidade denominada “Igreja”.

Com efeito, “a Igreja se realiza, agora, em âmbito espiritual, contrapondo-se não mais aos outros povos, mas somente àqueles indivíduos ou coletividades que expressamente não querem manter nenhum relacionamento salvífico com Jesus Cristo”.

A Igreja primitiva passa a indicar, com as expressões **ekklesia** (língua grega) e **ecclesia** (línguas latinas), o novo Povo de Deus, isto é, a “Igreja”, que é recordação daquela assembleia do antigo Israel. Paulo fala de “ekklesia de Deus” para indicar a comunidade convocada por Deus (cf. 1Ts 2,14; 2Ts 1,4; 1Cor 1,1; 10,32).

Em geral, no Novo Testamento, este termo é bastante frequente: nos Evangelhos aparece somente em Mateus (16,18; 18,17), mas nos Atos dos Apóstolos aparece 23 vezes, e em Paulo 61 vezes.

Os textos do Novo Testamento revelam traços fundamentais e constantes, mas também uma pluralidade de situações de releitura e de interpretação do Antigo Testamento. A Igreja nasceu da Páscoa: este Deus que ressuscitou Jesus reúne, através do Espírito Santo, os dispersos, derrotados e vencidos.

A abordagem canônica da fundação da Igreja se dá no conceito “*jus divinum*”, que significa que a Igreja está permanentemente ligada ao Evangelho que lhe foi confiado de maneira inalienável.

Embora o tema da fundação da Igreja tenha causado, ontem e hoje, inúmeras controvérsias, a pesquisa atual diz que só se pode falar de Igreja depois da glorificação de Jesus e de Pentecostes. No entanto, ressalta-se que a manifestação da Igreja depois da Páscoa está em continuidade com Jesus e com suas obras e palavras.

Fala-se ainda de uma eclesiologia implícita, na qual Deus leva adiante o Reino iniciado por Jesus e que permanece fiel a esse início quando o confia, depois da Páscoa, a uma Igreja, ligada ao mesmo tempo a esse início. Cristo seria entendido como o salvador de Israel, não como o fundador, que reuniu o verdadeiro Israel: a Igreja.

O Concílio Vaticano II fala do povo reunido na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo (LG, 2-5). E o mistério de sua fundação está relacionado aos atos fundadores, ou seja, uma fundação durante toda a atividade de Jesus; vestígios, portanto, pré-pascrais.

Assim, a fundação da Igreja deve ser entendida como um processo histórico, como o devir da Igreja no interior da história da Revelação. É preciso afirmar, portanto, que Jesus quis fundar a Igreja, a partir da eclesiologia implícita.

Em consequência, a relação de Jesus e da Igreja pode ser assim iluminada:

- a) A sua instituição por parte de Jesus: ligada às questões relativas à pessoa e consciência de Jesus, eclesiologia implícita e processual;
- b) O sinal exterior: analogia ao Verbo Encarnado;
- c) O efeito interno da graça: Jesus Cristo como fundamento da Igreja.

Nos evangelhos aparecem duas vezes a menção à Igreja: Mt 18, 17 e Mt 16, 18. A primeira refere-se à Igreja local, ao tratar da correção fraterna. A segunda, recorda o que Jesus falou da Igreja em sentido amplo: sobre esta pedra edificarei a minha Igreja. Em Ef 5, 25 também aparece menção à Igreja a partir do amor de Cristo por ela.

A Igreja foi definida ao longo de sua história por muitos termos: os discípulos, os santos, os cristãos e, por último, a Igreja. O modelo dessa comunidade que surgia está em At 2, 42: oração, fração do pão, ensinamento dos apóstolos e comunhão dos bens.

As comunidades cristãs, na medida em que entenderam Jesus, proclamaram sua Palavra, anunciaram o Reino e estabeleceram Jesus como mediador do projeto de salvação. Estas comunidades também se tornaram cada vez mais missionárias e se abriram aos povos vizinhos, chamados de gentios. São Paulo, por exemplo, insistia no tripé: Povo de Deus; Corpo de Cristo; e Templo do Espírito Santo.

O importante da eclesiologia que aparece no Novo Testamento é o da capacidade de agregação para a comunhão, ou seja, uma eclesiologia de comunhão, com a missão de realizar o Reino de Deus no mundo. Estes grupos de Igrejas domiciliares sentiram-se na missão de semear sementes, ou, sinais deste Reino de Deus.

Mesmo que cada comunidade acentuasse aspectos que lhes parecessem mais importantes, havia, desde o começo, alguns riscos de desvio. Por exemplo, o isolamento de serviços pastorais poderia levar a um conservadorismo muito rígido; os fatos marcantes dos Atos dos apóstolos e das Cartas aos Colossenses e Efésios permitiriam exaltar o triunfalismo da Igreja; o evangelho de João, o individualismo

gnosticista; Mateus, uma preocupação muito juridicista; e as comunidades de Corinto, exageros carismáticos.

No entanto, o conjunto de todos os textos do Novo Testamento permitiu que se formasse uma imagem unitária da Igreja, especialmente em torno de alguns pontos básicos:⁵

- A fé decorreu da vivência comunitária; é na vida comunitária que as pessoas sentiram a interpelação do Deus Trino;
- O entendimento da unidade da Igreja, como sendo povo de Deus, dependeu do batismo e não do status ou de outras grandezas, segredos ou acessos especiais;
- Havia distribuição de funções e de serviços, segundo carismas para o êxito da comunidade: estas não eram controladas nem por grupos hierárquicos e nem por anarquias carismáticas;
- As comunidades se encarnaram nos ambientes locais e nas diferentes culturas, onde se estabeleceram e se interpretaram como peregrinas, pois se sentiam responsáveis por ações para que o Reino pudesse aumentar naqueles ambientes;
- A Igreja era pensada em torno de Jesus, visto como cabeça da comunidade;
- A autointerpretação das comunidades era a de que elas, no seguimento de Cristo, teriam que ser pobres, humildes e assumir a cruz da vida, pois o Espírito de Deus as faria crescer;
- A Igreja não se pensava como sendo o Reino, mas se sentia impelida a fazê-lo acontecer;
- Dava-se grande atenção aos pobres, os negados e oprimidos, a fim de que estes pudessem receber boa acolhida e se sentirem participantes na Igreja.

Para as primeiras comunidades, a Igreja se autocompreendia como o “Povo de Deus da nova aliança”.

Tendo como pressuposto a relação de Jesus com a Igreja, será possível ver a Igreja apostólica como norma e fundamento da Igreja de todos os tempos devido ao caráter definitivo da revelação de Jesus Cristo.

⁵ Ver em <http://padrejoaoinacio.blogspot.com.br/2013/10/eclesiologia.html>. Pesquisado em março de 2015.

O lugar do desenvolvimento da Igreja é o acontecimento de Pentecostes, como também a função protagonista dos apóstolos, Pedro e Paulo (portadores do desenvolvimento e da formação da Igreja). Mas será somente na patrística que o tema da fundação da Igreja gerará questionamentos teológicos.

Chamamos de “Padres da Igreja” (Patrística) aqueles grandes homens da Igreja, aproximadamente do século II ao século VII, que foram no Oriente e no Ocidente como que “Pais” da Igreja, no sentido de que foram eles que firmaram os conceitos da nossa fé, enfrentaram muitas heresias e, de certa forma, foram responsáveis pelo que chamamos hoje de Tradição da Igreja; sem dúvida, são a sua fonte mais rica. Certa vez disse o Cardeal Henri de Lubac:

“Todas as vezes que no Ocidente tem florescido alguma renovação, tanto na ordem do pensamento como na ordem da vida – ambas estão sempre ligadas uma à outra –, tal renovação tem surgido sob o signo dos Padres”.

É a Patrística, basicamente, a responsável pela elucidação progressiva dos dogmas cristãos e pelo que se chama hoje de Tradição Católica. Os Escritores dos primeiros séculos nos permitem voltar às origens cristãs, o que se chama comumente de volta às fontes.

Assim, patrística é o nome dado à filosofia cristã elaborada pelos Padres da Igreja, sendo a ponte que une a Tradição Apostólica às gerações cristãs posteriores. Foram eles, os Pais da Igreja, responsáveis por confirmar e defender a fé, a liturgia, a disciplina, criar os costumes e decidir os rumos da Igreja, ao longo dos sete primeiros séculos do Cristianismo.

É inegável a importância da Patrística para a Igreja cristã. Durante esse período, muitas perseguições e heresias surgiram e ameaçaram o Cristianismo, mas graças aos esforços empreendidos por diversos cristãos, de homens simples e figuras anônimas a grandes bispos e teólogos, a fé cristã não apenas triunfou sobre os perseguidores, como também afastou o perigo de ser contaminada com o veneno das heresias.

À medida que conquistava novos membros, o cristianismo surge como uma nova religião e seus seguidores eram expulsos da sinagoga. A missão é uma marca. E a Igreja vai tomando forma, sobretudo com as cartas paulinas que manifestam o início de certa institucionalização que constrói comunidade, estabiliza e protege definitivamente a comunidade.

Passa-se, aos poucos, de um apostolado missionário ao episcopado local. O último escrito do Novo Testamento (2Pd) encerra a época apostólica da Igreja primitiva.

Até o século IV, o termo “povo” é empregado pelos Padres apostólicos para a Igreja, apesar de não constituir uma temática propriamente dita, visto que o enfoque da eclesiologia, neste período, era a dimensão cristológica. Assim, a noção de povo não nutria sua reflexão. Passa-se do conceito histórico de povo para uma concepção teológico-salvífica; assim, os justos do Antigo Testamento são vistos como pré-cristãos, que se salvaram graças à sua fé e não por meio de Israel, segundo Orígenes, Atanásio e Agostinho.

A partir de Agostinho, o conceito jurídico-romano de *populus* substitui o conceito histórico-salvífico de Povo de Deus: a Igreja é a Igreja de todos os povos compreendidos pelo Império Romano. Assim, já no século IV, o conceito Povo de Deus representa cada vez mais os leigos frente aos bispos.

No século V não há mais a preocupação de relacionar a comunidade cristã com o povo eleito do Antigo Testamento. Seu lugar é ocupado, progressivamente, pelo conceito agostiniano de *congregatio fidelium*.

Somente no século XIX, com a ideia do Corpo Místico de Cristo, desenvolvida pelas Escolas teológicas de Tubinga e de Roma, começa a reaparecer a ideia da Igreja como Povo de Deus. Soma-se a isto a ideia do sacerdócio universal dos batizados, o qual levou à superação da imagem de uma Igreja clerical.

Os teólogos colocam novamente em relevo a conexão histórica entre o Povo de Deus do Antigo Testamento e do Novo Testamento.

Aos poucos se firma uma nova compreensão da dimensão histórica do Povo de Deus e se colocam as bases para o conceito histórico-salvífico de Povo de Deus, que será decisivo para a *Lumen Gentium*, na qual aparecerá com uma dimensão eclesial histórico-salvífica.

A Igreja edificada pelos sacramentos

Na interpretação patrística de Jo 19, 34 é tradicional a forma que vê nessa cena a edificação da Igreja a partir dos dois sacramentos: Batismo e Eucaristia.

Nessa perspectiva, a condição sacramental do cristão na *ecclesia* é aquela que o torna membro já a partir do Batismo, partícipe do sacerdócio batismal ou comum. Assim, o já batizado se apresenta com os três elementos constitutivos do leigo:

- a) O fundamental: pertença à Igreja pelo batismo;
- b) O negativo: o fato de não ser clérigo; e
- c) O positivo e distintivo: relação peculiar com o mundo secular.

Portanto, o sujeito da missão é todo o povo de Deus. Participam de modo diferente, evidentemente, mas todos exercem uma função: a primeira é a **sacerdotal** e dela o leigo participa de acordo com o sacerdócio comum. A segunda é a função **profética**, que trata do sentido sobrenatural da fé e dos carismas. E, em terceiro, a participação dos leigos na missão **régia**.

Com isso, nota-se que os leigos deixaram de ser simples objetos de atenção dos pastores para serem participantes da missão apostólica, até chegar a ser sujeitos por excelência da própria comunidade eclesial. A *Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II, faz essa bonita relação entre o sacerdócio comum dos fieis relacionando-o com o sacerdócio ministerial.

Além dos presbíteros e dos leigos, na eclesiologia – vista a partir da hierarquia – há ainda a plenitude da ordem, ou seja, os epíscopos. Esses também têm três dimensões de seu ministério:

- a) Pessoal-local: o Bispo age como pastor, guia e mestre do povo, origem do sagrado ministério e centro da caridade;
- b) Colegial-supralocal: membro do colégio episcopal que continua e prolonga na Igreja a presença do colégio apostólico; e
- c) Pessoal-universal: reservado ao sucessor de Pedro.

Lugar merecido na *Lumen Gentium* têm os religiosos. São chamados alguns fieis por Deus, afirma a Constituição (LG, 43), afim de desfrutar esse peculiar dom na vida da Igreja, procurando cada qual a seu modo ser útil à sua missão salvífica.

O Concílio Vaticano I, por sua vez, definirá o poder e a natureza do primado romano como pleno e supremo poder de jurisdição sobre a Igreja universal e o seu magistério infalível quando fala como pastor universal “*ex cátedra*”, referindo-se à fé e aos costumes.

O Concílio Vaticano II repete as afirmações do Concílio anterior em relação ao ministério petrino, mantendo em relevância uma significativa relação entre o colégio episcopal e o seu chefe.

Para refletir

- 1) Como entender o Povo de Deus no Novo Testamento?
- 2) Qual é a importância da patrística para a eclesiologia?
- 3) Como estamos valorizando os sacramentos do Batismo e da Eucaristia em nossa caminhada dentro da Igreja para a construção do Reino de Deus?
- 4) O que significa “a Igreja simultaneamente visível e espiritual”? (ver nº 8 da *Lumen Gentium*)
- 5) Você acredita que todos os homens são chamados à salvação, ou apenas os fiéis católicos? Por que este chamado à salvação é fruto da graça de Deus?

MESA 4 – A IGREJA E OS CONCÍLIOS

Os concílios “são marcos fundamentais na história cristã”.⁶ De Jerusalém ao Vaticano II aconteceram umas duas dezenas de concílios convocados para resolver dificuldades teológicas e proclamar a fé da Igreja.

O Concílio Vaticano II veio para concretizar uma renovação da Igreja. Renovação que estava amadurecendo fazia um bom período. Segundo TRENTIN, a “história atesta que havia, na Igreja, um desejo de responder aos novos desafios pastorais”.⁷

O Vaticano II teria sido um “catalisador” das ideias de mudanças que borbulhavam. Seria uma espécie de confirmação de muitas reformas que já estavam iniciadas em diversas Igrejas locais. É possível ver no desenvolvimento dos trabalhos que o Vaticano II adequou a mensagem cristã tradicional aos novos tempos. “Foi o concílio da autoconsciência, da clarificação, da compreensão e do diálogo”.⁸

Assim, na revisão das decisões conciliares ao longo da história da Igreja optamos por considerar quatro dos concílios, devido à importância que tiveram para a eclesiologia: Jerusalém, Trento, Vaticano I e Vaticano II.

4.1- O Concílio de Jerusalém (AT 15,1-35)

A partir da missão de Jesus Cristo, de sua morte e ressurreição, do testemunho dos Apóstolos, muitas formas de seguir os ensinamentos e testemunhos cristãos foram surgindo e compondo o cristianismo.

A Igreja Cristã, que bem depois passou a ser chamada de Igreja Católica Apostólica Romana, foi construindo como que um apoio institucional responsável pela “formatação” e organização deste estilo de vida chamado cristianismo.

Quando surge a oportunidade ou necessidade de dar uma formatação organizacional para determinado grupo ou determinada realidade, também surgem as mais diversas possibilidades de formatação, dentre as quais se deve optar. Isso tudo

⁶ TRENTIN, G. **Struttura e funzioni della coscienza nella teologia morale.** Sito WEB: Credere oggi. Ano 2004, p. 64.

⁷ TRENTIN, G., op cit., p.72.

⁸ SANTOS, M.A. (org). **Concílio Vaticano II – 40 anos de Lumen Gentium.** Porto Alegre, Edipucrs, 2005, p. 13.

forma um terreno fértil para a exploração de contradições, controvérsias, mal entendidos, disputas.

Nossa Igreja não passou ilesa a essa realidade bem humana. Os primeiros cristãos não sabiam bem o que estava acontecendo e, consequentemente, não sabiam bem como se portar, muito menos o que fazer.

Na época dos primeiros evangelistas já existiam compreensões diferentes de cristianismo. Na época dos Atos dos Apóstolos já surge a necessidade de aprender a amenizar e a conviver com as controvérsias, que cada vez mais ganhavam corpo. Tais controvérsias fazem surgir a necessidade de um primeiro concílio.

O Concílio de Jerusalém (At 15,1-35) coroa a narrativa de Lucas, registrada no livro dos Atos dos Apóstolos. Registra o momento em que Paulo e Barnabé teriam oficializado sua missão entre os gentios. Para tanto, cria toda uma narrativa em torno de várias viagens missionárias de Paulo.

O conflito que tais missões teriam gerado na Igreja nascente provocou a necessidade de conciliar as duas correntes então identificadas como paulina e petrina.

4.1.1- As missões de Paulo e de Barnabé

O capítulo quinze dos Atos dos Apóstolos, pode-se dizer, é uma espécie de auge da narrativa das primeiras viagens missionárias de Paulo e Barnabé (At 13-14). O autor dos Atos dos Apóstolos relata a missão de Paulo em diversas viagens. Dentre essas viagens, neste capítulo, o autor registra aquela da qual Paulo retorna de Antioquia a Jerusalém para a Conferência que leva o nome desta cidade (At 15,2-5).

O que se sabe é que já nas primeiras viagens missionárias de Paulo e Barnabé surgiram problemas. O problema mais explícito se referia à forma como os pagãos, que abraçavam a fé, deveriam viver.

Alguns, mais radicais, vindos de Jerusalém, espalharam em Antioquia a ideia de que todo aquele que se convertesse deveria ser circuncidado e observar a Lei de Moisés (At 15,1). O que significaria que, antes de ser cristão, precisava ser judeu, pertencer ao povo de Israel.

Tal problema fez com que Paulo e Barnabé consultassem a Igreja-mãe de Jerusalém, onde ainda viviam apóstolos, juntamente com anciões ou presbíteros,

dentre eles Tiago, que parece ter tido uma função importante nesta Igreja (At 15, 2.6.13).

Deste conflito surge a necessidade de se organizar a conferência de Jerusalém para dirimir tais problemas aflorados na missão entre os gentios. Esta conferência precisava definir um acordo entre Antioquia e Jerusalém no que diz respeito a costumes, tradições e leis que geravam choque entre judeus farisaicos e gentios helenistas.

O que parecia ser claro para Paulo era que Deus acolheria a todos: judeus e pagãos. Mas, como tal fato gerava confusões e discórdias, Paulo volta para Jerusalém para, em assembleia, tomarem uma posição única quanto Igreja.

Pela veemência como irrompe o conflito é possível imaginar que o trabalho de Paulo e Barnabé estivesse surtindo bom êxito. Não devia ser pequeno o número de pagãos que estava se convertendo. O fenômeno devia estar sendo bem visível. Por isso se justificaria a união e reação dos judeu-cristãos que não estavam dispostos a abandonar nenhuma vírgula da Lei e da tradição sagrada de Israel (At 15,1-2).

É do conhecimento de todo aquele que estuda um pouco de história bíblica, o fato do povo de Israel ter uma longa, sofrida e vitoriosa caminhada de fidelidade à Lei. O que não nos deve fazer estranhar esta situação de reação ao rompimento que a nova missão estava irrompendo.

Paulo e Barnabé estavam aceitando a conversão sem que os pagãos passassem pela lei judaica, o que implicava de forma inquestionável a circuncisão. Para os judeus não existia nenhum rito que substituisse a circuncisão. Logo, os pagãos, para abraçarem o Evangelho, precisavam passar pela circuncisão. “Ao mencionar a circuncisão supõe-se a observância da lei como consequência inseparável”. Em outras palavras, para seguir o Evangelho era preciso antes tornar-se judeu.

Paulo, livre das imposições legalistas, insistia que a Lei havia sido superada pela graça de Deus e pela fé. Segundo Paulo, sem desprezar o Antigo Testamento, Cristo teria trazido uma nova lógica de salvação (Ef 2,15).

Por isso, a importância do caminho de volta de Paulo e Barnabé de Antioquia para Jerusalém. Assim estariam provando que continuavam reconhecendo a autoridade da Igreja Apostólica e estavam dispostos a dialogar.

Outra questão que aflorava era a de comer juntos, participar da mesma eucaristia. Em Antioquia houve o surgimento das comunidades mistas constituídas por judeus e gentios. Essa iniciativa, bem aceita em Antioquia, soou como tão absurda para os cristãos de Jerusalém, ao ponto de deles não resistirem ao empreendimento de interferências (At 15,1-2).

Pelo que se percebe, se não fosse pela interferência e firmeza de Paulo, a comunidade de Antioquia teria permanecido dividida entre os que concordavam e se adaptavam à Lei, e os que seriam considerados fora da Lei pelo costume e tradição que reinava em Jerusalém. A aprovação para que judeus e gentios pudessem participar da mesma comunidade de mesa (At 15,27) teve muita importância para o processo de aceitação e inclusão dos gentios nas comunidades cristãs.

4.1.2- A Conferência de Jerusalém

Esta assembleia é também chamada de Concílio, o que implicaria a reunião de toda a Igreja. No entanto, aí só estavam reunidas as Igrejas de Antioquia e a de Jerusalém. Por outro lado, na reunião destas duas Igrejas estaria acontecendo o maior evento do primeiro século do cristianismo, o que conferiria grau de concílio para tal reunião. Para evitar confusões, o termo mais usado passou a ser Conferência de Jerusalém.

Mesmo sem utilizar o termo conferência, este evento de Jerusalém também é retratado pelo próprio Paulo em sua Carta aos Gálatas 2,1-10. Esta trata especificamente da questão da circuncisão.

Esta conferência estabelece a unidade entre a missão de Paulo e a Igreja dos Apóstolos em Jerusalém. A Conferência de Jerusalém situa a missão de Paulo em continuidade com a história de Israel, a história de Jesus e o envio dos Doze, assim como com a Igreja de Jerusalém.

Se Paulo não tivesse ido a Jerusalém, participado e entrado em acordo com a Igreja dos Doze, lá radicada, provavelmente Paulo estaria fundando uma nova igreja, bem como, seria provável que a Igreja dos Doze se resumisse numa pequena seita dentro do judaísmo.

a) Declaração de Pedro (15,7-11)

Como vimos, a Igreja precisou se reunir para formular uma saída oficial para o problema entre os judaizantes e os que se convertiam do paganismo.

Segundo Lucas, Pedro é quem dita os rumos para uma saída que agrade os discordantes de ambas as teses. Pedro atribui a Deus a ordem de receber na Igreja os gentios.

b) Parecer de Tiago (15,13-21)

O autor de Atos dos Apóstolos não descreve as palavras de Paulo e Barnabé, mas diz que eles explicam à assembleia reunida o resultado da missão que Deus executava através deles (At 15,4). O autor continua enfatizando que é Deus quem faz os milagres através deles.

Tiago ainda era bastante apegado ao regime judaico. Isso, certamente, lhe conferia lugar privilegiado entre os judeus-cristãos mais conservadores. Talvez, por essa razão, Lucas faz questão de mencionar o parecer de Tiago para registrar que até os mais legalistas estariam aprovando a missão entre os gentios e a admissão dos mesmos. Tiago, o defensor da doutrina da Igreja de Jerusalém, aceita a argumentação de Pedro e acrescenta que não se deve “importunar os pagãos que se convertem a Deus” (At 15,19).

c) Deliberação da Assembleia

A Igreja de Jerusalém se dirige às comunidades de Antioquia, da Síria e da Cilícia (15,23). Os judaizantes, que estavam presentes na assembleia, parece que não tiveram muito êxito. Nem se sabe se eles chegaram a votar, porque o texto diz que a decisão foi tomada de comum acordo.

No relato de Lucas, Barnabé e Paulo são os vitoriosos. A assembleia supera as leis judaísticas. Com eles vão para a missão mais dois companheiros da Igreja de Jerusalém.

A decisão do “concílio” pretende ser mais que uma decisão jurídica. Ela é antes atribuída à inspiração do Espírito Santo. Colocando o poder da decisão sob o poder do Espírito Santo, ela ganha significado e importância sobrenatural.

d) Entrega do Decreto em Antioquia (At 15,22-33)

Este encontro parece ter sido um dos marcos do término da tensão entre os dois centros da Igreja primitiva. A leitura e entrega da carta por Judas e Silas,

representantes de Jerusalém, é o selo de comunhão entre as duas Igrejas para ser una. A carta também selava e dava liberdade à missão de Paulo e Barnabé, até então não aprovada.

Claro que os judaizantes mais radicais devem ter importunado Paulo e Barnabé por mais algum tempo, mas agora eles também tinham amparo eclesiástico e legal.

4.2- O Concílio de Trento (1545-1563)

O Concílio de Trento foi proposto para ser a resposta da Igreja Católica ao movimento da Reforma Protestante iniciado por Lutero. Porém, surgiram dificuldades para cumprir este intento. Uma delas é que a teologia de Lutero não partia dos princípios eclesiológicos, mas de uma problemática religioso-existencial de cada indivíduo; assim, a questão deveria levar a uma mais profunda reflexão da teologia do sacerdócio comum dos fiéis.

O Concílio foi puramente episcopal, dominado pelo grupo de bispos preocupados em reforçar sua posição contra a negação da hierarquia da Igreja por Lutero. Embora tenha sido uma resposta às proposições do protestantismo, este Concílio foi muito mais do que isto; foi uma expressão da vitalidade da Igreja, que no século XVI se manifestou em Trento e num movimento de eflorescência prolongado até o século XVII.

Esta eflorescência brotava do íntimo da Igreja ou dos seus setores ligados à oração e à mística; é necessário ter em vista o fervor da piedade cultivada por São Felipe Néri, Santa Teresa de Jesus, São João da Cruz, Santo Inácio de Loyola, São Pedro de Alcântara, São Francisco de Sales...; chegou-se a dizer que os séculos XVI e XVII foram séculos de santos.

O renascimento interior da Igreja despertou muitas forças católicas adormecidas, inclusive o alto clero, e acelerou o seu curso de ação, indicando-lhes indiretamente a orientação a tomar.

Os santos do século XVI tinham por programa:

“...não criticar a outrem, mas emendar a si mesmos; não mudar as estruturas da Igreja estabelecidas por Cristo, mas reformar os homens detentores de cargos e funções; já que o mal estava principalmente na mundanização do clero, falava-se, antes de tudo, em reforma do clero”.

Segundo o teólogo Egídio de Viterbo, “os homens é que devem ser transformados pela religião, e não a religião pelos homens”.

Assim, nota-se um paralelo entre o século XVI e os séculos XI-XIII: na Idade Média as forças renovadoras da Igreja não partiram diretamente do Papado, mas de círculos não pertencentes à hierarquia (Cluny, Cister, as ordens Mendicantes); também no século XVI o impulso renovador partiu, antes do mais, das comunidades dadas à acesse e à mística (Carmelitas, Jesuítas, Teatinos, Capuchinhos, Barnabitas, Angélicas, Ursulinas, Somascos...), que com humildade aderiram incondicionalmente à hierarquia e ao Papado. Só aos poucos este foi entrando na renovação ativa do século XVI, afetado como estava pelo espírito renascentista e mundano.

Até 1530, aproximadamente, Roma vivia em quase inconsciência dos males que afetavam a Igreja. Leão X, por exemplo, considerava a tempestade luterana como uma querela entre monges e, dessas querelas de monges, estava acostumado a ver muitas peças no seu teatro de Roma.

Somente a partir de Paulo V (1555-1559), o mais severo entre os severos, o Papado se tornou o esteio da renovação da Igreja. Esta teria por Magna Carta os documentos do Concílio de Trento e como força executora a Companhia de Jesus.

4.2.1- Os antecedentes do Concílio

Em 1534 foi eleito Papa o Cardeal Alexandre Farnese, com o nome de Paulo III (1534-1549). Este caracteriza a transição do Renascimento humanista para a Restauração católica. A sua vida anterior se ressentiu dos males da época: devia a sua nomeação cardinalícia às relações ilegítimas de sua irmã Giulia com Rodrigo Borja (futuro Alexandre VI); quando Cardeal, mandou legitimar quatro filhos naturais. Como Papa, ainda cedeu ao luxo, aos divertimentos e ao nepotismo.

Não obstante, mostrou-se mais consciente da necessidade da Reforma do que os Pontífices anteriores. Por isto, favoreceu as novas ordens Religiosas dos Teatinos, Capuchinhos, Barnabitas, Somascos, Ursulinas, e em 1540 aprovou a Companhia de Jesus. Chamou para o Colégio Cardinalício homens doutos e dignos, e nomeou uma comissão de nove membros, que elaborou para o Papa um relatório dos males da igreja e uma sugestão de remédios a opor-lhes.

A consciência de Roma era despertada ainda por outro fato. As ideias revolucionárias “transalpinas” iam penetrando na Itália, especialmente em Nápoles; as obras de Lutero, Zvínglio, Calvin e Erasmo difundiam-se entre o clero e o povo, conseguindo a apostasia do Padre Geral Ochino, dos Capuchinhos, em 1542; apareciam personagens ambíguos que, sem romper com a Igreja, se compraziam nas obras dos Reformadores protestantes.

Para conter tais avanços, o papa Paulo III reorganizou a Inquisição, inspirado pelo Cardeal Carafa (futuro Paulo IV) e por Santo Inácio de Loyola: uma comissão de seis Cardeais recebeu a faculdade de nomear sacerdotes “inquisidores” em qualquer lugar onde o julgasse necessário. Assim se originou a Congregação do Santo Ofício que, após o Concílio Vaticano II, recebeu o nome de Congregação para a Doutrina da Fé, visto que nada tem de comum com a Inquisição. Esta procedeu energicamente contra os inovadores, conseguindo exterminar por completo as novas ideias na Itália.

Muito se falava (como aliás, em tempos anteriores também) da necessidade de se convocar um Concílio Ecumênico. Havia, porém, obstáculos à realização concreta deste ideal. Com efeito, ficava em muitos homens da época (inclusive no Papa Clemente VII, 1522-1534) o receio do Conciliarismo. Além disto, o Imperador Carlos V queria que o Concílio se realizasse em território alemão, para facilitar a participação dos luteranos, que Carlos queria trazer de novo à unidade da Igreja. O Papa, porém, preferia uma cidade da Itália. Em suma, Imperador, Papado, protestantes, Espanha e França tinham algo a dizer sobre a convocação do Concílio, mas em termos divergentes.

Após as frustradas convocações, e depois de dez anos de tentativas, Paulo III fixou a abertura do Concílio para Trento (território alemão) em março de 1545; mas só em dezembro deste ano se abriu a grande assembleia na catedral de Trento. O Concílio durou dezoito anos, interrompido longamente por duas pausas; durante o mesmo, morreram quatro Papas.

As três fases do Concílio são: 1545-1547; 1551-1552; 1562-1563. O grupo preponderante foi o dos espanhóis, dotados de profundo senso eclesiástico, sem os quais não teriam sido elaborados os decretos dogmáticos do Concílio.

4.2.2- Definições alcançadas

- Definiu, mais uma vez, o cânon da Sagrada Escritura; afirmou que as tradições apostólicas (ou a Palavra de Deus oral que não foi consignada nas Escrituras) devem ser acolhidas com o mesmo respeito que as Escrituras; declarou autêntica a tradução latina da Bíblia dita “Vulgata” (deveria ser considerada isenta de erros teológicos em meio às muitas traduções tendenciosas da época).
- Os sacramentos: estes não são meros ritos simbólicos, mas são canais transmissores da graça, graça que não é mero revestimento da alma do pecador, mas que opera uma transformação (justificação) intrínseca. A vontade humana não é meramente passiva nem escrava do pecado, mas é chamada a colaborar com a graça de Deus. A Missa é a perpetuação do sacrifício da Cruz sob forma sacramental.
- Os conciliares também decretaram medidas disciplinares; ficava proibido o acúmulo de mais de um benefício (cargo) eclesiástico nas mãos de um só titular; foi abolido o ofício de coletor de esmolas (que pregava as indulgências!).
- Tornou-se obrigatório o casamento sacramental dentro de moldes bem definidos e na presença do pároco ou do vigário.
- Foram estipuladas normas rígidas para a formação do clero nos Seminários.

O Concílio se encerrou aos 3 e 4/12/1563. O papa Pio IV confirmou os seus decretos pela Bula *Benedictus Deus*. Atendendo a um pedido do Concílio, publicou um Index de Livros Proibidos e uma Profissão de Fé Tridentina.

4.2.3- A Eclesiologia de Trento

Embora a doutrina eclesiológica resultante do Concílio de Trento seja pouco estudada, ela influenciou quatro séculos de Eclesiologia.

Devemos lembrar que sua motivação foi dar uma resposta à Teologia dos reformadores, e assim estancar a influência da Reforma. Deste modo, busca esclarecer pontos doutrinários que eram os mais atacados, sem pretender apresentar uma proposta doutrinal sistemática e ampla.

A Reforma colocou em questão tudo o que a Igreja medieval construiu e intentou voltar à Igreja antiga, no que diz respeito à doutrina e à disciplina. Essa tentativa foi influenciada pelo pensamento da época, onde dominava o individualismo, o subjetivismo, crítica e oposição à Igreja por causa da sua vida interna, decadência do papado, conciliarismo e anti-romanismo germânico. Ainda, contribuíram a decadência da Teologia escolástica e outras tendências intelectualizantes.

A Reforma proposta por Lutero atingia de maneira importante alguns elementos da Igreja existente. Lutero tinha um conceito eclesiológico característico:

- a) *Sola Scriptura*: autossuficiência da Bíblia no conhecimento teológico. A origem e a natureza da Igreja são atribuídas à Palavra.
- b) *Sola Fides*: a Igreja é a comunhão dos santos, na qual se ressalta a incorporação nela pela fé.
- c) *Sola Gratia*: “Basta-te a minha graça” (2Cor 12,9). Não há necessidade de mediadores entre os homens e a graça de Deus.

Como resultado, o catecismo tridentino possui uma eclesiologia implícita, onde são tratados temas como: Escritura e Tradição, estruturas hierárquicas da Igreja, Sacramentos.

Porém, as consequências da Reforma afetaram a Igreja:

- Rompimento da unidade monolítica da Idade Média, no campo religioso, cultural e do conhecimento;
- Diminuição do prestígio religioso do Papa; e
- Desejo de reforma da Igreja, com um retorno às fontes do cristianismo contra o formalismo e o legalismo.

Diante desse quadro é interessante conhecer alguns dos elementos de Eclesiologia que resultaram do Concílio de Trento:

- a) A Escritura e a Tradição são os princípios e os critérios do conhecimento teológico na Igreja. Há um entrelaçamento entre Evangelho e Igreja, e o papel desta é garantir a conservação daquele.
- b) A existência da hierarquia na Igreja e a afirmação de que nem todos os fiéis são sacerdotes ministeriais (ordenados).
- c) Houve um esclarecimento da origem e do poder dos bispos diante da diversidade de posições que chegaram a Trento.

d) O primado do Papa é jurídico e não de honra.

Em resumo, o Concílio de Trento durou mais que todos os outros e foi o que mais dificuldades encontrou para se realizar. Mas nenhum exerceu influxo tão profundo e duradouro sobre a fé e a disciplina da Igreja.

Verdade é que a unidade de fé não foi restabelecida, mas a doutrina católica foi elucidada e consolidada em todos os pontos ameaçados. O programa de reforma tridentino foi a base de renovação do clero e do povo católico, embora a execução desses decretos tenha sido, por vezes, lenta e controvertida. O Concílio comunicou nova união e confiança aos católicos abalados pelos acontecimentos trazidos pela Reforma Protestante.

O Concílio de Trento foi também o mais papal de todos os Concílios antes do Vaticano I (1870); preparou assim a via para a definição do primado do Romano Pontífice, definição que no século XVI seria prematuro, pois ainda eram fortes as tendências a formar Igrejas nacionais. O Concílio confiou ao Papa, outrossim, o desejo de que promovesse a publicação de um novo Catecismo, de um novo Missal e de novo livro de Liturgia das Horas (o que, de fato, foi executado pelos sucessores de Pio IV).

Numa palavra, pode-se dizer que o Concílio de Trento foi a autoafirmação da Igreja como sociedade universal de salvação contra as diversas formas de individualismo e subjetivismo que se faziam sentir fortemente no limiar da Idade Moderna.

Verdade é que, em nossos dias, o Concílio de Trento nem sempre é aplaudido. Opõem-lhe o Concílio do Vaticano II, como se houvesse antítese entre um e outro. Ora, o Vaticano II se refere frequentemente ao Tridentino e nele se apoia, trazendo para os nossos tempos as verdades que o Concílio de Trento definiu segundo a linguagem e as exigências do século XVI.

4.3- O Concílio Vaticano I

O Concílio Vaticano I foi o acontecimento de maior relevo na História da Igreja do século XIX.

4.3.1- Os preparativos

Mais de trezentos anos haviam decorridos após a última assembleia do Concílio de Trento, quando Pio IX, em dezembro de 1864, comunicou secretamente aos cardeais a sua intenção de reunir novo Concílio Ecumênico: os tempos, ingratos como eram, o exigiam; era preciso deliberar sobre os remédios a oferecer-lhes - o que se faria por excelência num Concílio.

A Bula de convocação saiu aos 29/06/1868, convidando também os protestantes e os ortodoxos separados; estes, porém, não compareceram. A notícia de um próximo Concílio suscitou entusiasmo e também apreensões; o público só sabia que seriam condenados erros contemporâneos, reafirmada a doutrina da Igreja, revistas a disciplina, a obra missionária, a formação dos seminaristas.

Mas, na Cúria Romana reinava um certo mistério sobre os intensos preparativos do Concílio. A agitação pública aumentou quando em fevereiro de 1869 a revista jesuíta *La Civilta Cattolica* anunciou que o Concílio estava para definir a infalibilidade papal. O mundo não católico, imbuído de liberalismo, proclamava-se defensor da liberdade dos simples fiéis católicos, “subjugados pelo domínio obscuro e obscurantista dos eclesiásticos”.

Na Alemanha, o historiador Pe. Inácio Dollinger (1799-1890) colocou-se à frente do movimento antiinfalibilista, com diversos escritos contrários a definição. O Presidente de Ministros da Baviera, Clodoveu de Hohenhole, procurou suscitar uma intervenção dos Governos europeus contra os pretensos perigos do Concílio. Os bispos alemães reunidos em Fulda (setembro de 1869) enviaram um escrito ao Papa em que declaravam não julgar oportuna a definição, embora não se opusessem à doutrina; temiam as reações dos Governos e cisões entre os próprios católicos.

Em verdade, a definição desse dogma podia parecer ousadia numa época em que se respirava o liberalismo.

4.3.2- O decorrer do Concílio

O Concílio foi aberto em 08/12/1869 na Basílica de São Pedro, com a presença de 764 prelados.

Quatro foram as sessões públicas do Concílio. A terceira, no dia 24/04/1870, promulgou uma Constituição Dogmática *Dei Filius*, unanimemente aprovada. O

capítulo 1º afirma a existência de um Deus pessoal, livre, Criador de todas as coisas e independente do mundo criado (contra o materialismo e o panteísmo); o capítulo 2º ensina que certas verdades religiosas, como a existência de Deus, “podem ser conhecidas com certeza pela luz natural da razão humana” (contra o ateísmo e contra o fideísmo num século em que a fé cristã era escarnecidida pelo racionalismo; o Concílio defendia a razão!); o texto desse 2º capítulo acrescenta que houve uma Revelação Divina, a qual chega até nós mediante tradições orais e Escrituras Sagradas.

O capítulo 3º proclama que a fé é uma adesão livre do homem a Deus, que surge um dom da graça divina. O capítulo 4º define os setores próprios da razão e da fé, e lembra que qualquer aparente desacordo entre razão e fé só pode vir de falsa compreensão das proposições da fé ou das conclusões da razão.

A quarta sessão do Concílio, em 18/07/1870, definiu a infalibilidade do Papa e seu primado de jurisdição sobre a igreja inteira. Os conciliares deram voto favorável à Constituição *Pastor Aeternus*. Pio IV promulgou logo a Constituição, que consta de quatro capítulos, que afirmam o fundamento bíblico e patrístico, a duração perpétua, o valor e a essência do primado romano, assim como a infalibilidade do magistério papal.

A autoridade do Papa foi definida como sendo sumo e imediato poder de jurisdição sobre toda a Igreja (cap. 3º). O capítulo 4º define, como dogma revelado por Deus, que as definições do Romano Pontífice proferidas *ex-cathedra*, isto é, na qualidade de Mestre da Igreja inteira, em questões de Fé e de Moral, gozam de especial assistência do Espírito Santo; são, pois, infalíveis e irreformáveis por si mesmas, sem necessitar da aprovação da igreja.

Após esta memorável sessão, o Concílio ainda estava no início das suas atividades. Porém, o Concílio teve que ser interrompido abruptamente, pois estourou a guerra franco-alemã, que obrigou muitos prelados a regressar à sua pátria. Em consequência, o Papa suspendeu o Concílio, que deveria voltar a reunir-se em época mais apropriada, mas na verdade nunca foi reaberto.

A importância do Concílio Vaticano I é enorme para a Igreja. A definição da infalibilidade papal era a conclusão lógica de premissas contidas na própria Escritura (Mt 16,16-19; Lc 22,31; Jo 21, 15-17) e desenvolvidas através dos tempos;

principalmente por ocasião dos litígios que afetavam a Igreja, foi emergindo na consciência dos cristãos a preeminência do magistério dos sucessores de Pedro.

Numa época de descrença, a fé se afirmava de maneira corajosa. A própria Igreja aparecia como algo de transcendente ou como um Sacramento, que o homem recebe de Deus, a diferença de outras sociedades e instituições.

A centralização explicitada pelo Concílio Vaticano I teve expressões sempre mais perceptíveis durante os pontificados seguintes. Era preciso que ocorresse o Concílio Vaticano II (1962-65) para terminar a obra que o anterior deixara inacabada.

O Vaticano I só pôde abordar a função do Romano Pontífice, dentro do exíguo espaço de sua duração; o Vaticano II abordou também o papel dos bispos e dos presbíteros na Igreja, pondo em relevo o conceito de colegialidade que, sem apagar o primado de Pedro, enriquece a estrutura da Igreja.

4.4- O Concílio Vaticano II

O Concílio foi desenvolvido em quatro sessões entre 11 de outubro de 1962 e 08 de dezembro de 1965. Como resultado do Concílio foram promulgados 16 documentos. Dentre estes, o principal documento foi a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, promulgada em 21 de novembro de 1964.

4.4.1- *De Ecclesia*

A respeito da concepção de Igreja confrontavam-se as escolas teológicas: junto com o projeto preparatório, de inspiração romana, circulavam também o projeto belga, elaborado pelos teólogos da antiga universidade católica de Lovaina, o francês, o alemão (caracterizado por uma intensa inspiração bíblica e apoiado pelo seu episcopado), e o chileno, que revelou ao concílio o frescor e o compromisso de uma Igreja latino-americana.

Nas reelaborações do texto, as diversas visões de Igreja vão surgindo e sendo postas em discussão e sistematizadas na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, que passa a ser o centro do Concílio Vaticano II.

É importante afirmar o valor fundamental da *Lumen Gentium*, enquanto supõe uma tomada de consciência da Igreja sobre si mesma. Nela se relacionam os demais

textos do Concílio e se configura como a chave hermenêutica para interpretar devidamente o resto dos documentos conciliares.

A *Lumen Gentium* expõe a doutrina sobre o mistério da Igreja, Povo de Deus, ao qual todos os fiéis são incorporados pelo Batismo. Daí deriva a radical unidade de todos os fiéis que integram a Igreja e o caráter universal do chamado à santidade.

Declara também que os bispos são sucessores dos Apóstolos e que, ademais de presidir suas Igrejas particulares, formam parte de um “colégio” ou “corpo” episcopal do qual cada Bispo se faz membro. Esse colégio é presidido pelo Papa e não pode agir à margem deste.

Foi neste momento, enquanto o documento sobre a Igreja era reelaborado, que ouve o primeiro intervalo conciliar, período em que morre o papa João XXIII e é eleito o papa Paulo VI.

No segundo período conciliar a Constituição *Lumen Gentium* ganha, outra vez, atenção especial. Esse documento era o fio condutor e o centro das decisões conciliares. Seria o responsável por oficializar a natureza e a identidade da Igreja que necessitava de tal esclarecimento desde o século XIII.

Foi em dezembro de 1963, no final deste segundo período do concílio, que foram aprovados os documentos sobre a Liturgia (*Sacrosanctum Concilium*) e o documento sobre os Meios de Comunicação Social (*Inter Mirifica*).

Depois de mais um momento de intervalo, em setembro de 1964, Paulo VI inaugura um novo período de trabalhos do Concílio com uma concelebração na qual eram expressas as novas formas litúrgicas.

Então, foi retomado o estudo sobre a Igreja, agora a partir de um texto reformulado, que além dos quatro capítulos originais que tratavam do mistério da Igreja, Povo de Deus, estrutura hierárquica e leigos, trazia à discussão a vocação universal à santidade, os religiosos, o horizonte escatológico da Igreja e a virgem Maria.

Aos 21 de novembro de 1964, depois de tantas discussões sobre a Igreja e suas organizações e relações, foi aprovada a Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium*. A aprovação desta Constituição seria a prova da boa aceitação e da adesão dos padres à renovação eclesiológica. Este documento será apresentado no próximo capítulo.

Neste processo é necessário destacar a importância da Constituição Dogmática *Dei Verbum*, documento em forma de bula pontifícia e é um dos principais documentos do Concílio Vaticano II.

É designada "constituição dogmática" por conter e tratar "matéria de fé". De fato, o seu conteúdo aborda o delicado e complexo problema da relação entre as Sagradas Escrituras e a Tradição. A sagrada Tradição, portanto, e a Sagrada Escritura estão intimamente unidas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmo fim.

A Sagrada Escritura é a palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito Santo; a sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, para que eles, com a luz do Espírito de verdade, a conservem, a exponham e a difundam fielmente na sua pregação; donde resulta assim que a Igreja não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas. Por isso, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência. Nesse sentido, ela explica e fundamenta o novo enfoque de como se deve interpretar a hermenêutica.

Assim, sem deixar de lado a dimensão jurídica e institucional, a Igreja dá um passo rumo à libertação da rigidez monárquica de quem detém o poder. Começa a reconhecer a função e a importância de seus membros e não só do magistério. "Passa a aprender a reconhecer os sinais dos tempos como lugares teológicos".

Em 14 de setembro de 1965 teve início o quarto e último período do Concílio Vaticano II. Esse período se estende até 08 de dezembro do mesmo ano. Durante este período, vários outros documentos, posteriores a *Lumen Gentium*, foram discutidos, reformulados e aprovados.

A nova concepção de Igreja oficializada por essa Constituição se abria para um novo modelo de unidade e reintegração com outras tradições cristãs. A Igreja que iniciava a se desvestir da sua vestimenta triunfalista, dá passos rumo a uma nova concepção eclesiástica, graças também à superação da autoconcepção de ser a única, a incomparável e a que estaria acima de todas as Igrejas.

Foi neste período que o papa e o patriarca ecumênico revogaram a excomunhão recíproca de 1054.

Em 07 de dezembro de 1965 são concluídos os trabalhos do Concílio Vaticano II com a votação e aprovação da Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje (*Gaudium et Spes*). Esta Constituição chamava a atenção para as contradições da modernidade. Uma nota esclarecia o significado a ser atribuído à qualificação “pastoral”, afirmando que: “tomando por base princípios doutrinários, a constituição pretende expor a atitude da Igreja em relação ao mundo e aos homens de hoje”.

O Concílio Vaticano II adequou a mensagem cristã tradicional aos novos tempos. “Foi o concílio da autoconsciência, da clarificação, da compreensão e do diálogo”. “Foi o maior pelo número de padres de todo o mundo; o mais rico por temas tratados e o que atendeu às necessidades de toda a família humana”. “O magistério desceu para dialogar, de maneira acessível e caritativa”.

A eclesiologia que até então servia como mecanismo de defesa e justificação, agora dá passos rumo a missionariedade e ao diálogo. A eclesiologia clássica teria nascido jurídica, para defender o poder eclesiástico. Esse teria sido o “pecado de Origem” da teologia. Depois, a teologia se desenvolveu no período pós-tridentino como apologética antiprotestante e antimoderna, na defesa da *vera ecclesia*. Para superar de vez essa abordagem jurídica, o Concílio situa a Igreja, na *Lumen Gentium*, no seu devido “lugar”.

Em resumo, os padres conciliares foram já convocados para esse Concílio com a incumbência de protagonizar uma reforma na Igreja (*aggiornamento*). Precisavam definir uma nova identidade para a Igreja, situando-a historicamente. Era preciso que a Igreja se autodefinisse.

As metas principais do Concílio seriam: o desenvolvimento da fé católica, a renovação da vida cristã dos fiéis, a adaptação da disciplina eclesiástica às exigências da época presente.

A marca do Concílio Vaticano II seria sua orientação pastoral, que visava adequar a vida eclesiástica às necessidades contemporâneas.

O Concílio Vaticano II é uma espécie de reconhecimento e oficialização de toda a ânsia de renovação que já estava madura no seio do Povo de Deus.

Os padres conciliares retomaram palavras fundamentais do Novo Testamento e da Patrística para redefinir de maneira adequada a essência da Igreja nos novos tempos.

Nesse sentido, a grande Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina traçou as bases teológicas: a Igreja é o povo de Deus e este é constituído pelo acolhimento da Palavra de Deus, Palavra criadora, que determina a História da Salvação, Palavra que se faz carne em Jesus Cristo. A partir da Palavra de Deus, o Concílio define a Igreja como Povo de Deus.

Admitindo a Igreja como Povo de Deus, se estaria resgatando uma Igreja de fundamentação bíblica. Igreja que estaria seguindo os passos paulinos vistos nos Atos dos Apóstolos. Igreja que se abria a todos, acolhendo a todos e se fazendo povo.

A Igreja Povo de Deus ganha contornos universais e humanos. Ganha vida e calor humano que ultrapassam os muros e a rigidez de uma institucionalização engessada e fria. Agora todos os homens são chamados à salvação pela graça de Deus (LG, 13).

Para refletir:

- 1) Como entender a importância dos Concílios para o desenvolvimento da eclesiologia?
- 2) Você sabe o que significa Concílio? Sabe por que foram convocados cada um dos Concílios?
- 3) Como entender a importância do comportamento de Paulo, Pedro e Tiago para a origem da Igreja na Conferência de Jerusalém?
- 4) Entendemos e participamos da Igreja que é Povo de Deus?
- 5) Conhecemos o suficiente sobre a importância e os resultados do Concílio Vaticano II para a nossa Igreja?
- 6) Pesquise em alguns documentos sobre o Concílio Vaticano II 50 anos depois. Desse modo, veja todo o legado deixado por este Concílio à Igreja.

MESA 5 - *LUMEN GENTIUM*

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, apresenta a Igreja como sacramento em Cristo, luz dos povos.

Esta Constituição eclesiológica – a única que, junto com a relativa à Palavra de Deus, recebeu a qualificação de “dogmática” – tem os seus pontos fortes nos três primeiros capítulos, nos quais o Concílio, de acordo com a tradição patrística e devido à renovação teológica da primeira metade do século XX, apresenta a Igreja como “sacramento em Cristo, luz dos povos”, como momento crucial do desígnio de salvação do Pai, que tem como meta o Reino, o qual, por isso mesmo, é distinto da Igreja.

Parece ser esse um passo importante para a superação da confusão ou disputa pela superioridade existente entre Igreja e Reino de Deus. Aqui a Igreja passa a ganhar uma identidade de Povo de Deus que busca ou constrói o Reino. Vai se desfazendo a imagem imaculada da Igreja que se colocava no lugar ou acima do Reino. Pode-se dizer que a Igreja dá um importante passo para situar-se no seu lugar como um meio para a busca ou construção comunitária do Reino.

Segundo o Concílio Vaticano II, a Igreja, por vontade divina, é dotada de ministros, cuja autoridade está a serviço dos fiéis. Como sucessores dos apóstolos, instituídos pelo próprio Cristo, os bispos continuam seu serviço e constituem um corpo ou colégio, que é a expressão da comunhão que une como irmãs as Igrejas por eles presididas. Mediante a consagração episcopal, grau supremo do sacramento da Ordem, o colégio aceita em seu seio novos membros, os quais devem estar em comunhão com o bispo de Roma. Os bispos recebem, pois, na consagração sacramental, a participação na tríplice autoridade de Cristo, de santificar, ensinar e dirigir a Igreja local confiada a cada um e, junto com o bispo de Roma, a Igreja universal entregue a todos.

A *Lumen Gentium* passa a priorizar o cristocentrismo, a dimensão sacramental e missionária da Igreja. Apresenta para o mundo uma Igreja com identidade e não como um corpo punitivo.

A eclesiologia se desloca do campo do Direito para o da Teologia. Isso também possibilita fazer uma releitura de sua estrutura hierárquica, que até então era bastante de acordo com a postura jurisdicista. Essa Constituição representava um passo nítido

para frente, em confronto com as decisões do Concílio Vaticano I ou com alguns amadurecimentos do magistério papal dos decênios seguintes.

A Lumen Gentium objetivou atualizar a consciência da Igreja a respeito de sua identidade e de sua natureza de mistério. Não quis condenar nada e nem definir dogmas. Seu valor está na visão orgânica do mistério da salvação e do mistério da história humana, procurando colocar no centro aquilo que lhe é essencial e imutável, mostrando claramente as dimensões interiores do mistério da Igreja.

Na verdade, acolhe e sistematiza muitos aspectos do itinerário renovador já então vigente. Ela aceita o cristocentrismo que desde o Vaticano I se difundia. Cristo, único Mediador, constituiu e incessantemente sustenta aqui na terra Sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade, como organismo visível pelo qual difunde a verdade e a graça a todos.

Mas, a sociedade provida de órgãos hierárquicos, e o corpo místico de Cristo, a assembleia visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja enriquecida de bens celestes, não devem ser consideradas duas coisas, mas formam uma só realidade complexa em que se funde o elemento humano e divino. E por isso, mediante uma analogia, é comparada ao mistério do Verbo encarnado (LG 8).

5.1- Cristo e a Igreja

Jesus Cristo, além de fundador da Igreja, é a cabeça da mesma, que é o corpo por Ele animado.

A renovação eclesiológica relaciona a concepção do mistério da Igreja com a nova concepção de encarnação de Jesus Cristo. A Igreja não tem luz própria, senão que, qual lua misteriosa junto ao sol, Jesus Cristo, tem de devolver refletida, para os homens, a claridade daquele que lhe brilha o rosto. Ela deve ser pura transparência, porque, desaparecendo, possibilita ver Cristo, presença vivente nela, que a faz transparente e transparecer. Ele é sua cabeça, com a qual ela tem de se conformar, já que forma um só corpo com Cristo.⁹

A reforma resgata a fidelidade a Jesus Cristo que sempre remeteu para uma abertura à humanidade. Abertura que implica comunhão. A comunhão humaniza a

⁹ HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. **A Igreja, mistério de comunhão e as exigências da evangelização no mundo.** In Teocomunicação 147, v. 35, 2005, p. 90.

relação Igreja Povo de Deus. É a superação da eclesiologia jurídica vigente até então. A própria concepção da animação do Espírito Santo é uma concepção de comunhão. O Espírito Santo é aquele que unifica a comunidade trinitária. Aquele que anima a primeira comunidade da qual é componente.

O Novo Testamento afirma que é o Espírito Santo quem constitui a comunidade eclesial de salvação (Lc 24,44-53; At 2,1-13). Pois o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: “Vem” (Ap 22,17). Desta maneira aparece a Igreja toda como “o povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (LG, 4).

A Igreja, constituída pelo Espírito Santo, unifica os crentes para formar um só corpo. Ele santifica e age permanentemente em favor da Igreja. Isso significa que tanto as estruturas quanto as leis jurídicas devem ser animadas pelo Espírito Santo. O Espírito Santo não é somente assistente. Ele é cofundador da Igreja. “Com efeito, a Igreja é obra do Espírito Santo”. A Igreja se abre para o mundo, para o diálogo. A Igreja é o lugar onde Cristo Redentor age no Espírito Santo.

O cristocentrismo sacramentaliza a Igreja. Por ser o âmbito onde acontece e se torna eficaz a obra redentora de Cristo no Espírito Santo, a Igreja é o sacramento primordial da graça de Deus para os homens. Sua dimensão sacramental é uma consequência da sua dimensão cristocêntrica.

Sacramentos e Igreja se fundem. Um compõe o outro e com o outro. “Onde há sacramentos, há Igreja, e onde não há Igreja, não há sacramentos. A Igreja é sacramento universal de salvação: a Igreja é em Cristo como que o sacramento” (LG, 1). “Cristo enviou aos discípulos o Seu vivificante Espírito e por Ele constituiu seu corpo, que é a Igreja” (LG, 48).

Sacramento seria o mistério salvífico de Deus presente na Igreja. Através dos sacramentos Deus se manifesta santificando e salvando o ser humano. Seria a forma pela qual Deus se aproxima das pessoas. O aproximar-se das pessoas cria um ambiente de união. O espírito de união remete à projeção e à abertura ao futuro. Para aquilo que a comunhão nos remete. O cristão que realmente está na Igreja e sente-se Igreja é chamado a construir Igreja na história com sua vida. A Igreja construída na história caminha para o futuro.

5.2- O Povo de Deus

O Concílio Vaticano II abriu portas para um criativo surgimento de novas eclesiologias. Uma diversidade de concepções e compreensões de Igreja foi surgindo.

Na América Latina nasce um modelo de Igreja muito mais libertadora. Os pobres passam a ser o verdadeiro lugar teológico. Ao invés de uma Igreja para os pobres, se fomenta a ideia da necessidade de ser uma Igreja dos pobres. A concepção de pecado moralista e da repressão individual se alarga para a compreensão do pecado que gera carências sociais e econômicas.

Ao invés de cada um salvar sua alma, se inicia um caminho rumo à salvação e libertação de carências vitais, como a libertação da miséria, da fome e de tantas injustiças. Prática que tem como meta transformar a sociedade e alcançar a libertação pessoal, comunitária e estrutural.

No período pré-Vaticano era muito forte a concepção de Igreja como o corpo místico de Cristo. Como já foi visto, o Vaticano II muda o foco a partir da valorização da imagem bíblica de Igreja Povo de Deus. Assim, entra no contexto eclesiológico a concepção Povo de Deus como um novo elemento que passa a disputar espaços com a concepção até então, única e forte de Corpo Místico de Cristo.

A Igreja, que nasceu para ser missionária e servidora, a partir da concepção Povo de Deus, se desfaz do caráter hierárquico e aparece como Igreja peregrina que faz e se faz na história do povo. “Foi assim que redescobriram a continuidade da Igreja Israel”. Igreja que continua a história do povo de Abraão. Povo que já era desde sempre de Deus.

A Constituição lembra com clareza que a Igreja não é a meta da fé. É peregrina na busca do Reino de Deus. Ela é a comunidade dos que creem em Jesus Cristo. Todos os homens são chamados a esta união com Cristo, que é a luz do mundo, do Qual procedemos, por Quem vivemos e para Quem tendemos (LG, 3).

A fé deve ser fundada em Cristo luz do mundo, não na Igreja, que como a lua, não faz mais que refletir a luz que é Cristo. O próprio Jesus iniciou a Igreja pregando a boa-nova, o Reino de Deus e não a si mesmo e nem a instituição (LG, 5).

Por isso a Igreja é um meio para servir a Cristo. Um caminho para seguir seus passos. É ela que deve estar a serviço do mundo e não o mundo a serviço dela. Cristo consumou a obra da redenção na pobreza e na perseguição; assim, a Igreja é chamada

a seguir o mesmo caminho, a fim de comunicar aos homens os frutos da salvação (LG, 8).

A função da Igreja é anunciar e testemunhar a divindade e humanidade de Cristo, sua coragem e desapego da glória terrena. É ser fermento para a libertação agindo junto àqueles que mais carecem de vida e dignidade. É ser aquela mãe que ama mais o filho doente na busca da cura, o faminto na busca do alimento, o nu na busca da vestimenta. É o verdadeiro sinal ou sacramento de Cristo que alimenta e ilumina a caminhada daqueles que mais necessitam dignificar-se.

O que mesmo pode-se dizer que é a Igreja Povo de Deus? A concepção Povo de Deus traz consigo toda a possibilidade de contradições próprias de qualquer povo. Isso, já no primeiro momento, implica no desnudamento daquela vestimenta camuflosa que passava a imagem de uma Igreja perfeita, que em reação à realidade da reforma protestante em expansão e ao mundo moderno em desenvolvimento precisava manter, de maneira forçada, o depósito e propagação da perfeição. Aí se fez necessário a apologética. Uma apologética que defendia uma Igreja perfeita e superior às demais e às organizações sociais todas.

Para dar esse passo de superação e aproximação dessas distâncias vigentes, o Concílio inicia pela mudança de concepção de mundo. Aquele mundo até então iníquo, local da perdição, passa agora a ser visto como lugar de autocomunicação de Deus. Agora Deus fala à humanidade, ao mundo. A Igreja então também necessita da relação com o mundo para ouvir os desígnios de Deus.

A sua relação com o mundo agora faz parte da definição, realização e missão da Igreja.

É possível fazer distinção entre a eclesiologia jurídica pré Concílio Vaticano II e a eclesiologia comumhão pós Concílio Vaticano II. Essa eclesiologia dá relevância à dimensão comunitária da Igreja. A eclesiologia Povo de Deus destaca a imagem bíblica de Povo de Deus (1Pd 1,13-25). Mostra novas relações dentro da Igreja; relações de igualdade. Apresenta um caráter histórico de um Deus peregrino no mundo. Destaca os ministérios. O Povo de Deus é um povo ministerial. A missão passa a ter também um caráter de promoção humana, além da evangelização. O modelo eclesiológico pós-conciliar se propõe a seguir o exemplo das primeiras comunidades. Busca ser uma Igreja servidora.

Esse exemplo de eclesiologia segue o exemplo das primeiras comunidades, onde reina forte espírito comunitário. Ela se caracteriza por ser anunciadora do Reino de Deus pelo trabalho no mundo, especialmente aos mais pobres, onde há um forte sentido de mútua fraternidade, que brota entre aqueles que se engajam nesse serviço, a fim de manter viva a esperança do Reino de Deus.

A fé não pode esquecer a dimensão prática em favor dos mais necessitados. Consegue fazer uma leitura mais apurada das carências que afetam o ser humano e se deixa tocar pelo apelo misericordioso e caritativo que marcou as primeiras décadas do cristianismo. Fomenta uma consciência sobre a necessidade de contribuir para a transformação social. Transformação que leva ao engajamento bem conhecido na América Latina com a Teologia da Liberação, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e tantos movimentos que foram surgindo. Tudo isso se concretizou graças ao alavancamento, à sustentação teórica, à sustentação metodológica e à proteção da Igreja.

Assim, a Igreja deve caracterizar-se mais pelo serviço aos irmãos. Nesta postura de serviço todo o batizado passa a ser chamado a fazer parte do sacerdócio comum de Cristo, que é um sacerdócio ministerial. Os ministérios são divididos em hierárquicos e não-hierárquicos. A grande parte da Igreja está incluída nos ministérios não-hierárquicos. O que não elimina a necessidade dos ministros hierárquicos.

5.3- A Igreja e os ministérios

Ela necessita de ministérios como o do Papa, sucessor de Pedro, como sinal de unidade; dos bispos, como sucessores dos apóstolos e sinais de unidade das Igrejas particulares; dos sacerdotes e diáconos para a vida diária dos fiéis; dos ministérios não-ordenados para situações concretas.

Se a Igreja como um todo é constituída pelo chamado de Deus através de Cristo, nela, pela ação do Espírito Santo, Deus chama pessoas para diferentes ministérios a serviço de seu povo. A Igreja é um mistério da ação de Deus no mundo. Sua missão é de serviço ao mundo e não de buscar um mundo a seu serviço.

O Concílio Vaticano II afirma que o Batismo torna todo o batizado um participante do sacerdócio santo. O Espírito Santo é o grande animador da Igreja. Através do Batismo se recebe o Espírito Santo.

A hierarquia da Igreja não detém nem domestica o Espírito Santo, que age em todo o fiel. Não é apenas através dos sacramentos e dos ministérios que o Espírito Santo santifica e conduz o Povo de Deus e o orna de virtudes, mas, repartindo seus dons “a cada um como lhe apraz” (1Cor 12,11).

O Espírito Santo distribui entre os fiéis de qualquer classe graças especiais. Por elas, os torna aptos e prontos a tomarem sobre si os vários trabalhos e ofícios, que contribuem para renovação e maior incremento da Igreja, segundo estas palavras: “A cada um é dada a manifestação do Espírito para utilidade comum” (1Cor 12,7).

Contudo, os padres conciliares reservam-se a autoridade eclesiástica, o poder de afirmar ou confirmar a autenticidade da ação do Espírito Santo para os cargos ordenados. No equilíbrio entre a estrutura hierárquica e a estrutura carismática, a palavra decisiva é a da hierarquia, que fica com a liberdade e poder de interpretar e purificar a ação do Espírito Santo. “O juízo sobre sua autenticidade e seu ordenado exercício compete aos que governam a Igreja” (LG, 12).

O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico ordenam-se um ao outro, embora se diferenciem na essência e não apenas em grau. Pois ambos participam, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo. O sacerdote ministerial, pelo poder sagrado de que goza, forma e rege o povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico na pessoa de Cristo e O oferece a Deus em nome de todo o povo (LG, 10).

O documento deixa claro que todo o batizado é chamado à santidade. Que o critério é o da caridade. Percebe-se que os leigos são cada vez mais chamados à participação ativa. “Os leigos agindo santamente em toda a parte consagram a Deus o próprio mundo” (LG, 34). O documento dá passos importantes na promoção dos leigos, elevando cada comum mortal ao grau de Povo de Deus.

Mas, seguindo o documento, é enfatizado que todo o ser humano recebe a vocação de realizar-se na vida. **Dentro da vida somos chamados a sermos cristãos.** Dentro da vocação cristã há uma variedade de funções e ministérios específicos.

Para cada vocação são exigidas determinadas condições. Tais condições devem ser “acompanhadas de uma inclinação sobrenatural”. Para viver e se desenvolver, a Igreja precisa de ministérios. Tal necessidade faz com que a mesma responda a partir de uma constituição hierárquica.

Para apascentar e aumentar sempre o Povo de Deus, Cristo Senhor instituiu na Sua Igreja uma variedade de ministérios que tendem ao bem de todo o Corpo. Pois os ministros que são revestidos do sagrado poder servem a seus irmãos para que todos os que formam o Povo de Deus e, portanto, gozam da verdadeira dignidade cristã, aspirando livre e ordenadamente o mesmo fim, cheguem à salvação (LG, 18).

Ao se referir aos ministérios, a *Lumen Gentium* define os bispos como os “sucessores dos apóstolos, os quais teriam recebido de Jesus poderes para governar a Igreja”. A sagradação episcopal confere ao bispo “a plenitude do sacramento da Ordem e o múnus de santificar, ensinar e reger” (LG, 21). O bispo é o ponto de unidade em sua diocese, mas precisa da colaboração de outros ministérios.

Os sacerdotes ou presbíteros são os auxiliares mais diretos do bispo. A *Lumen Gentium* define o sacerdócio ministerial como: “consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino” (LG, 28).

O outro ministério ordenado é o diaconato. Uma ordem que acompanha a Igreja desde as primeiras comunidades (At 6,1-6; 8,5-13). Segundo a *Lumen Gentium*, os diáconos fazem parte da hierarquia com um grau inferior: “São-lhes impostas as mãos não para o sacerdócio, mas para o ministério” (LG, 29).

Com essa nova consciência, no discurso final do Concílio, o papa Paulo VI expressou a nova relação da Igreja com o mundo como relação de serviço. **A Igreja é “servidora da humanidade”.**

A Igreja, através de sua hierarquia, percebe a necessidade de recuperar, num mundo cada vez mais exigente e complexo, a dimensão profética em defesa da vida humana. Por isso, a nova Igreja Povo de Deus tenta também, mesmo que tímida, uma remodelação na hierarquia da Igreja. O concílio tenta optar e visibilizar na estrutura da *Lumen Gentium* a ordem do poder eclesiástico. Trata antes dos batizados, dos irmãos, do Povo de Deus, para depois tratar da hierarquia. **A categoria Povo de Deus torna-se a chave de leitura do concílio.**

5.4- A relação da Igreja Local e a Igreja Universal

Surge, a partir do Concílio, a necessidade de pensar a Igreja a partir de cada realidade. A Igreja vista e aplicada unicamente a partir da visão e concepção romana

engessava as comunidades. Torna-se necessário um grau de liberdade para as Igrejas locais.

Agora é necessário retomar a consciência de comunhão com a Igreja universal, sem que tal comunhão seja “imposta” ou assegurada pela força da centralização. É necessário valorizar e conferir aos bispos autonomia dentro da Igreja local ou particular. Agora é a Igreja universal que deve seguir os passos das Igrejas particulares em comunhão e não ditar de cima para baixo os passos para todas as Igrejas particulares.

Aqui se apresenta a questão da relação entre “universal” e “particular” na eclesiologia. A Igreja é sempre acontecimento da fé que toma corpo em dado tempo e lugar. É acontecimento da palavra no mundo. Essa dimensão “universal” da Igreja não se coloca no mesmo nível que o “particular”. O “universal” da Igreja não existe em si mesmo, separado da realização de cada Igreja particular. A Igreja universal só existe “nas e a partir das Igrejas particulares” (LG, 23), que são chamadas a formar a sinfonia da comunhão das Igrejas presidida pelo serviço petrino do bispo de Roma, sinal visível da unidade de todos os fiéis e de todas as Igrejas em Cristo.

A Igreja é una e única, mas sua vida acontece nas e pelas Igrejas particulares. **A Igreja enquanto universal só se realiza nas Igrejas concretas onde a fé é vivida.** O que não significa que a universalidade da Igreja seria simplesmente a soma das Igrejas locais, mas sim a expressão de sua universalidade na inculturação de cada particularidade. O importante é perceber que o Vaticano propõe não mais uma Igreja que desce como um chapéu, do universal que encubra o particular, mas sim como uma construção que parte do particular, do Povo de Deus, para a comunhão universal.

Como toda a experiência espiritual, a de João XXIII era semente vigorosa de renovação, de *Aggiornamento* da Igreja, como sempre repetia, mas que necessitaria de tempo para manifestar toda a sua pujança, como o comprova e ensina a história desses últimos cinquenta anos.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, ao tratar do Povo de Deus, sanciona o que se veio a denominar a **eclesiologia de comunhão**, em que o ministério deixa de se considerar constitutivo da comunidade, para se entender como uma missão de serviço, em continuidade com o Espírito de Jesus, que veio para servir, e não para ser servido.

Para refletir:

- 1) Por que se entende a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* como uma divisora de águas quando se estuda e medita sobre a Eclesiologia?
- 2) Estamos conscientes de que ser batizado torna cada um membro do Povo de Deus, e da exigência de participar da evangelização?
- 3) Como você entende a relação entre a Igreja local e universal? O que se espera de cada bispo para criar e manter esta relação?
- 4) O que podemos fazer para que a nossa participação na vida da Igreja seja ativa, consciente e frutuosa, como nos pede a *Lumen Gentium*?
- 5) Por que a categoria do laicato assume enorme relevância no interior da eclesiologia Povo de Deus?
- 6) O que você entende por eclesiologia de comunhão?
- 7) O capítulo V, da *Lumen Gentium*, trata da vocação universal à santidade na Igreja. Compreenda porque o Pe. Caffarel insistia na vocação à santidade dos casais das Equipes de Nossa Senhora. Ele não queria “nem mais, nem menos”. Apenas casais santos.

MESA 6 – IMAGENS DA IGREJA

Afirmar que a Igreja participa do mistério do que é divino e que consequentemente o homem é incapaz de compreendê-la totalmente demonstra apenas a limitação de nossa inteligência e não a impossibilidade de conhecer a realidade Igreja. Para nós são acessíveis todos os elementos terrenos da Igreja, mas a sua perfeita relação com os elementos celestiais, assim como seu exato dinamismo salvífico nos é dado pela fé. Reside aqui precisamente o seu “mistério”.

Das muitas imagens utilizadas – redil, rebanho, vinha, campo, edificação, esposa, etc. –, as mais elaboradas são as relacionadas a cada uma das Pessoas da Trindade: Povo de Deus, Corpo Místico de Cristo e Templo do Espírito Santo.

6.1- Imagens da Igreja

6.1.1- Povo de Deus

Como já vimos anteriormente, a importância desta imagem é refletida na sua utilização como título do segundo capítulo da Constituição *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II, que retirou do esquecimento esta imagem paulina. Esta imagem é a principal, porque destaca o papel da Igreja na história da salvação, fundamentando-a no Antigo Testamento e em Israel: “Aprouve, contudo, a Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão de uns com os outros, mas constituí-los num povo que O conhecesse na verdade e santamente O servisse” (LG, 9).

A ideia-chave da Constituição Dogmática sobre a Igreja, ao utilizar esta imagem, é mostrar que ela, como Povo de Deus, é composta por todos os fiéis batizados. A hierarquia (diáconos, sacerdotes e bispos) só tem razão de ser se entendida como participante deste povo e por estar a seu serviço.

No início, o nome “leigo” (“laos” = consagrado) significava todos os membros do povo; somente após o século III passa a designar os não participantes do clero.

A Igreja não é somente o clero; é composta por todos os batizados: Esse povo “tem por condição a dignidade e a liberdade de filhos de Deus, em cujos corações habita o Espírito Santo como num templo. Sua lei é o mandamento novo, de amar como o próprio Cristo nos amou (Jo 13,34). Sua meta é o Reino de Deus, iniciado na terra pelo próprio Deus na terra, a ser estendido mais e mais até que no fim dos

tempos seja consumado por Ele próprio, quando aparecer Cristo nossa vida (Cl 3,4) e a própria criatura será libertada do cativeiro da corrupção para a gloriosa liberdade dos filhos de Deus" (Rm 8,21). (LG, 9)

6.1.2- Corpo Místico de Cristo

Até o século XVI, a teologia hesitou em aplicar esta imagem à Igreja, pois o Corpo de Cristo era apenas a Eucaristia; atualmente, entretanto, está bem claro que existe uma complementaridade entre as duas realidades, visto que a comunhão do Corpo Eucarístico de Cristo significa, produz e edifica a comunhão íntima de todos os fiéis no Corpo de Cristo que é a Igreja – "na santíssima Eucaristia, está contido todo o tesouro espiritual da Igreja".

Em 1943, o Papa Pio XII, na Encíclica *Mystici Corporis*, afirmou que a imagem do Corpo é uma excelente descrição da Igreja e esta descrição foi acolhida igualmente pelo Concílio Vaticano II, que dedica a ela um número inteiro e amplo. (LG, 7)

6.1.3- Templo do Espírito Santo

Esta imagem é menos completa do que as anteriores e foi também a menos tratada pela teologia. O Catecismo da Igreja Católica (CIC, 797 e 798) reúne vários aspectos da atividade do Espírito como "alma" da Igreja. Na realidade, isto é precisamente o que indica a imagem: a presença do Espírito como princípio vital, aglutinador e santificante do Povo de Deus e Corpo Místico de Cristo. Templo significa o edifício em que Deus "habita" e, portanto, onde o homem O encontra e Lhe presta culto.

À luz destes significados concluímos que a Igreja é o "lar" da Santíssima Trindade, seu reduto predileto e mais íntimo. Ela tem uma tarefa fundamental de culto e serviço a Deus, e assim, é o lugar onde o ser humano poderá relacionar-se com Deus.

6.2- Outras imagens da Igreja

Além desses três modos de apresentar a Igreja, existem outros que são característicos da Igreja, sacramento e comunhão, completados com os conceitos de Igreja como tradição viva, sociedade e instituição.

6.2.1- A Igreja como SACRAMENTO

De acordo com o Concílio Vaticano II, a Igreja se define como Sacramento (*sacramentum*: LG 1, 9, 59; SC, 5, 26; GS, 42; AG, 5; *universale sacramentum salutis*: LG, 48; GS, 45; AG, 1). Trata-se, sem dúvida, da mais significativa descrição da Igreja, tendo-se em vista a própria história da incorporação desse conceito ao texto conciliar.

Ora, essa definição aparece nos textos conciliares primariamente num contexto claramente **cristológico**. Assim, na Constituição sobre a Liturgia ressalta-se que Jesus Cristo é o único mediador entre Deus e o homem, sobretudo mediante o seu mistério pascal. A Igreja brotou do lado aberto de Cristo na cruz (SC, 5; LG, 3). A Constituição Dogmática sobre a Igreja, nessa linha, deixa claro logo no seu início: “*Lumen Gentium com sit Christus*” (“Sendo Cristo a luz dos povos” – LG, 1) e é por isso que se diz que a Igreja é “em Cristo” o sacramento, quer dizer, sinal e instrumento da união com Deus e da unidade do gênero humano.

Na *Lumen Gentium* (LG, 9) se diz ainda mais claramente que Jesus Cristo é o autor da salvação, o princípio da unidade e da paz, ao passo que a Igreja é o sacramento visível dessa unidade salvífica. Mais adiante (LG, 59), se afirma que Cristo ressuscitado e glorificado, mediante o seu Espírito, transformou a Igreja no sacramento universal da salvação, e que continua a agir na sua Igreja por intermédio do Espírito.

Esses textos remetem a Jesus Cristo e afirmam a sua supremacia sobre a Igreja, uma vez que esta não possui outra luz a não ser aquela que Cristo irradia sobre o mundo. E é por isso que o Concílio Vaticano II vê a Igreja apenas com “uma notável analogia” com o mistério da encarnação de Deus, analogia na qual convivem semelhança e diversidade. Essa analogia se baseia no fato de o Espírito de Cristo agir por intermédio da estrutura visível da Igreja, do mesmo modo que o Verbo encarnado age por meio da natureza humana (LG, 8).

Em segundo lugar, essa definição aparece num contexto **escatológico**. Com efeito, o Reino de Deus se manifesta nas palavras, nas obras e, sobretudo, na presença pessoal de Cristo. É por isso que a Igreja, sendo “o Reino de Cristo já presente em mistério” (LG, 3), representa “o germe e o início deste Reino na terra” (LG, 5), e é “este povo messiânico que, embora não abranja todos os homens e por vezes apareça como

pequeno rebanho, é para todo o gênero humano germe firmíssimo de unidade, esperança e salvação (LG, 9).

Esse caráter escatológico é bem acentuado na Constituição sobre a Igreja e o mundo (cf. GS, 42-45) e, ainda, claramente suposto numa das afirmações mais emblemáticas do Concílio: “A Igreja que abriga no seu seio os pecadores, santa e ao mesmo tempo necessitada de purificação, aplica-se incessantemente à penitência e à sua renovação”.

Esta dupla perspectiva, **cristológica e escatológica**¹⁰, mostra como o conceito de Igreja-sacramento não surge da teologia dos sacramentos, elaborada no século XII e consagrada no Concílio de Trento, com a definição dos sete sacramentos. A fonte desse conceito, utilizado aqui analogicamente, deve ser buscada na teologia patrística, para a qual o termo latino *sacramentum* traduzia o conceito bíblico de *mysterium* que, de acordo com o que vem explicado no próprio Concílio Vaticano II, não é algo incognoscível e obscuro, mas na Bíblia é equivalente a uma realidade divina portadora de salvação, que se revela de modo visível.

O Concílio, empregando esse conceito de sacramento, quer exprimir a dupla dimensão da Igreja, humana e divina, visível e invisível, que faz com que ela seja, já em si mesma, e em virtude da lei da encarnação pela qual o visível é mediação do invisível, “uma realidade complexa” (LG, 8).

6.2.2- A Igreja como COMUNHÃO

Pouco a pouco se evidenciou que a visão eclesiológica do Concílio Vaticano II comporta um conceito renovado de **comúnico**, embora a Igreja jamais tenha sido

¹⁰ Escatologia (do grego antigo εσχάτος, "último", mais o sufixo -logia) é uma parte da teologia que trata dos últimos eventos na história do mundo ou do destino final do gênero humano, comumente denominado como fim do mundo. É interessante perceber que o Catecismo da Igreja Católica confere à Igreja um caráter escatológico. A Igreja aparece como parte desse processo escatológico que caminha rumo à casa do Pai: “a igreja visível simboliza a casa paterna para a qual o povo de Deus está a caminho e na qual o Pai ‘enxugará toda lágrima de seus olhos’ (Apocalipse 21, 4). Por isso, a Igreja também é a casa de todos os filhos de Deus, amplamente aberta e acolhedora” (nº 1186). Dessa forma, podemos perceber que “escatologia” não é uma doutrina teológica sobre as últimas coisas, mas sim, reflexão sobre a esperança cristã. Assim, o conteúdo básico de toda a escatologia é a esperança. Temos esperança de que nossa situação atual vai melhorar, que as estruturas de opressão não mais existirão, que o bem sempre prevalecerá sobre o mal. A escatologia nos anima a permanecermos firmes em nossa fé. Mesmo diante de todo mal que vemos no mundo, fica o convite de sempre nos mantermos firmes na esperança de que o projeto histórico de Deus triunfará sobre tudo e todos.

definida desse modo (LG, 4, 8, 13-15, 18, 21 24s.; DV, 10; GS, 32; UR, 2-4,14s.; 17-19, 22).

Esse conceito tem um significado básico de comunhão com Deus, da qual se participa por meio da palavra e dos sacramentos. Esse tipo de comunhão é que leva à comunhão dos cristãos entre si e se realiza concretamente na *communio* das Igrejas locais fundadas mediante a Eucaristia.

Chega-se assim ao termo técnico de *communio*, conceito e realidade fundamental da Igreja antiga, muito apreciada pelas Igrejas orientais (cf. LG, 2), tendo, por isso mesmo, um papel especial no decreto a respeito dessas Igrejas (OE, 13) e no decreto sobre o ecumenismo (UR, 14s). O Concílio, além disso, atribui valor especial à *communio* entre as Igrejas antigas e as jovens (AG, 19s., 37s.).

Mas, o nível eminentemente estrutural da *communio* foi definido nos “Lócus *Theologicus*” principal dessa noção conciliar, na fórmula eclesiológica de LG 23a, que diz: “E os bispos individualmente são o visível princípio e o fundamento da unidade em suas Igrejas particulares, formadas à imagem da Igreja universal (*ad imaginem Ecclesiae universalis formatis*), nas quais e pelas quais (*in quibus et ex quibus*) existe a Igreja católica una e única”.

Esse retorno à eclesiologia da *communio* do primeiro milênio por parte do Concílio coexiste com a eclesiologia jurídica da unidade mais típica do segundo milênio e bem explicitada na expressão *communio hierárquica* (LG, 22), com a qual se liga o mistério episcopal à Igreja universal, concretamente com o papa e o colégio episcopal.

A continuidade da tradição exige que se chegue a uma síntese criativa entre os dois milênios e as suas correspondentes eclesiologias. Todavia, a eclesiologia de comunhão é também fundamento para a ordem na Igreja e sobretudo para uma correta relação entre unidade e pluriformidade na Igreja.

6.2.3- A Igreja como TRADIÇÃO VIVA

Embora nas recentes eclesiologias não seja comum qualificar a Igreja com esse conceito, talvez não seja temerário fazê-lo, se se tem em conta a perspectiva presente na *Dei Verbum*, onde situa inicialmente o mandamento de Cristo à Igreja apostólica no anúncio do Evangelho, uma vez que “Cristo Senhor, em quem se consuma toda a revelação do Sumo Deus (cf. 2Cor 1,20; 3,16-4-6), ordenou aos Apóstolos que o

Evangelho, prometido antes pelos Profetas, completado por Ele e por Sua própria boca promulgado, fosse por eles pregado a todos os homens como fonte de toda verdade salvífica e de toda disciplina de costumes, comunicando-lhes dons divinos” (DV, 7).

Por isso, tudo o que foi transmitido pelos Apóstolos comprehende todas aquelas coisas que contribuem para santamente conduzir a vida e fazer crescer a fé do Povo de Deus, e assim a Igreja, em sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê (DV, 8).

Exprime-se, desse modo, aquilo que podemos chamar de princípio católico de tradição, que se identifica com a Igreja: trata-se, com efeito, de todo um dinamismo de doutrina, culto e vida, expressão da fé que a Igreja mesma crê.

A natureza própria da tradição viva da Igreja consiste precisamente na sua conaturalidade com a revelação, realizada mediante palavras e gestos intrinsecamente unidos (cf. DV, 2).

A tradição viva tem em comum com a Escritura o constituir o princípio de continuidade e de identidade entre a Igreja apostólica e as gerações posteriores até o fim dos tempos. E não só no plano do conhecimento, mas também no plano da experiência radicada nos apóstolos, uma vez que, além da doutrina, se transmite igualmente o culto e a vida. “A tradição é a expressão do Espírito Santo que anima a comunidade dos fiéis; ela corre através de todos os tempos, vive em cada momento e toma corpo continuamente. Esta força vital, espiritual, que herdamos dos nossos pais e que se perpetua na Igreja, é a tradição viva”.¹¹

6.2.4- A Igreja como SOCIEDADE

Várias vezes é lembrada a descrição da Igreja como, sobretudo em LG 8, “estrutura visível e social” (LG, 14), “grupo visível”, “sociedade dotada de organismos hierárquicos” (cf. LG, 14; 20; 23), “Igreja terrena”, “estabelecida e estruturada neste mundo como uma sociedade”.

Trata-se da expressão que, a partir de São Roberto Bellarmino, será a mais adequada para definir, contra os reformadores, que existe uma só Igreja e não duas; que esta é “uma única sociedade visível de crentes unidos por uma mesma fé, pelos mesmos sacramentos e pela submissão a uma mesma hierarquia” (*De Ecclesia*, III, 2).

¹¹ PIÉ-NINOT, Salvador. **Introdução à Eclesiologia**. São Paulo: Loyola, 4^a ed., 2008, p. 35.

O Concílio Vaticano II une toda essa concepção com a visão de Corpo Místico, como se pode ver nas notas que ilustram a LG 8, e também com a de sacramento. Porém, a Lumen Gentium acrescenta que a incorporação “plenamente na sociedade da Igreja” “como corpo” não basta; é preciso que ela se dê também “com o coração” (LG, 14b). É essa preciosa indicação, tomada de Santo Agostinho, que revela o caráter analógico da própria expressão “sociedade” e, por sua vez, põe em questão uma apologética eclesial clássica baseada numa mera visão exterior e societária.

6.2.5- A Igreja como INSTITUIÇÃO

Unido ao conceito de Igreja-sociedade aparece o de instituição, conceito privilegiado na sociologia moderna. Por instituição se entende um conjunto de formas e atividades típicas de uma sociedade, formas e atividades que, ainda que tenham se desenvolvido historicamente, têm certa permanência (por exemplo, subdivisão de funções no seu interior, tradições consolidadas, ritos e símbolos permanentes, normas morais reconhecidas, etc.).

Quanto mais complexa é essa sociedade, em virtude da sua história, extensão, finalidade, etc., tanto maior é o peso de tais formas e atividades que garantem a permanência, a ordem e a unidade da instituição.

Três são os aspectos relevantes para uma justificação do valor da instituição Igreja.

- **Primeiro aspecto:** de um lado, a instituição aparece como um sinal identificador do Espírito. Com efeito, identificador significa aqui que o Espírito ajuda continuamente a Igreja a identificar-se com a mensagem originária do Evangelho e, por conseguinte, a encontrar sua verdadeira identidade de comunidade de Jesus Cristo. Para essa finalidade, Ele se serve das estruturas institucionais da Igreja.
- **O segundo aspecto** que justifica a instituição Igreja é o fato de ser ela sinal da força integradora do Espírito. Com efeito, esse aspecto de integração sublinha que o Espírito incorpora cada crente e as diversas Igrejas na unidade originária da Igreja universal e o faz por intermédio das estruturas institucionalizadas da própria Igreja. Não se trata de uma integração uniformizadora, mas diversificante, a partir dos diversos carismas e ministérios de cada crente, que

torna possível um “sistema aberto” ao Espírito, razão última da unidade da Igreja, mediante os múltiplos dons que comunica.

- O **terceiro e último aspecto** ressalta que a instituição é sinal da força libertadora do Espírito. Com efeito, é libertadora porque exime os crentes da necessidade e do dever de procurar sozinhos a própria salvação. Assim, o “amplo alcance” que representa a tradição religiosa eclesial institucionalizada relativiza o presente da fé, na medida em que o insere na comunidade histórica dessa mesma fé e, portanto, impede que se atribua a ele um valor absoluto. Por isso, sendo nela sujeito, todo crente atestará o seu próprio carisma em função da Igreja no mundo.

6.3- A Igreja como sociedade hierarquicamente estruturada

A palavra hierarquia vem do grego “**hierôn**” (sagrado) e “**arché**” (princípio). Etimologicamente, portanto, significa “princípio sagrado” ou “governo sagrado”.

Na verdade, a hierarquia da Igreja não implica numa casta de pessoas privilegiadas, pois na Igreja não existem classes superiores e inferiores. Sendo ela um sacramento, o seu Pastor Supremo é Jesus Cristo que comunica, em graus diversos, as faculdades necessárias para que os pastores por Ele chamados governem sabiamente o Povo de Deus.

O que distingue as pessoas colocadas em posto superior não é um grau maior de graça ou santidade, mas um maior grau de responsabilidade na condução deste povo. Em consequência, a autoridade dos ministros consagrados na Igreja há de ser vista como um serviço (ministério) que deve concorrer para o bem de todo o Povo de Deus (Rm 13,1-4; 1Pd 5,2-4).

A estrutura hierárquica da Igreja é, em nossos dias, mais complexa do que nas suas origens; isto se deve ao fato de que todo o povo, à medida que se desenvolve, deve dispor de novas estruturas e novos organismos que atendam às suas necessidades. Deve-se entender claramente que a estrutura hierárquica da Igreja não é fruto de uma delegação democrática, mas sim continuação da estrutura apostólica determinada por Jesus Cristo. Só poderemos conhecê-la recorrendo à Sagrada Escritura e à Tradição.

Na Igreja, o princípio fundamental é ser membro dela pela incorporação a Cristo, formando parte do Corpo Místico e sendo membro do Povo de Deus. Somente depois disto podemos falar da hierarquia como uma autoridadeposta por Cristo à frente e ao serviço do seu Povo.

O Concílio Vaticano II dedicou o capítulo III da Constituição *Lumen Gentium* precisamente à hierarquia da Igreja: O Cristo Senhor, “para apascentar e aumentar sempre mais o Povo de Deus instituiu na sua Igreja uma variedade de ministérios, que tendem ao bem de todo o corpo. Com efeito, os ministros que são revestidos de poder sagrado, estão a serviço dos seus irmãos, a fim de que todos aqueles que pertencem ao Povo de Deus e, por isto, gozam da autêntica dignidade cristã, aspirem todos juntos, livre e ordenadamente, ao mesmo objetivo e chegue à salvação” (LG, 18a).

Este Sacrossanto Sínodo ensina e declara que “Jesus Cristo, Pastor eterno, edificou a santa Igreja, enviando os Apóstolos da mesma forma que ele tinha sido enviado pelo Pai (Jo 20,21). E quis que os sucessores dos Apóstolos, que são os bispos, fossem pastores de sua Igreja até o fim dos tempos. E para que o episcopado fosse uno e indiviso, pôs São Pedro como cabeça dos Apóstolos e estabeleceu nele o fundamento e o princípio perpétuo e visível da unidade da fé e da comunhão” (LG, 18b).

Assim, os bispos, por uma sucessão que surge desde o princípio, conservam a sucessão da primeira semente apostólica.

A hierarquia, portanto, é um poder sagrado, um poder que vem diretamente de Cristo; não é uma delegação da comunidade. A comunidade não pode aumentá-lo ou diminuí-lo, como acontece nas sociedades civis democráticas. Além disso, esta constituição hierárquica em nada se opõe à responsabilidade comum de todos os batizados. Todos são responsáveis na Igreja, se bem que esta responsabilidade varia segundo a função que cada um tem no seio da mesma.

A responsabilidade suprema no seio da Igreja é exercida pelo Papa e pelo colégio episcopal, presidido pelo Sumo Pontífice. Esta suprema responsabilidade foi concedida inicialmente a Pedro, eleito por Cristo a frente de sua Igreja como pedra de sustentação, dando-lhe as chaves do Reino dos céus (Mt 16,18s) e constituindo-o pastor de todo o rebanho (Jo 21,15s). Porém, por outro lado, Cristo mesmo deu este poder a todo o colégio apostólico unido à sua cabeça (Mt 18,18; 28,16-20). Nunca o

colégio aparece funcionando sem o Papa, mas sim unido a ele, pois o encargo de fortalecer a fé de seus irmãos foi concedido a ele (Lc 22,32).

A autoridade da hierarquia da Igreja é uma autoridade de serviço, à semelhança de Cristo que “não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate de muitos” (Mc 10,45; Jo 13,20; Mt 23,8-11).

É, pois, uma autoridade que não se rege pelo estilo da autoridade deste mundo. É uma autoridade que procede da missão de Jesus Cristo e da ação permanente do Espírito. É uma autoridade que se exerce dentro da fraternidade e a serviço dos homens. É uma autoridade marcada pela transitoriedade e a condição peregrinante da Igreja e que não deverá ser exercido em benefício próprio ou buscando a glória humana, nem tampouco ceder aos caprichos do povo, mas sim transmitir com fidelidade a palavra de Deus, realizar a santificação, cuidar pela unidade, corrigindo, exortando e governando o povo de Deus.

Como cidadãos do Povo de Deus, os fiéis cristãos são filhos de Deus e têm uma dignidade toda especial; nisto reside o “princípio da igualdade essencial” de todos os membros da Igreja, o que garante a cooperação e corresponsabilidade de todos, cada qual na sua função e posição com vistas à edificação do Corpo de Cristo.

Entretanto, este princípio da igualdade essencial é imediatamente influenciado pelo “princípio de diversidade funcional”; também por instituição divina, na dupla tipologia existente na Igreja: **os ministros consagrados ou clérigos, que são os que receberam o sacramento da Ordem, e os leigos.**

Sacerdócio comum e sacerdócio ministerial – como pode ser observado, o Sacramento da ordem é o divisor de águas da dignidade radical comum dos fiéis cristãos. Assim, por determinação de Jesus Cristo, o Povo de Deus, povo eminentemente sacerdotal (1Pd 2,9s), dedicado ao culto de seu Senhor, é formado por dois tipos de sacerdócio: **comum e ministerial**.

O sacerdócio comum é a participação no sacerdócio de Cristo transmitido pelo Batismo, reforçado na Confirmação ou Crisma, e com seu centro e raiz na Eucaristia. Portanto, este sacerdócio é exercido “na recepção dos sacramentos, na oração e ação de graças, mediante o testemunho de uma vida santa e na caridade operante”. Além disso, capacita-nos para oferecer sacrifícios espirituais gratos a Deus, através de Jesus Cristo (1Pd 2,5), bem como contribuir para a missão salvadora da Igreja.

Paralelamente, pelo sacramento da Ordem, alguns membros do Povo de Deus, sobre a base do sacerdócio comum, recebem o sacerdócio ministerial ou hierárquico, isto é, uma participação especial no sacerdócio de Cristo, que lhes confere o sagrado poder da ordem, para oferecer o Sacrifício, perdoar pecados e exercer oficialmente o ofício sacerdotal em nome de Jesus Cristo e a favor dos homens.

Podemos concluir que o sacerdócio comum e ministerial “são essencialmente diferentes e não apenas em grau”, pois quem recebe o Sacramento da Ordem, pelo “caráter” que é impresso, é capacitado para atuar em nome e com a autoridade de Cristo, isto é, “na pessoa de Cristo” (*“in persona Christi”*), isto é, em plena identificação sacramental com Ele.

Nestas características conforma-se o poder sagrado dos ministros ordenados. Este poder sagrado transmitido pelo sacramento da Ordem não atinge igualmente a todos, isto porque se trata de um sacramento que se confere em três graus escalonados e subordinados: **episcopado (bispos), presbiterado (padres) e diaconato**.

Assim, o Povo de Deus constitui uma sociedade hierarquicamente estruturada principalmente no serviço – “os ministros que possuem o poder sagrado estão ao serviço dos seus irmãos, para que todos os que pertencem ao Povo de Deus alcancem a salvação”. Esta é a razão porque a hierarquia é chamada de “ministério eclesial”, e aos que a integram, “ministros”, isto é, servidores.

Este serviço prestado pela hierarquia consiste propriamente em apascentar – **ensinar, santificar e governar** – os membros do Povo de Deus. Cada um dos ministros efetua seu ministério eclesial segundo o grau da Ordem que possui.

Esta estrutura hierárquica da Igreja foi estabelecida e organizada na terra por vontade de Jesus Cristo. Entre outras passagens da Sagrada Escritura, já bem conhecidas, ressaltamos as que Jesus confere a plenitude dos poderes ao Colégio dos Apóstolos (Mt 18,18; 28,18-20; Jo 20,21ss.). Além disso, Jesus prometeu a Pedro os máximos poderes na Igreja (Mt 16,18-19) e, mais tarde tornou-o pastor de todo o rebanho (Jo 21,15-17); assim, Pedro é o cabeça dos Doze, aquele que ostenta o primado com o fim de cuidar de todos os seus irmãos (Lc 22,32).

A consciência que os Apóstolos tinham de que eram participantes do poder pleno de Cristo e de que atuavam conforme a sua vontade expressa, assume relevo particular no fato de que houve preocupação de transmissão destes poderes aos seus

sucessores, e assim é feito deste então: Os Apóstolos trataram de estabelecer sucessores nesta sociedade constituída. Assim, não só tiveram vários auxiliares no ministério, mas, para que a missão que lhes fora entregue se continuasse após a sua morte, confiaram a seus imediatos colaboradores, como em testamento, o encargo de completarem e confirmarem a obra começada por eles, recomendando-lhes que velassem por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo os estabelecera para apascentarem a Igreja de Deus.

6.4- A missão dos leigos

O Concílio Vaticano II assim define o leigo e sua missão: entende-se por leigo, todos os cristãos que não são membros da Sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja. É própria e peculiar dos leigos a característica secular. Por vocação própria, compete aos leigos procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, em toda e qualquer ocupação e atividade terrena, e nas condições ordinárias da vida familiar e social, com as quais é como que tecida a sua existência. São chamados por Deus para que, aí no mundo, exercendo o seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, concorram para a santificação do mundo a partir de dentro, como fermento, e deste modo manifestem Cristo aos outros (ver LG, 30-38).

Como se pode observar, o Concílio Vaticano II descreve o leigo com uma linguagem positiva: leigo é o crente que, pelo Batismo, foi incorporado a Cristo e faz parte do Povo de Deus.

Não recebeu o Sacramento da Ordem e nem pertence ao estado religioso, porém, participa da função sacerdotal, profética e real de Cristo de maneira própria e tem como próprio e peculiar exercê-los no mundo, buscando o Reino de Deus; isto é, ao leigo corresponde iluminar e ordenar os assuntos temporais segundo o Espírito de Cristo.

Neste contexto, podemos concluir que os leigos:

- **São chamados por Deus a viver no mundo:** o lugar que a providência divina lhes destinou é o mundo. Portanto, ser leigo não é algo genérico, indefinido ou fortuito, mas estar colocado no mundo como fermento, isto é, a sorte do mundo não lhe é alheia; a sua vida no mundo não é uma simples presença

física, mas vital, de compromisso e de inserção na ordem temporal. No mundo recebem a graça de Deus necessária para dar lúcido testemunho de Cristo, santificar a si próprios, aos irmãos e as tarefas que exercem.

- **Devem santificar o mundo a partir de dentro:** a procura da santidade pessoal obriga todo fiel cristão desde o Batismo e, portanto, previamente à diversidade funcional (ser leigo, clérigo ou religioso). O mundo é o lugar próprio dos leigos, que devem ordenar, estruturar e conduzir até Deus e segundo Deus toda a criação. Portanto, a missão dos leigos pode ser resumida em fazer com que o Reino de Deus, cada vez mais, se implante dentro das realidades ditas “profanas” ou “seculares”.
- **Para gerir os assuntos temporais:** este é o vasto horizonte que constitui o meio adequado com que os leigos têm de trabalhar para conseguirem santificar o mundo a partir de dentro. O campo próprio da atividade evangelizadora é o dilatado e complexo mundo da política, da realidade social; e igualmente de outras realidades particularmente abertas à evangelização, como o amor, a família, a educação, o trabalho profissional, o sofrimento. Quanto mais leigos houver, compenetrados do espírito evangélico, responsáveis por estas realidades e nela comprometidos, tanto mais estas realidades se encontrarão ao serviço do Reino de Deus, sem perderem nem sacrificarem nada da sua competência humana, mas manifestando, contudo, uma dimensão transcendente.
- Finalmente, a **gestão dos assuntos temporais** implica que os leigos tenham no mais alto apreço a competência profissional, o sentido familiar e cívico da sua conduta e todas as virtudes que se referem às relações sociais, como a honradez, o espírito de justiça, a sinceridade, os bons sentimentos, a fortaleza da alma, sem as quais não pode haver uma vida cristã autêntica.

6.5- A Igreja como Comunhão dos Santos¹²

A expressão “comunhão dos santos” (“*koinonía ton hagíon*”) é utilizada com dois sentidos: comunhão ou solidariedade entre todos os fiéis e comunhão com as

¹² Ver Curso de Eclesiologia. Escola “Mater Ecclesiae”. Dirigido por Pe. Estevão Bettencourt O. S. B. Rio de Janeiro, dezembro de 1996. Ver também: Catecismo da Igreja Católica, 946-959.

coisas santas ou com o tesouro dos méritos de Cristo, que são aplicados aos fiéis pelos sacramentos, especialmente pelo Batismo e Eucaristia.

A segunda expressão é preferível e conduz à primeira: os fiéis participam dos bens espirituais que Cristo lhes conquistou e, em consequência, se sentem afins ou solidários entre si.

Os bens espirituais de que participam os fiéis são os seguintes:

- **A fé:** um tesouro entregue à Igreja e transmitido aos fiéis;
- **Os sacramentos e a graça que comunicam:** os frutos (graça) dos sacramentos pertencem a todos os fiéis e a comunhão dos santos é efetuada por eles, especialmente pela Eucaristia que consuma esta comunhão;
- **Os carismas:** graças especiais concedidas por Deus para o serviço e a edificação da comunidade.

Esta comunhão com as coisas santas faz a comunhão das pessoas santas, isto é, os cristãos peregrinos neste mundo e os que já partiram, quer estejam glorificados no céu, quer ainda estejam na expectativa chamada de “purgatório”. Até a Parusia dos discípulos de Cristo, alguns peregrinam sobre a terra, outros, passada esta vida, são purificados, outros, finalmente, são glorificados e contemplam, claramente Deus Uno e Trino, como Ele é.

Ocorre com a Igreja de Cristo o mesmo que com um “iceberg”; quem olhar somente sua parte visível certamente não poderá avaliar sua real dimensão, seu mistério divino e também sua realidade humana.

No Credo confessamos que na Igreja existe uma íntima união entre todos os seus membros, onde quer que eles estejam: na terra, no purgatório ou no céu.

Esta comunhão pode ser descrita como uma espécie de corrente interior de graça e de vida divina que circula entre todos os membros da Igreja e a todos reúne como já vimos.

Esta comunhão (graça), originada em Deus Pai, brota dos méritos de Cristo e é canalizada continuamente pelo Espírito Santo. Por isso, esta verdade de fé constitui uma recapitulação ou resumo do mistério da Igreja: “O que é a Igreja senão a assembleia de todos os santos? A comunhão dos santos é precisamente a Igreja”.

6.5.1- Igreja triunfante (CIC, 1023-1029)

É a Igreja do céu, constituída por todos aqueles que morreram na graça de Deus e estão devidamente purificados; aqui, a comunhão das almas com Deus e entre si é perfeita e eterna.

Este mistério de comunhão perfeita com Deus e com todos ultrapassa toda a compreensão humana. No entanto, sabemos que os fiéis da Igreja triunfante realizam o mistério da posse de Deus e O veem tal como é (1Cor 2,9; 13,12; 1Jo 3,2). Apesar das palavras se tornarem muito pobres para descrever tal estado, pode-se dizer que nesta visão beatífica consiste a glória do céu – “O céu é o fim último e a realização das aspirações mais profundas do homem, o estado de felicidade suprema e definitiva”.

Mais do que triunfo dos homens, a Igreja triunfante constitui a vitória de Deus, que enche de amor infinito, de santidade acabada e de bem aventurança eterna os seus fiéis, entre os quais brilha, com singular formosura, Maria Santíssima.

6.5.2- Igreja purgante (CIC, 1030-1032)

“Os que morreram na graça e na amizade de Deus, mas não de todo purificados, embora seguros da sua salvação eterna, sofrem depois da morte uma purificação, a fim de obterem a santidade necessária para entrar na alegria do céu”.
(CIC, 1030)

“A Igreja chama ‘purgatório’ a esta purificação final dos eleitos, que é absolutamente distinta do castigo dos condenados”. (CIC, 1031)

É certo que se trata simultaneamente de uma Igreja esperançosa, visto que todos estão seguros de que chegarão à Bem Aventurança e à comunhão eterna com o Pai, uma vez concluída a sua purificação total.

6.5.3- Igreja peregrina ou militante

Formada por aqueles que, embora ainda caminhem na terra, receberam o Batismo e colocaram-se a caminho do Reino de Deus. Denomina-se também “militante” em virtude dos esforços que a própria Igreja deverá fazer sempre na terra, para permanecer fiel a Cristo.

Refere-se também à perseverança de cada um dos cristãos no combate para vencer o pecado e as dificuldades que se apresentam durante a caminhada, com ajuda da graça de Deus e dos meios de santificação que a Igreja possui.

Deve-se sempre lembrar que a luta pela santificação não é assunto exclusivamente pessoal, mas primordialmente eclesial: realiza-se em comunhão com os outros fiéis, através do testemunho, palavra e oração, cumprindo deste modo o mandato missionário que Cristo.

6.6- A Igreja existe para ser missionária

Evangelizar constitui a missão da Igreja, sua identidade e sua própria razão de ser. O Senhor Jesus dá aos seus discípulos, à Igreja nascente, o mandato desta missão: “Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações, e batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinali-los a observar tudo o que vos tenho ordenado. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos” (Mt 28,19-20).

A Igreja existe para anunciar e ensinar, para ser a testemunha da graça, reconciliar a humanidade com o Pai misericordioso e perpetuar o sacrifício de Cristo na Santa Missa, memorial de sua morte e gloriosa ressurreição. A origem da missão da Igreja está na missão do Filho e do Espírito Santo, enviados pelo Pai ao mundo.

Em Pentecostes, começou a missão que permanece até hoje. Após vinte séculos, existem ainda povos que não ouviram o anúncio de Jesus Cristo. Mesmo em nossas cidades existem pessoas, ambientes e culturas que não conhecem a Boa Nova.

Através da ação da Igreja, a Palavra de Deus se difunde no mundo. O Livro dos Atos dos Apóstolos narra a história das primeiras comunidades e a ação dos Apóstolos, principalmente dos apóstolos Pedro e Paulo. Nele se lê que a Palavra crescia e se multiplicava. Desejava, assim, anotar que cresciam e se multiplicavam os que ouviam a Palavra, acolhiam-na e se tornavam discípulos de Jesus, ou cristãos.

Jesus é o missionário do Pai. A missão que ele confia aos seus discípulos é a sua mesma missão. É nele, pois, que o discípulo missionário tem a fonte permanente do seu ardor missionário e sabedoria profética para anunciar o Evangelho da vida. O encontro com Cristo Vivo, missionário do Pai, como experiência pessoal na comunidade de fé, alimenta o missionário e reaviva permanentemente o seu ardor.

Foi o que aconteceu com a Samaritana (cf. Jo 4,1-26) e com os discípulos (cf. Jo 1,19-51). A experiência do encontro com Cristo muda radicalmente a vida, como aconteceu com Zaqueu (cf. Lc 19,1-10) e Paulo (cf. At 9,1-22). É uma experiência única, muito bonita, que precisa ser comunicada, compartilhada.

Na Eucaristia, nós nos encontramos com Cristo de modo muito especial. Se a missão não for alimentada pela Eucaristia, ela perde sua identidade. Torna-se proselitismo, propaganda, coisa de mercado. A Eucaristia é também o objetivo profundo da missão: fazer com que todos se tornem discípulos de Jesus, realizando o encontro pessoal com ele e vivendo unidos com ele.

A missão é, para a Igreja, a causa das causas, o primeiro e mais importante serviço que ela presta ao ser humano. Nenhum membro da Igreja está dispensado da missão. Os pais, as famílias, os jovens, professores e trabalhadores, todos são missionários.

Sobretudo as dioceses e as paróquias devem desenvolver uma ação planejada e preparar seus discípulos missionários com cuidado. Para atingir a todos, há que se criar comunidades de envio, de acolhida e de compromisso com a defesa da dignidade humana, a preservação da vida e a salvação de todos.

Para refletir:

- 1) Das muitas imagens utilizadas para definir ou representar a Igreja, as mais elaboradas são as relacionadas a cada uma das Pessoas da Trindade: Povo de Deus, Corpo Místico de Cristo e Templo do Espírito Santo. Como entender a importância dessas imagens para a vida do cristão no mundo atual?
- 2) Qual o papel e responsabilidade da Igreja hierárquica?
- 3) Como leigos estamos conscientes de nosso papel na construção do Reino de Deus?
- 4) Como entender a Igreja como Comunhão dos Santos se somos pecadores?

MESA 7 – MARIA, MÃE DA IGREJA

É em Maria que a Igreja e o Reino encontram a sua mais elevada realização: “A Igreja já alcançou na beatíssima Virgem a perfeição que a torna sem mácula e sem ruga (Ef 5,27)”. Maria é a Mãe da Igreja por ser a Mãe de Cristo, Cabeça da Igreja, que é o seu Corpo Místico.

Durante o Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI declarou solenemente que: “Maria é Mãe da Igreja, isto é, Mãe de todo o povo Cristão, tanto dos fiéis como dos pastores” (21/11/1964). Em 30/06/1968, no Credo do Povo de Deus, ele repetiu essa verdade de forma ainda mais forte: “Nós acreditamos que a Santíssima Mãe de Deus, nova Eva, Mãe da Igreja, continua no Céu a sua missão maternal em relação aos membros de Cristo, cooperando no nascimento e desenvolvimento da vida divina nas almas dos remidos”.

A presença da Virgem Maria é tão forte e indissociável do mistério de Cristo e da Igreja, que Paulo VI, no discurso de 21/11/1964, afirmou que: “O conhecimento da verdadeira doutrina católica sobre a Bem Aventurada Virgem Maria continuará sempre uma chave para a compreensão exata do mistério de Cristo e da Igreja”.

Conhecer Maria “segundo a doutrina católica” é conhecer Jesus e a Igreja, pois Maria foi peça chave, indispensável, no Plano de Deus para a Redenção da humanidade; e assim “na plenitude dos tempos, Deus mandou o seu Filho, nascido de uma mulher, para que recebêssemos a adoção de filhos” (Gal 4,4).

Ou como diz o Símbolo Niceno Constantinopolitano, falando de Jesus: “O qual, por amor de nós homens e para nossa salvação desceu dos céus e se encarnou pelo poder do Espírito Santo no seio da Virgem Maria”.

Desde os primeiros séculos do Cristianismo, Maria é reconhecida e chamada pelos cristãos de Mãe de Deus (*Theotokos*). Desde o final do século dois, os cristãos do Egito e do norte da África, onde havia mais de 400 comunidades cristãs, já a invocavam como Mãe de Deus, na oração que talvez seja a mais antiga que a Igreja conheça: “Debaixo de Vossa proteção nos refugiamos Santa Mãe de Deus, não desprezeis as nossas súplicas em nossas necessidades, mas livrai-nos sempre de todos os perigos, Virgem gloriosa e bendita”.

Para cumprir a missão extraordinária de Mãe de Deus, Maria foi enriquecida por Deus com todas as graças, e de modo especialíssimo com a graça de nunca conhecer o pecado: nem o original e nem o pessoal. Foi concebida no seio de sua Mãe, Santa Ana, sem a culpa original.

O dogma da Imaculada Conceição de Maria, reconhecido pela Igreja desde os primeiros séculos, foi proclamado solenemente pelo Papa Pio IX, em 8/12/1854, através da Bula “*Ineffabilis Deus*”: Nós declaramos, decretamos e definimos que, em virtude dos méritos de Jesus Cristo, a bem aventurada Virgem Maria foi preservada de toda mancha do pecado original no primeiro instante de sua concepção. Nas aparições a Santa Catarina Labouré, em Paris, em 1830, Maria ensinou-lhe a conhecida oração que foi cunhada na Medalha Milagrosa: “Ó Maria, concebida sem pecado, rogai por nós que recorremos a Vós”.

Em 1858, quatro anos após a solene declaração do Papa Pio IX, Ela mesma revelou seu nome a Santa Bernadete, em Lourdes: Eu sou a Imaculada Conceição.

Por isso, o último Concílio a chamou de: Mãe de Deus Filho e, portanto, filha predileta do Pai e sacrário do Espírito Santo (LG, 53).

E ainda registra o Concílio Vaticano II que: com este dom de graça sem igual, ultrapassa de longe todas as outras criaturas celestes e terrestres. E repete as palavras de Santo Agostinho: Verdadeiramente mãe dos membros de Cristo, porque com o seu amor colaborou para que na Igreja nascessem os fiéis, que são membros daquela Cabeça. E mais: Por esta razão, é também saudada como membro supereminente e absolutamente singular da Igreja, e também como seu protótipo e modelo acabado da mesma, na fé e na caridade; e a Igreja católica, guiada pelo Espírito Santo, honra-a como Mãe amantíssima, dedicando-lhe afeto de piedade filial (LG,53). E o Concílio Vaticano II reconhece que Maria, na Santa Igreja, ocupa o lugar mais alto depois de Cristo e o mais perto de nós (LG, 54).

Maria é aquela Mulher que atravessa toda a história da salvação do Gênesis ao Apocalipse. Ela é a Mulher que vence a Serpente, que havia vencido a mulher: “Porei ódio entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a dela. Esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gen 3,15).

Quando Jesus chama a sua Mãe de Mulher, é para nos indicar quem é a grande Mulher predileta de Deus: “Mulher, isto compete a nós? Minha hora ainda não

chegou” (Jo 2,4 – Bodas de Caná). “Mulher, eis aí teu filho” (Jo 19,26 – Jesus e sua mãe aos pés da cruz).

Maria é a Virgem que o profeta anunciou que haveria de conceber e dar à luz um Filho, cujo nome é Emanuel (cf Is 7,14; Mq 5,23; Mt 1,22-23). Pela primeira virgem entrou o pecado na história dos homens, e com ele a morte (Rm 6,2); pela nova Virgem entrou a salvação e a vida eterna.

Foi ela quem deu a carne ao Filho de Deus, para que mediante os mistérios da carne libertasse o homem do pecado (LG, 55). Sem isto Cristo não poderia ser o grande e eterno Sacerdote da Nova Aliança.

Eis aí o papel indispensável de Maria. Como diziam os Santos Padres: Maria não foi instrumento meramente passivo nas mãos de Deus, mas cooperou na salvação dos homens com fé livre e com inteira obediência (LG, 56). Quis, porém, o Pai das misericórdias que a Encarnação fosse precedida da aceitação por parte da Mãe predestinada, a fim de que, assim como uma mulher tinha contribuído para a morte, também outra mulher contribuísse para a vida.

Os Santos Padres disseram:

- “O laço da desobediência de Eva foi desfeito pela obediência de Maria; o que a virgem Eva atou com sua incredulidade, a Virgem Maria desatou pela fé” (Santo Irineu).

E ainda, disse S. Jerônimo:

- “A morte veio por Eva; a vida por Maria”.

A união de Maria com Jesus, na obra da Redenção, acontece desde a Encarnação até o Calvário. Assim foi na visita a Isabel (Lc 1, 41-45), no nascimento na gruta de Belém, na apresentação no Templo diante de Simeão (Lc 2, 34-35), no encontro entre os doutores (Lc 2, 41-51).

Na vida pública de Jesus, Maria logo se manifesta nas Bodas de Caná, antecipando a hora dos milagres (Jo 2,11), revelando-se a mãe de misericórdia e intercessora nossa.

Durante a pregação de Jesus, recolhia as suas palavras e guardava tudo no seu coração (Lc 2,19 e 51). E assim ela foi avançando no caminho da fé e manteve fielmente a sua união com o Filho até a cruz, onde estava, por vontade de Deus, de pé (Jo 19,25), oferecendo-O ao Pai por cada filho. Com Jesus ela sofreu profundamente.

Como disse alguém, Jesus sofreu a Paixão, Ela a compaixão. A espada predita por Simeão atravessou-lhe inteiramente a alma.

Assim se expressou o Concílio Vaticano II: Sofreu profundamente com o Unigênito e associou-se de coração materno ao seu sacrifício, consentindo amorosamente na imolação da vítima que ela havia gerado; finalmente, ouviu estas palavras do próprio Jesus Cristo, ao morrer na cruz, dando-a ao discípulo por Mãe: “Mulher, eis aí o teu filho” (Jo 19,26 e 27) (LG, 62).

Após a Ascensão do Senhor ao céu vemos Maria com os seus discípulos, aguardando a vinda do Prometido do Pai, implorando com suas orações a chegada do Espírito Santo: “Todos eles perseveravam unanimemente na oração; juntamente com as mulheres, entre elas Maria, mãe de Jesus, e os irmãos dele” (At 1,14).

E, finalmente, terminando a sua vida terrena, ela que fora preservada de toda mancha do pecado, foi levada à glória celeste em corpo e alma, e exaltada pelo Senhor como Rainha do Universo, para que se parecesse mais com o seu Filho, Senhor dos Senhores (cf. Ap 19, 16) e vencedor do pecado e da morte (LG 59).

Maria não substitui a Mediação única de Cristo diante do Pai. São Paulo deixou claro:

- Porque há um só Deus, também há um só mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, verdadeiro homem que se ofereceu em resgate de todos (1 Tm 2,56).
- A função maternal de Maria acontece por livre escolha de Deus e não por necessidade intrínseca e se realiza pelos méritos de Cristo e de sua mediação única, e dela depende absolutamente em toda a sua eficácia; isto é, sem o sacrifício redentor de Cristo, a função de Maria, como medianeira, não seria possível.
- Portanto, Maria, longe de impedir o contato dos seus filhos com o Filho, o facilita ainda mais. Logo, Maria jamais substitui a única e indispensável mediação de Jesus diante do Pai, mas coopera com ela para o bem de seus filhos.

No céu, garante a Igreja, Maria continua a sua missão de Intercessora para obtermos os dons da salvação eterna. Com seu amor de Mãe, cuida dos irmãos de seu

Filho, que ainda peregrinam e se debatem entre perigos e angústias, até que sejam conduzidos à Pátria feliz (LG, 62).

Sem nada diminuir ou acrescentar à exclusividade de Cristo, Mediador único, Maria é invocada pelos seus filhos com os títulos de Advogada, Medianeira, Auxiliadora dos Cristãos, Refúgio, Consoladora, Porta do Céu, e muitos outros. Por todas essas razões a Igreja presta, e sempre prestou, um culto especial a Maria, Mãe de Deus.

Não um culto de adoração (**latrícia**), que só é devido a Deus (Pai, Filho e Espírito Santo), mas um culto de hiperveneração (**hiperdúlia**).

O Concílio Vaticano II ensina deliberadamente essa doutrina católica e exorta ao mesmo tempo todos os filhos da Igreja a que promovam dignamente o culto da Virgem Santíssima, de modo especial o culto litúrgico; e que tenham em grande estima as práticas e os exercícios de piedade que em sua honra o Magistério da Igreja recomendou no decorrer dos séculos (LG, 67).

E o Concílio Vaticano II adverte: Recordem-se os fiéis de que a devoção autêntica não consiste em sentimentalismo estéril e passageiro ou em vã credulidade, mas procede da fé verdadeira que nos leva a reconhecer a excelência da Mãe de Deus e nos incita a um amor filial para com a nossa Mãe, e à imitação das suas virtudes (LG, 67).

A Virgem Maria sempre deu provas claras do seu amor maternal à Igreja, especialmente nos momentos em que esta foi ameaçada.

Quando, por exemplo, em 1571, a civilização cristã estava em risco na Europa, devido ao ameaçador avanço dos mulçumanos, o Papa S. Pio V implorou a proteção de Maria em favor do povo cristão, pedindo que a Virgem afastasse, de uma vez por todas, os perigos do islamismo.

No dia 07/10/1571, na grande e decisiva batalha de Lepanto, na Grécia, as tropas dos príncipes cristãos venceram definitivamente os turcos otomanos. Para agradecer à Mãe da Igreja essa vitória insigne, o Papa mandou incluir na Ladiana Lauretana a invocação, Auxiliadora dos Cristãos, Rogai por nós, e definiu o dia 7 de Outubro como o dia de Nossa Senhora do Rosário, em agradecimento e homenagem à proteção dada à Igreja.

Maria é vista conexa ao mistério trinitário, em sua dimensão **cristológica, pneumatológica** (Espírito Santo) e **eclesiológica**.

Logo no início do capítulo VIII da *Lumen Gentium*, intitulado “A Bem-Aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja”, marca-se toda a linha de doutrina:

“A Virgem Maria, que na Anunciação do Anjo recebeu o Verbo de Deus no coração e no corpo e trouxe ao mundo a Vida, é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus e do Redentor. Em vista dos méritos de seu Filho, foi redimida de um modo mais sublime e unida a Ele por um vínculo estreito e indissolúvel, é dotada com a missão sublime e a dignidade de ser a Mãe do Filho de Deus, e por isso filha predileta do Pai e sacrário do Espírito Santo. Por esse dom de graça exímia supera em muito todas as outras criaturas celestes e terrestres. Mas, ao mesmo tempo, está unida, na estirpe de Adão, com todos os homens a serem salvos. Mais ainda: é verdadeiramente a mãe dos membros (de Cristo), porque cooperou pela caridade para que, na Igreja, nascessem os fiéis que são membros desta Cabeça. Por causa disso, é saudada também como membro supereminente e de todo singular da Igreja, como seu tipo e modelo excelente na fé e caridade. E a Igreja Católica, instruída pelo Espírito Santo, honra-a com afeto de piedade filial como mãe amantíssima” (LG 53).

O papa Paulo VI, que dera a Maria o título oficial de “Mãe da Igreja”, desenvolveu o tema na Exortação Apostólica sobre o Culto à Virgem Maria, um dos documentos mais bonitos de seu pontificado. O Papa apresenta, através das festas marianas do calendário litúrgico, Maria como modelo da Igreja, e pede que suas considerações de ordem bíblica, litúrgica, ecumênica e antropológica sejam levadas em conta na orientação da piedade popular e na elaboração das novas orações marianas (CM, 29).

O Papa fala de Maria como modelo de quem sabe ouvir e acolher a Palavra de Deus com fé. Esta é uma missão específica da Igreja: escutar, acolher, proclamar, venerar e distribuir a Palavra de Deus como pão de vida (MC, 17). Fala de Maria como modelo de pessoa orante e intercessora. Ora, a Igreja todos os dias apresenta ao Pai as necessidades de seus filhos, louva sem cessar o Senhor e intercede pela salvação do mundo (MC, 18). Fala de Maria Virgem e Mãe, modelo da fecundidade da virgem-Igreja, que se torna mãe, porque, pelo batismo, gera os filhos concebidos pela ação do Espírito Santo (MC, 19). Fala de Maria, que oferece ao Pai o Verbo encarnado, sobretudo aos pés da Cruz, onde ela se associou como mãe ao sacrifício redentor do

filho. Diariamente a Igreja oferece o sacrifício eucarístico, memorial da morte e ressurreição de Jesus (MC, 20).

Na verdade, Maria é parte essencial da Igreja. Podemos dizer que a Igreja está dentro de Maria e Maria está dentro da Igreja.

Essa verdade foi acentuada, sobretudo, pelo Papa João Paulo II na Encíclica *Redemptoris Mater*, que leva o sugestivo título: A Bem-aventurada Virgem Maria na vida da Igreja que está a caminho:

“Existe uma correspondência singular entre o momento da Encarnação do Verbo e o momento do nascimento da Igreja. E a pessoa que une esses dois momentos é Maria: Maria em Nazaré e Maria no Cenáculo de Jerusalém” (RM, 24).

Depois de acentuar Maria no centro da vida da Igreja, conclui o Papa:

“A Virgem Maria está constantemente presente na caminhada de fé do Povo de Deus” (RM, 35). “A Igreja mantém em toda a sua vida, uma ligação com a Mãe de Deus que abraça, no mistério salvífico, o passado, o presente e o futuro; e venera-a como Mãe da humanidade” (RM, 47).

Maria une não só os cristãos atuantes, mas também o povo simples e até os que estão afastados. Para esses, muitas vezes, Maria é o único vínculo com a vida da Igreja.

Maria nos educa a viver na fé em todas as situações da vida, com audácia e perseverança constante. A sua presença na Igreja ensina os cristãos a pôr-se cada dia à escuta da Palavra do Senhor. O exemplo de Maria faz com que a Igreja aprenda o valor do silêncio. O silêncio de Maria é, sobretudo, sabedoria e acolhimento da Palavra.

Maria ensina à Igreja o valor de uma existência humilde e escondida em Nazaré. A Igreja aprende a imitá-la no seu caminho quotidiano. E assim, unida com a Mãe, conforma-se cada vez mais com seu Esposo. A Igreja vive da fé, e aprendeu esta fé “naquela que acreditou que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor” (Lc 1, 45).

Em Maria, a Igreja tem o modelo da sua caridade. Graças à caridade de Maria foi possível conservar em todos os tempos no interior da Igreja a concórdia e o amor fraternal. E também na sua missão apostólica, a Igreja olha para Maria, como ensinou o Concílio Vaticano II:

“Na sua ação apostólica, a Igreja olha com razão para aquela que gerou a Cristo, o qual foi concebido por ação do Espírito Santo e nasceu da Virgem precisamente para nascer

e crescer também no coração dos fiéis, por meio da Igreja. E, na sua vida, deu a Virgem exemplo daquele afeto maternal de que devem estar animados todos quantos cooperam na missão apostólica que a Igreja tem de regenerar os homens” (LG, 65).

Para refletir:

- 1)** Ao refletir sobre o papel de Maria na vida da Igreja, que ensinamentos podem ser tomados para a nossa vida cotidiana?
- 2)** Maria é parte essencial da Igreja. Podemos dizer que a Igreja está dentro de Maria e Maria está dentro da Igreja. Você também se considera desta maneira?
- 3)** Maria é vista conexa ao mistério trinitário, em sua dimensão cristológica, pneumatológica e eclesiológica. Você conseguiu entender todas estas dimensões relacionadas a Maria, Mãe de Deus e nossa Mãe?
- 4)** “O conhecimento da verdadeira doutrina católica sobre a Bem Aventurada Virgem Maria continuará sempre uma chave para a compreensão exata do mistério de Cristo e da Igreja”. Você se esforça por conhecer a verdadeira doutrina da Igreja católica?

MESA 8 - SER IGREJA HOJE, E A ECLESIOLÓGIA DO PAPA FRANCISCO

A grande novidade do Concílio Vaticano II é a sua abertura e a tentativa de diálogo com os problemas e desafios do mundo moderno, pois a humanidade dos nossos dias vive uma fase nova da sua história, na qual profundas e rápidas transformações se estendem progressivamente a toda a terra.

Provocadas pela inteligência e atividade criadora do homem, elas reincidentem sobre o mesmo homem, sobre os seus juízos e desejos individuais e coletivos, sobre os seus modos de pensar e agir, tanto em relação às coisas como às pessoas. De tal modo que se pode já falar de uma verdadeira transformação social e cultural, que se reflete também na vida religiosa (GS, 2-10).

Como acontece em qualquer crise de crescimento, esta transformação traz consigo algumas dificuldades. Assim, o homem, que tão intensamente alarga o próprio poder, nem sempre é capaz de pôr este poder ao seu serviço. Ao procurar penetrar mais fundo no interior de si mesmo, aparece frequentemente mais incerto a seu próprio respeito. E, descobrindo gradualmente com maior clareza as leis da vida social, hesita quanto à direção que a esta vida social deve imprimir.

Nunca o gênero humano teve ao seu dispor tão grande abundância de riquezas, possibilidades e poder econômico; e, no entanto, uma imensa parte dos habitantes da terra é atormentada pela fome e pela miséria, e inúmeros são ainda os analfabetos.

Nunca os homens tiveram um tão vivo sentido de liberdade como hoje, em que surgem novas formas de servidão social e psicológica.

Ao mesmo tempo em que o mundo experimenta intensamente a própria unidade e a interdependência mútua de seus membros na solidariedade necessária, ele gravemente dilacerado por forças antagônicas; persistem ainda, com efeito, agudos conflitos políticos, sociais, econômicos, raciais e ideológicos, e nem está eliminado o perigo de uma guerra que a tudo subverte.

Aumenta o intercâmbio das ideias; mas as próprias palavras com que se exprimem conceitos da maior importância assumem sentidos muito diferentes segundo as diversas ideologias.

Finalmente, procura-se com todo o empenho uma ordem temporal mais perfeita, mas sem que a acompanhe um progresso espiritual proporcional.

Marcados por circunstâncias tão complexas, muitos dos nossos contemporâneos são incapazes de discernir os valores verdadeiramente permanentes e de os harmonizar com os valores novamente descobertos. Daí que, agitados entre a esperança e a angústia, sentem-se oprimidos pela inquietação, quando se interrogam acerca da evolução atual dos acontecimentos. Mas, esta desafia o homem, força-o até a uma resposta.

8.1- Evolução e domínio da técnica e da ciência

A atual perturbação dos espíritos e a mudança das condições de vida estão ligadas a uma transformação mais ampla, a qual tende a dar o predomínio, na formação do espírito, às ciências matemáticas e naturais, e, no plano da ação, às técnicas, fruto dessas ciências.

Esta mentalidade científica modela a cultura e os modos de pensar de uma maneira diferente do que no passado. A técnica progrediu tanto que transforma a face da terra e tenta já dominar o espaço.

Também sobre o tempo estende a inteligência humana o seu domínio: quanto ao passado, graças ao conhecimento histórico; relativamente ao futuro, com a prospectiva e o planejamento.

Os progressos das ciências biológicas, psicológicas e sociais não só ajudam o homem a conhecer-se melhor, mas ainda lhe permitem exercer, por meios técnicos, uma influência direta na vida das sociedades. Ao mesmo tempo, a humanidade preocupa-se cada vez mais com prever e ordenar o seu aumento demográfico.

O próprio movimento da história torna-se tão rápido, que os indivíduos dificilmente o podem seguir. O destino da comunidade humana torna-se um só, e não já dividido entre histórias independentes.

A humanidade passa, assim, de uma concepção predominantemente estática da ordem das coisas para uma outra, preferentemente dinâmica e evolutiva; daí nasce uma nova e imensa problemática, a qual está a exigir novas análises e novas sínteses.

8.2- Mudanças na ordem social

Pelo mesmo fato, verificam-se cada dia maiores transformações nas comunidades locais tradicionais, como são famílias patriarcais, os clãs, as tribos, aldeias e outros diferentes grupos, e nas relações da convivência social.

Difunde-se progressivamente a sociedade de tipo industrial, levando algumas nações à opulência econômica e transformando radicalmente as concepções e as condições de vida social vigentes desde há séculos.

Aumentam também a preferência e a busca da vida urbana, quer pelo aumento das cidades e do número de seus habitantes, quer pela difusão do modo de vida urbana entre os camponeses.

Novos e mais perfeitos meios de comunicação social permitem o conhecimento dos acontecimentos e a rápida e vasta difusão dos modos de pensar e de sentir; o que, por sua vez, dá origem a numerosas repercussões. Nem se deve minimizar o fato de muitos homens, levados por diversos motivos a emigrar, mudarem com isso o próprio modo de viver.

Multiplicam-se assim sem cessar as relações do homem com os seus semelhantes, ao mesmo tempo em que a própria socialização introduz novas ligações, sem, no entanto, favorecer em todos os casos uma conveniente maturação das pessoas e relações verdadeiramente pessoais (“personalização”).

É verdade que tal evolução aparece mais claramente nas nações que se beneficiam das vantagens do progresso econômico e técnico, mas nota-se também entre os povos, ainda em vias de desenvolvimento, que desejam alcançar para os seus países os benefícios da industrialização e da urbanização. Esses povos, sobretudo os que estão ligados a tradições mais antigas, sentem ao mesmo tempo a exigência de um exercício cada vez mais pessoal da liberdade.

8.3- Transformações psicológicas, morais e religiosas

A transformação de mentalidade e de estruturas põe muitas vezes em questão os valores admitidos, sobretudo no caso dos jovens. Tornam-se frequentemente impacientes e mesmo, com a inquietação, rebeldes; conscientes da própria importância na vida social, aspiram a participar nela o mais depressa possível. Por este

motivo, os pais e educadores encontram não raras crescentes dificuldades no desempenho da sua missão.

Por sua vez, as instituições, as leis e a maneira de pensar e de sentir herdadas do passado nem sempre parecem adaptadas à situação atual; e daqui provém uma grave perturbação no comportamento e até nas próprias normas de ação.

Por fim, as novas circunstâncias afetam a própria vida religiosa. Por um lado, um sentido crítico mais apurado purifica-a de uma concepção mágica do mundo e de certas sobrevivências supersticiosas, e exige cada dia mais a adesão a uma fé pessoal e operante; desta maneira, muitos chegam a um mais vivo sentido de Deus.

Mas, por outro lado, grandes massas afastam-se praticamente da religião. Ao contrário do que sucedia em tempos passados, negar Deus ou a religião, ou prescindir deles já não é um fato individual e insólito: hoje, com efeito, isso é muitas vezes apresentado como exigência do progresso científico ou de um novo tipo de humanismo.

Em muitas regiões, tudo isto não é apenas afirmado no meio filosófico, mas invade em larga escala a literatura, a arte, a interpretação das ciências do homem e da história e até as próprias leis civis; o que provoca a desorientação de muitos.

8.4- Desequilíbrios pessoais familiares e sociais

Uma tão rápida evolução, muitas vezes processada desordenadamente e, sobretudo, a consciência mais aguda das desigualdades existentes no mundo, geram ou aumentam contradições e desequilíbrios.

Ao nível da própria pessoa, origina-se com frequência um desequilíbrio entre o saber prático moderno e o pensar teórico, que não consegue dominar o conjunto dos seus conhecimentos, nem de ordená-los em sínteses satisfatórias.

Surge também desequilíbrio entre a preocupação da eficiência prática e as exigências da consciência moral; outras vezes, as condições coletivas da existência e as exigências do pensamento pessoal e até da contemplação.

Gera-se, finalmente, o desequilíbrio entre a especialização da atividade humana e a visão global da realidade.

No seio da família originam-se tensões, quer devido à pressão das condições demográficas, econômicas e sociais, quer pelas dificuldades que surgem entre as diferentes gerações, quer pelo novo tipo de relações sociais entre homens e mulheres.

Grandes discrepâncias surgem entre as raças e os diversos grupos sociais; entre as nações ricas, as menos prósperas e as pobres; finalmente, entre as instituições internacionais, nascidas do desejo de paz que os povos têm, e a ambição de propagar a própria ideologia ou os egoísmos coletivos existentes nas nações e em outros grupos.

Daqui nascem desconfianças e inimizades mútuas, conflitos e desgraças, das quais o homem é simultaneamente causa e vítima.

8.5- Aspirações mais universais do gênero humano

Entretanto, vai crescendo a convicção de que o gênero humano não só pode e deve aumentar cada vez mais o seu domínio sobre as coisas criadas, mas também lhe compete estabelecer uma ordem política, social e econômica que o sirva cada vez melhor e ajude indivíduos e grupos a afirmarem e desenvolverem a própria dignidade.

Daqui vem a insistência com que muitos reivindicam aqueles bens de que, com uma consciência muito viva, se julgam privados por injustiça ou por desigual distribuição. As nações em vias de desenvolvimento, e as de recente independência, desejam participar dos bens da civilização, não só no campo político, mas também no econômico, e aspiram a desempenhar livremente o seu papel no plano mundial; e, no entanto, aumenta cada dia mais a sua distância, e muitas vezes, simultaneamente, a sua dependência mesmo econômica com relação às outras nações mais ricas e de mais rápido progresso.

Os povos oprimidos pela fome interpelam os povos mais ricos. As mulheres reivindicam, onde ainda não a alcançaram, a paridade de direito e de fato com os homens. Os operários e os camponeses querem não apenas ganhar o necessário para viver, mas desenvolver, graças ao trabalho, as próprias qualidades; mais ainda, querem participar na organização da vida econômica, social, política e cultural.

Pela primeira vez na história dos homens, todos os povos têm já a convicção de que os bens da cultura podem e devem estender-se efetivamente a todos.

Subjacente a todas estas exigências, esconde-se, porém, uma aspiração mais profunda e universal: as pessoas e os grupos sonham por uma vida plena e livre, digna

do homem, pondo ao próprio serviço tudo quanto o mundo de hoje lhes pode proporcionar com tanta abundância. E as nações fazem esforços cada dia maiores por chegar a uma certa comunidade universal.

O mundo atual apresenta-se, assim, simultaneamente poderoso e débil, capaz do melhor e do pior, tendo patente diante de si o caminho da liberdade ou da servidão, do progresso ou da regressão, da fraternidade ou do ódio. E o homem torna-se consciente de que a ele compete dirigir as forças que suscitou, e que tanto o podem esmagar como servir. Por isso se interroga a si mesmo.

8.6- Jesus Cristo, resposta e solução da problemática humana

Na verdade, os desequilíbrios de que sofre o mundo atual estão ligados com aquele desequilíbrio fundamental que se radica no coração do homem. Porque no íntimo do próprio homem muitos elementos se combatem. Enquanto, por uma parte, ele se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outra sente-se ilimitado nos seus desejos, e chamado a uma vida superior.

Atraído por muitas solicitações, vê-se obrigado a escolher entre elas e a renunciar a algumas. Mais ainda, fraco e pecador, faz muitas vezes aquilo que não quer e não realiza o que desejaria fazer. Sofre assim em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão grandes discórdias se originam para a sociedade.

Muitos, sem dúvida, que levam uma vida impregnada de materialismo prático, não podem ter uma clara percepção desta situação dramática; ou, oprimidos pela miséria, não lhe podem prestar atenção. Outros pensam encontrar a paz nas diversas interpretações da realidade que lhes são propostas. Alguns, só do esforço humano esperam a verdadeira e plena libertação do gênero humano, e estão convencidos que o futuro império do homem sobre a terra satisfará todas as aspirações do seu coração.

E não faltam os que, desesperados de poder encontrar um sentido para a vida, louvam a coragem daqueles que, julgando a existência humana vazia de qualquer significado, se esforçam por lhe conferir, por si mesmos, todo o seu valor.

Todavia, perante a evolução atual do mundo, cada dia são mais numerosos os que põem ou sentem com nova acuidade as questões fundamentais: **Que é o homem? Qual o sentido da dor, do mal e da morte, que, apesar do enorme progresso alcançado, continuam a existir? Para que servem essas vitórias, ganhas a tão grande**

preço? Que pode o homem dar à sociedade, e que coisas pode dela receber? Que há para além desta vida terrena?

A Igreja, por sua parte, acredita que Jesus Cristo, morto e ressuscitado por todos, oferece aos homens, pelo seu Espírito, a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação; nem foi dado aos homens sob o céu outro nome, no qual devam ser salvos.

Acredita também que a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontram no seu Senhor e Mestre. E afirma, além disso, que, subjacentes a todas as transformações, há muitas coisas que não mudam, cujo último fundamento é Cristo, o mesmo ontem, hoje e para sempre.

Quer, portanto, o Concílio Vaticano II, à luz de Cristo, imagem de Deus invisível e primogênito de toda a criação, dirigir-se a todos, para iluminar o mistério do homem e cooperar na solução das principais questões do nosso tempo.

8.7- A Igreja radicada na missão

A missão de Jesus se prolonga na missão de seus próprios enviados. Missão de pregar o Evangelho e curar os enfermos (Lc 9, 1s). Os apóstolos cumprem essa missão não por sua própria força, mas graças à força do Espírito Santo que lhes foi dado (Jo 14, 26).

E onde se deve fazer missão? Em toda a situação do mundo que surge como desafio à catolicidade da Igreja. Nessa ótica, quando a Igreja toma consciência da necessidade de diálogo com o mundo, com a cultura, ela toma consciência dessa missão, especificamente no contexto do Vaticano II.

Vários foram os documentos, portanto, que apresentaram a Igreja como missionária na sua essência e a necessidade da missão. No Concílio Vaticano II tem-se a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que abre espaço para um diálogo e presença da Igreja na sociedade moderna.

No mesmo evento, o decreto *Ad Gentes* que definiu a Igreja peregrina de natureza missionária (AG, 2).

Em seguida, a exortação apostólica de Paulo VI, *Evangelii Nuntiandi*, que apresenta um novo conceito de evangelização, a relação entre evangelização e promoção ou libertação humana, o tema da Igreja local/particular, a união entre

Espírito e evangelização. Mostra uma visão integral da evangelização, processo global; além de ver evangelização e missão como sinônimos. Para Paulo VI não existe verdadeira evangelização se o nome, o ensinamento, a vida, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré não é proclamado. Isso porque a mensagem trazida pela evangelização envolve toda a vida.

O Papa João Paulo II também se envolveu com a missão quando escreve a encíclica *Redemptoris Missio*, momento em que acontece como que um relançamento do decreto *Ad gentes*, um incentivo ainda maior para que a missão aconteça.

8.8- O Papa Francisco e a Igreja de hoje

Para esta realidade de hoje é importante conhecer o pensamento do Papa Francisco sobre o seu entendimento da Igreja.

A eclesiologia do Papa Francisco é explorada por Osmar Cavaca em “Uma eclesiologia chamada Francisco: Estudo da eclesiologia do Papa Francisco a partir da *Evangelii Gaudium*”.¹³

Para CAVACA, temos que entender a eclesiologia do Papa Francisco a partir da escolha de seu próprio nome, porque mais que um nome, é um projeto de Igreja!

Na Bíblia, a imposição de um nome a alguém tem um significado teológico de caráter eminentemente missionário. Na história universal, o nome sempre foi portador da revelação de um desejo existencial de um personagem, ou de seus progenitores para ele.

Durante séculos, na tradição da Igreja, grupos religiosos optavam pela mudança de nome, significando quer um ato de despojamento, quer a manifestação do desejo de se assumir uma nova forma de vida ou de missão.

Na história do papado, de um modo especial, a escolha do nome tem sido reveladora, não no sentido de apenas homenagear ou recordar as virtudes de alguém, mas no de traçar, segundo o coração do novo Papa, os elementos caracterizantes de sua missão.

Assim, o nome Francisco tem uma razão profunda na vida e na missão do Papa Bergoglio. O próprio Papa explicou a escolha, referindo-se ao episódio de seu rápido

¹³ Ver CAVACA, Osmar. “Uma eclesiologia chamada Francisco: Estudo da eclesiologia do Papa Francisco a partir da *Evangelii Gaudium*”. In: **Revista de Cultura Teológica**, nº 83, 2014, pp. 15-34.

diálogo com o Cardeal Hummes, no momento pontual de sua escolha como papa. “Não te esqueças dos pobres!”, foi o conselho do amigo. “(...) pensei em Francisco de Assis. (...). Pensei nas guerras (...). Francisco é o homem da paz. E assim surgiu o nome no meu coração: Francisco de Assis (...). Ah! Como eu queria uma Igreja pobre e para os pobres”!

Bergoglio soube unir, num único nome, duas grandes intuições evangélicas: a simplicidade, a ternura e o amor à paz e aos pobres de Francisco de Assis, com a ousadia, talvez seja melhor dizer *parrecia*, como ele mesmo às vezes afirma, o ardor missionário de Francisco Xavier, que tem sobretudo caracterizado o ministério do novo Papa.

A prática ministerial do “papa que vem do fim do mundo” tem, em todo caso, mostrado que, mais que um nome, Francisco é um modo de vida; ou, como diz Leonardo Boff: “Francisco não é um nome. (...) É um projeto de Igreja, pobre, simples, evangélica e destituída de todo poder (...). É uma Igreja ecológica que chama todos os seres com a doce palavra de ‘irmãos e irmãs’”.

Cavaca ainda lembra ainda as palavras do Crucificado de São Damião ao jovem de Assis nos momentos determinantes de sua mudança de vida: “Francisco, vai e restaura minha casa”. Assim, numa pequena e simples palavra parecia se esboçar toda uma missão: reconstruir a Igreja de Cristo segundo o projeto do Evangelho.

8.9- A igreja desejada pelo Papa Francisco

É bastante evidente que o pensamento do Papa sobre a Igreja de Cristo nos remete ao espírito eclesiológico do Concílio Vaticano II. Mas Bergoglio, como bispo latino-americano, bebeu também intensamente da compreensão de Igreja que se desenvolveu em seu continente, sobretudo daquela explicitada pela V Conferência do CELAM,¹⁴ em Aparecida (São Paulo), da qual participou ativamente.

Por isso, entendemos que a eclesiologia do Papa Francisco só pode ser lida na consideração dessas duas dimensões eclesiológicas que emanam do Vaticano II e da Conferência de Aparecida e, consequentemente, de suas inspirações também.

¹⁴ Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizado em 2007, em Aparecida (São Paulo), e que teve o cardeal Bergoglio como Presidente da comissão responsável pela elaboração do documento final da Conferência.

O Papa Francisco, em sua primeira Exortação Apostólica, *Evangelii Gaudium*, trata do anúncio do Evangelho no mundo atual. Nesta obra o Papa se refere amplamente à alegria, sobretudo à alegria que vem do encontro com o Senhor por meio da transformação missionária da Igreja, aceitando o compromisso comunitário e a dimensão social da evangelização, o que necessita de evangelizadores com espírito. Resgata as dimensões de participação e de colegialidade proposta pelo Vaticano II, apontando para a necessidade de uma descentralização da Igreja.

Podemos sintetizar com as palavras do próprio Papa a temática abordada na Exortação (EG, 17): "Escolhi propor algumas diretrizes que possam encorajar e orientar, em toda a Igreja, uma nova etapa evangelizadora, cheia de ardor e dinamismo. [...] decidi, entre outros temas, me deter amplamente sobre as seguintes questões:

- a) A reforma da Igreja em saída missionária;
- b) As tentações dos agentes pastorais;
- c) A Igreja vista como a totalidade do povo de Deus que evangeliza;
- d) A homilia e a sua preparação;
- e) A inclusão social dos pobres;
- f) A paz e o diálogo social;
- g) As motivações espirituais para o compromisso missionário".

Embora nos limitemos às linhas eclesiológicas presentes na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (os números entre parêntesis a ela se referem), observemos que este texto pós-sinodal sobre a Nova Evangelização é apresentado pelo Papa Francisco como um texto que "possui um significado programático e tem consequências importantes" (EG, 24). De fato, já no início ele declara que a Exortação quer "indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos" (EG, 1).

Mesmo reconhecendo de antemão que não poderemos abordar todos os pontos de seu programa, vamos tratar de alguns deles que nos parecem mais pertinentes.

8.9.1- Uma Igreja missionária e descentralizada

Todo o sentido da vida de Jesus Cristo foi proclamar e realizar o Reino de Deus na humanidade. Sem este objetivo central sua pessoa se torna ininteligível. Este

projeto salvífico de Deus, que já tivera início no Antigo Testamento, chega à sua plenitude na pessoa de Jesus Cristo, que em suas ações e palavras revela o gesto salvífico do Pai, seu amor e sua misericórdia incondicionada. Este Reino implica assumir o comportamento de Jesus que "passou por este mundo fazendo o bem" (At 10,38), mas conota também uma dimensão social, pois o indivíduo só pode ser feliz numa sociedade que reconheça e concretize o amor fraterno e a justiça.

Esta tarefa de proclamar e realizar a Boa-Nova constitui o objetivo da evangelização e foi confiada por Jesus a seus discípulos e seguidores. Estes, portanto, constituem uma comunidade de fiéis, constituem a Igreja.

Com outras palavras, todo o sentido da Igreja é estar a serviço da implantação do Reino de Deus; ela não é fim, ela é meio, instrumento de Deus, sinal e sacramento da salvação, pois deve visibilizar que este Reino não é uma utopia, mas uma realidade no interior da história da humanidade pelo testemunho de vida dos cristãos.

Daí a afirmação do Papa Francisco: "a ação missionária é o paradigma de toda a obra da Igreja" (EG, 15). Com outras palavras, o salvífico é prioritário, de tal modo que o doutrinal, o jurídico e o institucional estão a seu serviço e dele recebem seu sentido último.

Esta era a convicção do próprio Jesus de Nazaré na crítica feita à religião de seu tempo. Esta era também a preocupação dos participantes do Concílio Vaticano II. Esta é ainda a razão de fundo para os pronunciamentos e decisões deste atual papa. Palavras como participação, descentralização, diálogo, espírito de serviço, sensibilidade humana, proximidade aos pobres e marginalizados, brotam de sua preocupação central com o Reino de Deus.

O Papa Francisco considera a Igreja como "de saída", a qual em sua estrutura e em sua atividade se torne "um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à sua autopreservação" (EG, 27), sabendo "sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho" (EG, 20).

Os evangelizadores devem contrair "o cheiro das ovelhas" (EG, 24). Daí o apelo à renovação de toda a sua pastoral (EG, 11), que pressupõe "uma conversão pastoral e missionária" na linha do Documento de Aparecida (EG, 25). Como não é fácil romper com a inércia do *status quo* bem conhecido e familiar, o Papa convida "todos a serem ousados e criativos" (EG, 33) nesta tarefa de repensar a ação pastoral da Igreja.

Porém, permanecem certas questões: estamos realmente convencidos desta verdade, nós todos, clero e laicato? Existem condições suficientes na Igreja para todos os católicos assumirem ativamente sua responsabilidade missionária? Não damos a impressão de nos preocuparmos com o enunciado doutrinal e com a norma canônica, em si necessários, mais do que com o anúncio da pessoa de Jesus Cristo? Não esconde o peso estático da instituição eclesial a verdade de uma comunidade viva e missionária? Não se encontra diminuído em parte do clero o zelo pastoral pelo impacto da atual sociedade (EG, 80)?

8.9.2- Uma Igreja configurada colegialmente

Já no Concílio Vaticano II era evidente a preocupação dos bispos em equilibrar a noção do primado conforme definida no Vaticano I e que ficara incompleta pela interrupção forçada deste Concílio. Basta que examinemos o número de intervenções sobre este tema.

Mesmo sem entrarmos em detalhes e discussões posteriores, podemos afirmar que a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* fundamenta uma importante revalorização do corpo episcopal. Os bispos recebem o cargo de ensinar, santificar e governar do próprio Senhor Jesus Cristo, e não indiretamente do Papa, como se afirmava anteriormente, não podendo ser considerados "vigários do Sumo Pontífice" (LG, 27), embora só possa ser exercido tal múnus em comunhão com a Cabeça e com os demais membros do colégio episcopal. Esse colégio, com o Papa, constitui a instância da autoridade suprema na Igreja, embora o Papa conserve seu poder primacial (LG, 22). Consequentemente, as Igrejas Locais podem ser por si mesmas sujeitos de pleno direito, bem como responsáveis pelas demais, sobretudo de sua região, o que na linha das antigas Igrejas patriarcais irá constituir as Conferências Episcopais (LG, 23).

O papel da sede romana como sinal da unidade da Igreja é de fortalecer a comunhão entre as Igrejas Locais, não assumindo suas funções e competências. No primeiro milênio da Igreja era viva e atuante essa "eclesiologia de comunhão", sendo que a estrutura patriarcal mantinha a diversidade e a unidade da Igreja. O patriarca, num regime sinodal, isto é, com os demais bispos, resolia as questões de cunho litúrgico ou de direito canônico. A uniformidade do direito eclesiástico, da liturgia e o

controle das sedes episcopais por Roma não provêm necessariamente do primado como tal.

O Papa Francisco pleiteia, na linha de Aparecida, uma reforma das estruturas, as quais devem ser "mais missionárias" (EG, 27), pois "há estruturas eclesiais que podem chegar a condicionar um dinamismo evangelizador" (EG, 26).

E afirma incisivamente: "Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e sua dinâmica missionária" (EG, 32). Com relação às Conferências Episcopais, seu pensamento é claro: "O Concílio Vaticano II afirmou que, à semelhança das antigas Igrejas Patriarcais, as Conferências Episcopais podem 'aportar uma contribuição múltipla e fecunda, para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas'" (LG, 23). E acrescenta noutra parte: "Não convém que o Papa substitua os episcopados locais no discernimento de todas as problemáticas que sobressaem nos seus territórios" (EG, 16).

8.9.3- Uma Igreja inculturada

Intimamente relacionada com a Igreja Local está a questão da inculturação da fé. A iniciativa salvífica de Deus só chega a sua meta quando é livremente acolhida pelo ser humano na fé. Só temos propriamente revelação ou Palavra de Deus no interior de uma resposta de fé, ela mesmo fruto da ação de Deus em nós.

Portanto, o acolhimento na fé é parte constitutiva da revelação; sem ela os eventos salvíficos seriam meros fatos históricos, a Palavra de Deus seria palavra humana e a pessoa de Jesus Cristo nos seria desconhecida, como o foi para os fariseus de seu tempo.

Porém, o ser humano que professa sua fé vive necessariamente num contexto sociocultural que lhe fornece linguagem, valores, padrões de comportamento, vida social e capacidade de se desenvolver como ser humano. Portanto, ao captar e acolher a Palavra de Deus, o ser humano o estará fazendo necessariamente dentro de sua cultura própria. Assim só podemos encontrar a Palavra de Deus ou o Evangelho já inculturados.

Sendo a fé o fundamento da comunidade eclesial, como nos ensina Santo Tomás de Aquino, encontra-se a Igreja enquanto comunidade de fiéis inevitavelmente

no interior de uma cultura que determinará como seus membros entendem e vivem a fé cristã. Deste modo a Igreja Local implica sempre uma Igreja inculturada.

Portanto, se ela quer ser entendida como sinal da salvação, ela deve assumir a linguagem, as categorias mentais, os gestos, os costumes, o saber e as artes da cultura onde se encontra inserida, como tanto insistia o papa João Paulo II.

Entretanto, a cultura não é uma realidade estática, mas propriamente um processo, devido aos novos desafios de dentro e de fora que a atingem. Portanto, deve a comunidade eclesial saber acolher em si as transformações necessárias para poder levar a cabo sua missão. O Concílio Vaticano II expõe este ensinamento no Decreto *Ad Gentes* sobre a atividade missionária da Igreja (AG, 15; 22).

O Papa Francisco acolhe sem mais a antropologia cultural subjacente ao texto conciliar e termina taxativamente: "A graça supõe a cultura, e o dom de Deus encarna-se na cultura de quem o recebe" (EG, 115). Deste modo "o cristianismo não dispõe de um único modelo cultural, mas permanecendo o que é, (...) assumirá também o rosto das diversas culturas e dos vários povos onde for acolhido e se radicar" (EG, 116).

E fazendo suas as afirmações anteriores de João Paulo II sobre esta temática, assevera que "cada cultura oferece formas e valores positivos que podem enriquecer o modo como o Evangelho é pregado, compreendido e vivido" e assim manifesta a Igreja sua catolicidade (EG, 116). Reconhece o papa que o processo de inculturação é lento e exige das Igrejas Locais criatividade e ousadia (EG, 129).

8.9.4- Uma Igreja de discípulos missionários

Todos os membros da Igreja constituem o Povo de Deus; todos estão, portanto, incumbidos de proclamar a Boa-Nova de Jesus Cristo para a sociedade.

Devemos corrigir uma imagem de uma Igreja clerical ativa diante de um laicato passivo. Todos na Igreja gozam de igual "dignidade e ação comum" (LG, 32), todos participam ativamente da ação evangelizadora da Igreja no mundo, sentido último da própria comunidade eclesial que eles próprios constituem.

Portanto, todos na Igreja (LG, 30), pelo fato de serem batizados (LG, 33), independentemente de sua condição no interior dela, devem anunciar a salvação de Cristo e promover os valores evangélicos na sociedade, sendo assim sujeitos ativos na Igreja.

Portanto, todo católico é sujeito eclesial por ser batizado e não por alguma delegação posterior da autoridade. Daí brota "o direito e o dever" de exercer seus carismas para o bem dos homens e a edificação da Igreja (AA, 3).

A ação pastoral no interior da Igreja vai ser incrementada nos anos posteriores ao Concílio Vaticano II pela renovação dos ministérios, abrindo assim novos campos de atuação (catequese, promoção humana, obras de caridade, coordenação pastoral, assessoria das mais diversas, animação litúrgica, ensino teológico).

Observemos que o Documento de Aparecida, no qual o atual papa teve influência direta como presidente da Comissão de Redação, acolhe o ensinamento conciliar, reconhece os leigos e leigas como "verdadeiros sujeitos eclesiais", interlocutores competentes entre a Igreja e a sociedade (DAp, 497a), recomendando que os bispos devam "abrir para eles espaços de participação e confiar-lhes ministérios e responsabilidades" (DAp, 211).

Dotados de uma formação adequada (DAp, 212), devem os fiéis leigos/as "ser parte ativa e criativa na elaboração e execução de projetos pastorais a favor da comunidade" (DAp, 213), participando "do discernimento, da tomada de decisões, do planejamento e da execução" (DAp, 371).

Naturalmente, o mesmo documento adverte para a necessidade de uma mudança de mentalidade de todos na Igreja, especialmente da hierarquia (DAp, 213).

O Papa Francisco, em sua Exortação Apostólica, deixa bem claro que irá insistir nesta conquista do Concílio Vaticano II e enfatizada na Assembleia Episcopal em Aparecida: "Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização" (EG, 120).

A missão não é apenas um ornamento ou um apêndice na pessoa do cristão; é algo que não se pode arrancar de si sem se destruir (EG, 273).

Mesmo mencionando a necessidade de uma melhor formação (EG, 121), o papa insiste na evangelização pelo contato pessoal (EG, 127), já que se trata de comunicar aos outros a própria experiência salvífica do encontro com Jesus Cristo, à semelhança dos primeiros discípulos, da samaritana e de Paulo (EG, 120). Mas também reconhece a dificuldade dos leigos/as por não encontrarem espaço nas Igrejas Locais, em parte devido a um excessivo clericalismo (EG, 102).

8.9.5- Uma Igreja que testemunhe na vida a sua fé em Jesus Cristo

Sem desconhecer os exemplos de tantos cristãos que viveram sua fé de modo autêntico e generoso, não podemos deixar de caracterizar a Igreja que herdamos como uma realidade na qual o doutrinal dominava o existencial; o jurídico se impunha ao sacramental; o institucional prevalecia sobre o místico; certo tradicionalismo impedia renovações urgentes; o medo da novidade impedia o eclodir de novos caminhos evangelizadores; a mentalidade do poder eclesiástico emudecia a verdade do serviço eclesiástico.

Toda renovação eclesial implica um retorno ao mais nuclear da fé cristã, que é a vivência cristã das primeiras comunidades, talvez encobertas pelas doutrinas, normas, regulamentações, tradições que se lhes agregaram ao longo da história, certamente para explicitar e salvaguardar este núcleo evangélico, mas que não deixaram de obscurece-lo, por ocuparem um lugar central que não é o seu. Este fato não passou despercebido ao Papa Francisco, como iremos ver.

Primeiramente, ele enfatiza a importância decisiva do Espírito Santo na vida da Igreja. De fato, se a Igreja é a comunidade dos que creem em Jesus Cristo, então toda ela está fundamentada na ação do Espírito Santo. Pois só podemos confessar Jesus Cristo como Senhor pela ação do Espírito Santo (1Cor 12,3). É a participação de todos no mesmo Espírito que gera a comunhão (2Cor 13,13). O Espírito que esteve presente e atuante na existência de Jesus continua atuando hoje nos cristãos (LG, 7).

O Papa Francisco distingue uma evangelização vista como "um conjunto de tarefas vividas como obrigação pesada" da "evangelização com espírito", isto é, "com o Espírito Santo, já que Ele é a alma da Igreja evangelizadora" (EG, 261). E completa: "Para manter vivo o ardor missionário, é necessária uma decidida confiança no Espírito Santo", pois "não há maior liberdade do que a de se deixar conduzir pelo Espírito", "permitindo que Ele nos ilumine, guie, dirija e impulsione para onde Ele quiser" (EG, 280).

Numa época marcada pela inflação de palavras através dos vários meios de comunicação social e também de certo ceticismo com relação às ideologias e cosmovisões, ganha a experiência pessoal um peso enorme para fundamentar as convicções pessoais.

Esta realidade atinge também a fé dos cristãos. Esta resulta de uma iniciativa de Deus de vir ao nosso encontro, doando-Se a si próprio em Jesus Cristo e no Espírito Santo, iniciativa que se realiza plenamente ao ser acolhida pelo cristão na fé.

Portanto, a fé é um evento salvífico na vida da pessoa que é, de certo modo, por ela experimentado. Esta experiência atinge o coração de cada um, não só dando sentido à existência humana, mas também consolando, fortalecendo e iluminando os que a fazem. É a experiência do amor, da bondade e da misericórdia de Deus, realidade prioritária e fundamental em nossa vida.

O Papa enfatiza a importância da experiência pessoal com Jesus Cristo, do amor de Deus que Ele nos revela. Em suas palavras: "O verdadeiro missionário (...) sabe que Jesus caminha com ele, fala com ele, respira com ele, trabalha com ele" (EG, 266).

Ao iniciar sua vida pública, Jesus proclama: "Completou-se o tempo, e o Reino de Deus está próximo. Convertei-vos e crede na Boa-Nova" (Mc 1,15). É uma conversão intimamente relacionada com o Reino de Deus, pois significa acolher na fé a salvação definitiva de Deus na pessoa de Jesus Cristo como núcleo da própria existência.

Esta conversão deve estar presente na vida do cristão como uma atitude de fundo que o acompanha sempre. E também na vida da Igreja, seja em sua consciência, seja em suas instituições.

Esta exigência aparece claramente no Documento de Aparecida, tanto em seu aspecto pessoal (DAp, 366), que inclui uma mudança de mentalidade eclesial por parte de todos, especialmente do clero (DAp, 213), quanto em sua dimensão institucional (DAp, 365), acionada pelo que o texto chama de conversão pastoral.

O Papa Francisco demonstra clara consciência do desafio da renovação eclesial e conclama todos a uma "conversão pastoral e missionária" na linha de Aparecida (EG, 25). Entretanto o papa inova ao apontar bem concretamente o que necessita de conversão: mundanismo espiritual dos que buscam a si próprios, a glória humana e o bem-estar pessoal sob as aparências de religiosidade (EG, 93), uma fé prisioneira de um racionalismo subjetivo ou de "uma suposta segurança doutrinal ou disciplinar que dá lugar a um elitismo narcisista e autoritário, onde, em vez de evangelizar, se analisam e classificam os demais" (EG, 94).

Menciona ainda o exibicionismo na liturgia, na doutrina e no prestígio da Igreja, o fascínio das conquistas pessoais e auto referenciais, bem como das estatísticas e das avaliações. E termina: "Quem caiu nesse mundanismo olha de cima e de longe, rejeita a profecia dos irmãos, desqualifica quem o questiona, faz ressaltar constantemente os erros alheios e vive obcecado pela aparência" (EG, 97). E conclui: "Deus nos livre de uma Igreja mundana sob vestes espirituais e pastorais!" (EG, 97).

8.9.6- Uma Igreja dos pobres

Conhecemos a tentativa de um grupo de bispos, por ocasião do Concílio Vaticano II, em promover uma maior simplicidade e austeridade na Igreja. Estavam bem conscientes de que muitos símbolos de poder e riquezas foram se agregando ao longo dos séculos à instituição eclesial. Contudo, tais esforços apenas resultaram numa pequena menção, meio perdida no interior de um texto conciliar: "... assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir pelo mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da redenção" (LG, 8).

Ao tratar da dimensão social da evangelização no capítulo IV da Exortação Apostólica, o Papa Francisco inicia com uma afirmação que diz tudo: "Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo" (EG, 176). Pois o mesmo não é apenas uma realidade espiritual, mas atinge o ser humano em todas as suas dimensões, de tal modo que afirma mais adiante: "Deus, em Cristo, não redime somente a pessoa individual, mas também as relações sociais entre os homens" (EG, 178); daí que "na medida em que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos" (EG, 180).

De fato, no Novo Testamento se exprime a absoluta prioridade da "saída de si próprio para o irmão" como um dos fundamentos de toda norma moral e critério de crescimento espiritual (EG, 179).

Daí o Papa poder afirmar: "Uma fé autêntica, que nunca é cômoda ou individualista, comporta sempre um profundo desejo de mudar o mundo, transmitir valores, deixar a terra um pouco melhor depois da nossa passagem por ela" (EG, 183).

O Papa lembra que "cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus a serviço da libertação e promoção dos pobres" (EG, 187) e

insiste na palavra "solidariedade", enquanto expressa "uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns" (EG, 188), sobretudo hoje quando experimentamos na sociedade "um novo paganismo individualista" (EG, 195).

Assim, não nos admira que o papa Francisco tenha recebido fortes críticas de certos setores da sociedade. Ele retoma com força a opção pelos pobres ao afirmar sem rodeios: "Desejo uma Igreja pobre para os pobres" e reafirma a experiência da Igreja latino-americana de que os pobres nos evangelizam (EG, 198).

Para ele, o anúncio do Reino hoje só se torna significativo e digno de fé se for acompanhado de uma proximidade real com os pobres (EG, 199). Termina lamentando o que estes últimos sofrem por falta de cuidado espiritual (EG, 200).

Concluindo, a missão da Igreja não acontece senão fundamentada na pessoa de Jesus, no encontro com Ele e, a partir Dele, no lançar-se ao mundo proclamando a boa notícia.

Para isso, a **teologia missionária** parte de alguns eixos de ação:

- a) **Eixo cristológico:** trata-se da teologia da cruz e do mistério pascal;
- b) **Eixo antropológico:** a atenção ao homem, à sua história, à sua cultura em uma atividade de constante atualização e uma necessidade de inculturação que levem em conta os valores realmente humanos, tendo em vista uma evangelização da própria cultura, ou mais exatamente, das diversas culturas, a partir da Boa Nova;
- c) **Eixo dialogal:** com as religiões não cristãs e com os não crentes. Necessidade de ter presente que a Divina Providência não nega os auxílios necessários à salvação àqueles que, sem culpa, ainda não chegaram ao conhecimento expresso de Deus e se esforçam, não sem a divina graça, por levar uma vida reta (LG, 16);
- d) **Eixo diaconal:** consciência e ação em vista da opção preferencial pelos pobres, oprimidos, marginalizados. Nessa opção preferencial resplandece o verdadeiro espírito do Evangelho.

Papa refletir:

- 1- Quais são os principais traços da eclesiologia do Concílio Vaticano II?
- 2- Quais são os principais traços da eclesiologia do Papa João Paulo II?
- 3- Quais são os principais traços da eclesiologia do Papa Bento XVI?
- 4- Quais são os principais traços da eclesiologia do Papa Francisco?

ANEXO:
“CREIO NA SANTA IGREJA CATÓLICA”
OU COMO O CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA RESPONDE AO TEMA

Deus, infinitamente Perfeito e Bem-aventurado em si mesmo, em um desígnio de pura bondade, criou livremente o homem para fazê-lo participar de sua vida bem-aventurada. Eis por que, desde sempre e em todo lugar, está perto do homem. Chama-o e ajuda-o a procurá-lo, a conhecê-lo e a amá-lo com todas as suas forças. Convoca todos os homens, dispersos pelo pecado, para a unidade de sua família, a Igreja. Faz isto por meio do Filho, que enviou como Redentor e Salvador quando os tempos se cumpriram. Nele e por Ele, chama os homens a se tornarem, no Espírito Santo, seus filhos adotivos, e portanto os herdeiros de sua vida bem-aventurada (CIC, 1).

A fim de que este chamado ressoe pela terra inteira, Cristo enviou os apóstolos que escolhera, dando-lhes o mandato de anunciar o Evangelho: "Ide, fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos" (Mt 28,19-20).

Fortalecidos com esta missão, os apóstolos "saíram a pregar por toda parte, agindo com eles o Senhor, e confirmando a Palavra por meio dos sinais que a acompanhavam" (Mc 16,20). (CIC, 2)

Bem cedo passou-se a chamar de **catequese** o conjunto de esforços empreendidos na Igreja para fazer discípulos, para ajudar os homens a crerem que Jesus é o Filho de Deus, a fim de que, por meio da fé, tenham a vida em nome dele, para educá-los e instruí-los nesta vida, e assim construir o Corpo de Cristo (CIC, 4).

A catequese é uma educação da fé das crianças, dos jovens e dos adultos, a qual comprehende especialmente um ensino da doutrina cristã, dado em geral de maneira orgânica e sistemática, com o fim de os iniciar na plenitude da vida cristã (CIC, 5).

A catequese anda intimamente ligada com toda a vida da Igreja. Não é somente a extensão geográfica e o aumento numérico, mas também e mais ainda o crescimento interior da Igreja, sua correspondência ao desígnio de Deus que dependem da catequese mesma (CIC, 7).

Diante disto, não estranha que, no dinamismo que seguiu o Concílio Vaticano II (que o papa Paulo VI considerava como grande catecismo dos tempos modernos), a catequese da Igreja tenha novamente despertado a atenção.

Assim, o presente Catecismo da Igreja inspira-se na grande tradição dos catecismos que articulam a catequese em tomo de quatro "pilares":

- A profissão da fé batismal (o Símbolo);
- Os sacramentos da fé;
- A vida de fé (os Mandamentos);
- A oração do crente (o "Pai-Nosso").

No Catecismo da Igreja Católica encontramos o que é a ***Igreja no desígnio de Deus.***

A seguir, apresentamos os principais pontos que achamos importantes e que nos ajudam a avançar na evangelização, e que revelam temas já estudados nos capítulos anteriores sobre a Igreja católica, apostólica, romana com os números correspondentes no próprio Catecismo:

01. O que significa o termo *Igreja*?

Designa o Povo que Deus convoca e *reúne* de todos os recantos da terra, para constituir a assembleia dos que, pela fé e pelo Batismo, se tornam filhos de Deus, membros de Cristo e templo do Espírito Santo. (CIC, 751-752; 777; 804)

02. Há outros nomes e imagens com que a Bíblia indica a Igreja?

Na Sagrada Escritura, encontramos muitas imagens que mostram aspectos complementares do mistério da Igreja. O Antigo Testamento privilegia imagens ligadas ao *Povo de Deus*; o Novo Testamento, as ligadas a Cristo como Cabeça desse Povo, que é o seu Corpo, e tiradas da vida pastoral (aprisco, rebanho, ovelhas), agrícola (campo, oliveira, vinha), de moradia (morada, pedra, templo), familiar (esposa, mãe, família). (CIC, 753-757)

03. Quais são a origem e a consumação da Igreja?

A Igreja encontra origem e consumação no desígnio eterno de Deus. Foi preparada na Antiga Aliança com a eleição de Israel, sinal da reunião futura

de todas as nações. Fundada pelas palavras e pelas ações de Jesus Cristo, foi realizada sobretudo mediante a sua morte redentora e a sua ressurreição. Foi depois manifestada como mistério de salvação mediante a efusão do Espírito Santo no dia de Pentecostes. Terá sua consumação no final dos tempos como assembleia celeste de todos os redimidos. (CIC, 758-766; 778)

04. Qual é a missão da Igreja?

A missão da Igreja é anunciar e instaurar entre todos os povos o Reino de Deus inaugurado por Jesus Cristo. Ela constitui aqui na terra o germe e o início desse Reino salvífico. (CIC, 767-769)

05. Em que sentido a Igreja é *Mistério*?

A Igreja é Mistério porque na sua realidade visível está presente e operante uma realidade espiritual, divina, que se percebe somente com os olhos da fé. (CIC, 770-773; 779)

06. Que significa a Igreja ser sacramento universal de salvação?

Significa que é sinal e instrumento da reconciliação e da comunhão de toda a humanidade com Deus e da unidade de todo o gênero humano. (CIC, 774-776; 780)

07. Por que a Igreja é Povo de Deus?

A Igreja é o Povo de Deus porque aprouve a Ele santificar e salvar os homens, não de modo isolado, mas constituindo-os num só Povo reunido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo. (CIC, 781; 802-804)

08. Quais são as características do Povo de Deus?

Esse povo, de que nos tornamos membros mediante a fé em Cristo e o Batismo, tem por *origem* Deus Pai, por *chefe* Jesus Cristo, por *condição* a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, por *lei* o mandamento novo do amor, por *missão* ser o sal da terra e a luz do mundo, por *meta* o Reino de Deus, já iniciado nesta terra. (CIC, 782)

09. Em que sentido o povo de Deus participa das três funções de Cristo: Sacerdote, Profeta e Rei?

O povo de Deus participa do seu ofício *sacerdotal* porquanto os batizados são consagrados pelo Espírito Santo para oferecer sacrifícios espirituais; participa do seu ofício *profético*, porque com o sentido sobrenatural da fé adere indefectivelmente a ela, aprofunda e a testemunha; participa do seu ofício *régio* como serviço, imitando Jesus Cristo que, rei do universo, se fez servo de todos, sobretudo dos pobres e sofredores. (CIC, 783-786)

10. De que modo a Igreja é corpo de Cristo?

Por meio do Espírito, Cristo morto e ressuscitado une a si intimamente os seus fiéis. Desse modo, os que creem em Cristo, como íntimos dele, sobretudo na Eucaristia, estão unidos entre si na caridade, formando um só corpo, a Igreja, cuja unidade se realiza na diversidade de membros e de funções. (CIC, 787-791; 805-806)

11. Quem é a cabeça desse corpo?

Cristo é a "Cabeça do corpo, que é a Igreja" (Cl 1,18). A Igreja vive dele, nele e por ele. Cristo e a Igreja formam o "Cristo total" (Santo Agostinho). "Cabeça e membros são como que uma só pessoa mística" (Santo Tomás de Aquino). (CIC, 792-795; 807)

12. Por que a Igreja é chamada de *esposa de Cristo*?

Porque o próprio Senhor se identificou como o "Noivo" (Mc 2,19), que amou a Igreja, unindo-a a si com uma Aliança eterna. Ele se entregou a si mesmo por ela, para purificá-la com o seu sangue e "torná-la santa (E 5,26) e mãe fecunda de todos os filhos de Deus". Se o termo "corpo" evidencia a unidade da "cabeça" com os membros, o termo "esposa" ressalta a distinção dos dois numa relação pessoal. (CIC, 796; 808)

13. Por que a Igreja é chamada de *templo do Espírito Santo*?

Porque o Espírito Santo reside no corpo que é a Igreja: na sua Cabeça e nos seus membros; além disso, Ele edifica a Igreja na caridade com a Palavra de Deus, os sacramentos, as virtudes e os *carismas*. "O que o nosso espírito, ou seja, a nossa alma

é para os nossos membros, isso mesmo é o Espírito Santo para os membros de Cristo, para o Corpo de Cristo, que é a Igreja” (S. Agostinho). (CIC, 797-798; 809-810)

14. O que são os carismas?

Os carismas são dons especiais do Espírito Santo concedidos a cada um para o bem dos homens, para as necessidades do mundo e em particular para a edificação da Igreja, a cujo Magistério cabe discerni-los. (CIC, 799-801)

15. Por que a Igreja é *Una*?

A Igreja é *una* porque tem como origem e modelo a unidade na Trindade das Pessoas de um só Deus: como fundador e chefe, Jesus Cristo, que restabelece a unidade de todos os povos num só corpo; como alma, o Espírito Santo, que une todos os fiéis na comunhão em Cristo. Ela tem uma só fé, uma só vida sacramental, uma única sucessão apostólica, uma comum esperança e a mesma caridade. (CIC, 813-815; 866)

16. Onde subsiste a única Igreja de Cristo?

A única Igreja de Cristo, como sociedade constituída e organizada no mundo subsiste (*subsisti in*) na Igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele. Somente por meio dela se pode obter a plenitude dos meios de salvação, pois o Senhor confiou todos os bens da Nova Aliança ao único colégio apostólico, cujo chefe é São Pedro. (CIC, 816; 870)

17. Como considerar os cristãos neocatólicos?

Nas Igrejas e comunidades eclesiais que se separaram da plena comunhão da Igreja católica encontram-se muitos elementos de santificação e de verdade. Todo esse bem provém de Cristo e impele à unidade católica. Os membros dessas Igrejas e comunidades são incorporados a Cristo no Batismo: por isso, nós os reconhecemos como irmãos. (CIC, 817-819)

18. Como se empenhar a favor da unidade dos cristãos?

O desejo de restabelecer a união de todos os cristãos é um dom de Cristo e um apelo do Espírito. Diz respeito a toda a Igreja e se realiza com a conversão do coração, a oração, o recíproco conhecimento fraternal e o diálogo teológico. (CIC, 820-822; 866)

19. Em que sentido a Igreja é *Santa*?

A Igreja é *santa*, porquanto Deus Santíssimo é o seu autor; Cristo entregou-se por ela, para santificá-la e torná-la santificante; o Espírito Santo a vivifica com a caridade. Nela se encontra a plenitude dos meios de salvação. A santidade é a vocação de cada um de seus membros e o fim de toda a sua atividade. A Igreja conta em seu meio com a Virgem Maria e inumeráveis Santos como modelos e intercessores. A santidade da Igreja é a fonte da santificação dos seus filhos, os quais, aqui na terra, se reconhecem todos pecadores, sempre necessitados de conversão e de purificação. (CIC, 823-829; 867)

20. Por que a Igreja é chamada de *Católica*?

A Igreja é católica, ou seja, universal, porque nela está presente Cristo: “Onde está Cristo Jesus, está a Igreja católica” (Santo Inácio de Antioquia). Ela anuncia a totalidade e a integridade da fé; contém e administra a plenitude dos meios de salvação; é enviada em missão a todos os povos, em qualquer tempo e a qualquer que seja a cultura a que pertençam. (CIC, 830-831; 868)

21. É católica a Igreja *particular*?

É católica toda Igreja *particular* (ou seja, a *diocese* e a *paróquia*) formada pela comunidade dos cristãos que estão em comunhão na fé e nos sacramentos com seu bispo, ordenado na sucessão apostólica, e com a Igreja de Roma, que “preside na caridade” (Santo Inácio de Antioquia). (CIC, 832-833)

22. Quem pertence à Igreja católica?

Todos os homens pertencem ou são ordenados de modos diversos à unidade católica do Povo de Deus. Está plenamente incorporado à Igreja católica quem, tendo o Espírito de Cristo, está unido a ela por vínculos da profissão de fé, dos sacramentos, do

governo eclesiástico e da comunhão. Os batizados que não realizam plenamente essa unidade católica estão numa certa comunhão, embora imperfeita, com a Igreja católica. (CIC, 836-838)

23. Qual é a relação da Igreja católica com o povo hebreu?

A Igreja católica reconhece a própria relação com o povo hebreu pelo fato de que Deus escolheu esse povo como o primeiro de todos a acolher a sua Palavra. É ao povo hebreu que pertencem “a adoção, a glória, as alianças, as leis, o culto, as promessas e também os patriarcas. Deles é que descende, quanto à carne, o Cristo” (Rm 9,4-5). Diferentemente das outras religiões não cristãs, a fé hebraica já é resposta à Revelação de Deus na Antiga Aliança. (CIC, 839-840)

24. Que ligação há entre a Igreja católica e as religiões não cristãs?

Há uma ligação que provém, em primeiro lugar, da origem e do fim comuns de todo o gênero humano. A Igreja católica reconhece que tudo o que de bom e de verdade se encontra nas outras religiões vem de Deus, é raio da sua verdade, pode preparar para o acolhimento do Evangelho e estimular à unidade da humanidade na Igreja de Cristo. (CIC, 841-845)

25. O que significa a afirmação: “Fora da Igreja não há salvação”?

Significa que toda salvação vem de Cristo Cabeça por meio da Igreja, que é seu corpo. Portanto, não podem ser salvos os que, conhecendo a Igreja como fundada por Cristo e necessária à salvação, nela não entrarem e nela não perseverarem. Ao mesmo tempo, graças a Cristo e à sua Igreja, podem conseguir a salvação eterna todos os que, sem culpa, ignoram o Evangelho de Cristo e a sua Igreja, mas procuram sinceramente a Deus e, sob a influência da Igreja, se esforçam por cumprir a vontade dele, conhecida por meio do ditame da consciência. (CIC, 846-848)

26. Por que a Igreja deve anunciar o Evangelho a todo o mundo?

Porque Cristo ordenou: “Ide, pois, fazer discípulos entre todas as nações, e batizai-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28,19). Essa ordem missionária do Senhor tem a sua fonte no amor eterno de Deus, que enviou o seu Filho e o seu

Espírito, porque “quer que todos sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1Tm 2,4). (CIC, 849-851)

27. De que modo a Igreja é missionária?

Guiada pelo Espírito santo, a Igreja continua no decurso da história a missão do próprio Cristo. Os cristãos, portanto, devem anunciar a todos a Boa Nova trazida por Cristo, seguindo o seu caminho, dispostos também ao sacrifício de si até o martírio. (CIC, 852-856)

28. Por que a Igreja é Apostólica?

A Igreja é *apostólica* por sua *origem*, estando edificada sobre o “alicerce dos Apóstolos” (At 2,20); por seu *ensinamento*, que é o mesmo dos Apóstolos; por sua *estrutura*, porquanto ensinada, santificada e dirigida, até a volta de Cristo, pelos Apóstolos, graças a seus sucessores, os bispos em comunhão com o sucessor de Pedro. (CIC, 857; 869)

29. Em que consiste a missão dos Apóstolos?

A palavra *Apóstolo* significa enviado. Jesus, o Enviado do Pai, convocou doze dentre os seus discípulos e os constituiu como seus Apóstolos, fazendo deles as testemunhas escolhidas da sua ressurreição e o fundamento da sua Igreja. Deu-lhes o mandato de continuarem sua missão, dizendo: “Como o Pai me enviou, também eu vos envio” (Jo 20,21) e prometeu ficar com eles até o fim do mundo. (CIC, 858-861)

30. O que é a sucessão apostólica?

A sucessão apostólica é a transmissão, mediante o sacramento da Ordem, da missão e do poder dos Apóstolos a seus sucessores, os Bispos. Graças a essas transmissões, a Igreja permanece em comunhão de fé e de vida com a sua origem, enquanto ao longo dos séculos ordena, para a difusão do Reino de Cristo sobre a terra, todo o seu apostolado. (CIC, 861-865)

31. Quem são os fiéis?

Os fiéis são aqueles que, incorporados a Cristo mediante o Batismo, são constituídos membros do Povo de Deus. Tendo-se tornado participantes, segundo a própria condição, da função sacerdotal, profética e régia de Cristo, são chamados a exercer a missão confiada por Deus à Igreja. Entre eles subsiste uma verdadeira igualdade na sua dignidade de filhos de Deus. (CIC, 871-872)

32. Como é formado o Povo de Deus?

Na Igreja, por instituição divina, há os *ministros sagrados* que receberam o sacramento da Ordem e formam a hierarquia da Igreja. Os outros são chamados de *leigos*. De uns e de outros saem os fiéis que se *consagram* de modo especial a Deus pela profissão dos conselhos evangélicos: castidade no celibato, pobreza e obediência. (CIC, 873; 934)

33. Por que Cristo institui a hierarquia eclesiástica?

Cristo instituiu a hierarquia eclesiástica com a missão de apascentar o Povo de Deus no seu nome, e por isso lhe deu autoridade. Ela é formada pelos ministros sagrados: bispos, presbíteros, diáconos. Graças ao sacramento da Ordem, os bispos e os presbíteros agem, no exercício de seu ministério, em nome e na pessoa de Cristo Cabeça; os diáconos servem o Povo de Deus na *diaconia* (serviço) da palavra, da liturgia, da caridade. (CIC, 874-876; 935)

34. Como se realiza a dimensão colegial do ministério eclesial?

Conforme o exemplo dos doze Apóstolos escolhidos e enviados com Cristo, a união dos membros da hierarquia eclesiástica está a serviço da comunhão de todos os fiéis. Cada bispo exerce o seu ministério como membro do colégio episcopal em comunhão com o papa, tornando-se participante com ele da solicitude pela Igreja universal. Os sacerdotes exercem seu ministério, no presbitério da Igreja particular, em comunhão com o próprio bispo e sob sua orientação. (CIC, 877)

35. Por que o ministério eclesial tem também um caráter pessoal?

O ministério eclesial tem também um caráter pessoal porque, em virtude do sacramento da Ordem, cada qual é responsável diante de Cristo, que o chamou pessoalmente, conferindo-lhe a missão. (CIC, 878-879)

36. Qual é a missão do papa?

O papa, bispo de Roma e sucessor de São Pedro, é o perpétuo e visível princípio e fundamento da unidade da Igreja. É o vigário de Cristo, chefe do colégio dos bispos e pastor de toda a Igreja, sobre a qual tem, por divina instituição, poder pleno, supremo, imediato e universal. (CIC, 881-882; 936-937)

37. Qual é a tarefa do colégio dos bispos?

O colégio dos bispos, em comunhão com o papa e jamais sem ele, exerce também sobre a Igreja o supremo e pleno poder. (CIC, 883-885)

38. Como os bispos realizam sua missão de ensinar?

Os bispos, em comunhão com o papa, têm o dever de anunciar a todos, fielmente e com autoridade, o Evangelho, como testemunhas autênticas da fé apostólica, revestidos da autoridade de Cristo. Mediante o sentido sobrenatural da fé, o Povo de Deus adere indefectivelmente à fé, sob a guia do Magistério vivo da Igreja. (CIC, 888-890; 939)

39. Quando se exerce a infalibilidade do Magistério?

A infalibilidade se exerce quando o Romano Pontífice, em virtude da sua autoridade de supremo Pastor da Igreja, ou o Colégio dos bispos em comunhão com o papa, sobretudo reunido num Concílio Ecumênico, proclama com ato definitivo uma doutrina referente à fé ou à moral, e também quando o papa e os bispos, em seu Magistério ordinário, concordam em propor uma doutrina como definitiva. A esses ensinamentos todo fiel deve aderir com o obséquio da fé. (CIC, 891)

40. Como os bispos exercem o ministério de santificar?

Os bispos santificam a Igreja dispensando a graça de Cristo com o ministério da palavra e dos sacramentos, em particular da Eucaristia, e também com a sua oração, o seu exemplo e o seu trabalho. (CIC, 893)

41. Como os bispos exercem a função de reger?

Cada bispo, como membro do colégio episcopal, tem colegialmente a solicitude por todas as Igrejas particulares e por toda a Igreja junto com os outros bispos unidos ao papa. O bispo, a quem é confiada uma Igreja particular, governa-a com a autoridade do sagrado poder próprio, ordinário e imediato, exercido em nome de Cristo, bom Pastor, em comunhão com toda a Igreja e sob a guia do sucessor de Pedro. (CIC, 894-896)

42. Qual é a vocação dos fiéis leigos?

Os fiéis leigos têm como vocação própria procurar o reino de Deus, iluminando e ordenando as realidades temporais segundo Deus. Realizam assim o chamado à santidade e ao apostolado, dirigido a todos os batizados. (CIC, 897-900; 940)

43. Como participam os fiéis leigos do ofício sacerdotal de Cristo?

Dele participam ao oferecer – como sacrifício espiritual “agradável a Deus, por Jesus Cristo” (1Pd 2,5), sobretudo na Eucaristia – a própria vida com todas as obras, preces e iniciativas apostólicas, vida familiar e trabalho cotidiano, males da vida suportados com paciência e descanso corporal e espiritual. Assim, também os leigos, dedicados a Cristo e consagrados pelo Espírito Santo, oferecem a Deus o próprio mundo. (CIC, 901-903)

44. Como participam de seu ofício profético?

Os leigos participam ao acolherem cada vez mais na fé a Palavra de Cristo e ao anunciar-lá ao mundo mediante o testemunho da vida e da palavra, a ação evangelizadora e a catequese. Essa ação evangelizadora adquire uma particular eficácia pelo fato de se realizar nas condições comuns do século. (CIC, 904-907; 942)

45. Como participam de seu ofício régio?

Os leigos participam da função régia de Cristo por terem recebido dele o poder de vencer, em si mesmos e no mundo, o pecado, com a abnegação de si e a santidade de sua vida. Exercem vários ministérios ao serviço da comunidade e impregnam de valor moral as atividades temporais do homem e as instituições da sociedade. (CIC, 908-913; 943)

46. O que é a vida consagrada?

É um estado de vida reconhecido pela Igreja. É uma resposta livre a um chamado particular de Cristo, com o qual os consagrados se dedicam totalmente a Deus e tendem a uma perfeição da caridade sob a moção do Espírito Santo. Essa consagração se caracteriza pela prática dos conselhos evangélicos. (CIC, 931c-933; 945)

47. O que oferece a vida consagrada à missão da Igreja?

A vida consagrada participa da missão da Igreja mediante a plena dedicação a Cristo e aos irmãos, testemunhando a esperança do Reino celeste. (CIC, 931-933; 945)

48. O que significa a expressão *comunhão dos santos*?

Essa expressão indica, em primeiro lugar, a comum participação de todos os membros da Igreja nas coisas santas (*santa*): a fé, os sacramentos – em particular a Eucaristia –, os carismas e os outros dons espirituais. Na raiz da comunhão está a caridade que “não é interesseira” (1Cor 13,5), mas estimula o fiel “a pôr tudo em comum” (At 4,32), até os próprios bens materiais a serviço dos mais pobres. (CIC, 946-953; 960)

49. O que significa ainda a expressão *comunhão dos santos*?

Essa expressão designa também a comunhão entre as pessoas santas (*senti*), ou seja, entre os que pela graça estão unidos a Cristo morto e ressuscitado. Alguns são peregrinos na Terra; outros, tendo deixado esta vida, estão se purificando, ajudados também pelas nossas orações; outros, enfim, já gozam da glória de Deus e intercedem por nós. Todos juntos formam em Cristo uma só família, a Igreja, para louvor e glória da Trindade. (CIC, 954-959; 961-962)

50. Em que sentido a bem-aventurada Virgem Maria é Mãe da Igreja?

A bem-aventurada Virgem Maria é Mãe da Igreja na ordem da graça porque deu à luz Jesus, o Filho de Deus, Cabeça do corpo que é a Igreja. Jesus, moribundo na cruz, apontou-a como mãe do discípulo com estas palavras: “Eis a tua mãe!” (Jo 19,27). (CIC, 963-966; 973)

51. Como a Virgem Maria ajuda a Igreja?

Depois da ascensão do seu Filho, a Virgem Maria ajuda com suas orações as primícias da Igreja e, mesmo depois da sua assunção ao céu, ela continua a interceder pelos seus filhos, a ser para todos um modelo de fé e de caridade, e a exercer sobre eles uma influência salutar, que brota da superabundância dos méritos de Cristo. Os fiéis veem nela uma imagem e uma antecipação da ressurreição que os espera, e a invocam como advogada, auxiliadora, protetora, medianeira. (CIC, 967-970)

52. Que tipo de culto se dirige à santa Virgem?

É um culto singular, mas difere essencialmente do culto de adoração prestado somente à Santíssima Trindade. Esse culto de especial veneração encontra particular expressão nas festas litúrgicas dedicadas à Mãe de Deus e na oração mariana, como o santo Rosário, resumo de todo o Evangelho. (CIC, 971)

53. De que modo a bem-aventurada Virgem Maria é o ícone escatológico da Igreja?

Ao olhar para Maria, toda santa e já glorificada em corpo e alma, a Igreja contempla nela o que ela mesma é chamada a ser na terra e o que será na pátria celeste. (CIC, 972; 974-975)

54. Como se perdoam os pecados?

O primeiro e principal sacramento para o perdão dos pecados é o Batismo. Para os pecados cometidos depois do Batismo, Cristo instituiu o sacramento da Reconciliação ou Penitência, por meio do qual o batizado se reconcilia com Deus e com a Igreja. (CIC, 976-980; 984-985)

55. Por que a Igreja tem o poder de perdoar os pecados?

A Igreja tem a missão e o poder de perdoar os pecados porque o próprio Cristo lhe conferiu: “Recebei o Espírito Santo. A quem perdoardes os pecados, serão perdoados; a quem os retiverdes, ficarão retidos” (Jo 20,22-23). (CIC, 981-983; 986-987)

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA E CITADA

1- SIGLAS E DOCUMENTOS DA IGREJA

AA - Apostolicam Actuositatem (Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Apostolado dos Leigos, 1965).

AD - Ad Gentes (Decreto do Concílio Vaticano II sobre a Atividade Missionária da Igreja, 1965).

CD - Christus Dominus (Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja, 1965).

CIC - Catecismo da Igreja Católica, 1992.

CTI - Comissão Teológica Internacional.

DV - Dei Verbum (Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II sobre a Revelação Divina, 1965).

EG – Evangelii Gaudium (Exortação Apostólica A Alegria do Evangelho do Papa Francisco – sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual)

EV - Evangelium Vitae (Carta Encíclica de João Paulo II sobre o Valor e Inviolabilidade da Vida Humana, 1995).

GS - Gaudium et Spes (Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo Atual, 1965).

LG - Lumen Gentium (Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II sobre a Igreja, 1964).

MR - Missal Romano.

PO - Presbyterorum Ordinis (Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Ministério e Vida dos Presbíteros, 1965).

SC - Sacrosanctum Concilium (Constituição do Concílio Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia, 1963).

SM - Signum Magnum (Exortação Apostólica consagrada ao Culto da Virgem Maria, Mãe da Igreja e Modelo de Todas as Virtudes, 1967).

UR - Unitatis Redintegratio (Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Ecumenismo, 1964).

UUS - Ut Unum Sint (Carta Encíclica, João Paulo II, sobre o Empenho Ecumênico, 1995).

2- DOCUMENTOS CONSULTADOS

- **Compêndio do Concílio Vaticano II.** Editora Vozes, 1987.
- **Catecismo da Igreja Católica.** Editora Vozes, 1998.
- **Curso de Eclesiologia.** Escola “Mater Ecclesiae”, 1996.
- **Coleção PUBLICAÇÕES DA CNBB. *Sou Católico: Vivo a minha fé – Subsídio 2.*** Edições CNBB, 2007.
- **CNBB, Secretariado Regional Leste-1. *O Concílio em resumo.*** Rio de Janeiro: Edições *Lumen Christi*, 1970.
- **CNBB. *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica.*** São Paulo: Loyola, 2005.

3- AUTORES CONSULTADOS

- ARQUILLIÈRE, H. X. **Le plus ancien traité de l'église: Jacques de Viterbe, De regimine Christiano.** 1301-1302, Paris, G. Beauchesne éditeur, 1926.
- BARROS, Paulo César. **A eclesiologia do Concílio vaticano II.** In: Convergência, Ano XL, nº 384, julho/agosto.
- BELARMINO, R. **De controversis Christianae fidei adversus nostri temporis haereticos, tll: Prima controvérsia generalis.** Livro III: De Ecclesia militante, caput II: De definicione Ecclesia, p. 137-138.
- BRIGUENTI, Agenor. **A eclesiologia do Concílio Vaticano II a partir das quatro notas da Igreja.** In Convergência, Ano XLI, nº. 389, janeiro/fevereiro.
- CAETANO, Tomás de Vio in Neuausgg. **De divina institutione Pontificatus Romani Pontificis (1521),** neu hrsg. v. Friedrich Lauchert, in: CCath X, 1925.
- DALLAGNOL, Wilson. **A eclesiologia do Vaticano II.** In Cadernos da ESTEF 37 (2006).
- DYSON, R.W., James of Viterbo. **De regimine Christiano.** Boston, Brill, 2009.
- GARRONE, Gabriel Marie. **A Igreja.** 1965 – 1972. Porto: Salesianas, 1973.
- GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes e BOMBANATTO, Vera Ivanise (Orgs.). **Concílio Vaticano II – análise e prospectivas.** São Paulo: Paulinas, 2004.
- HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. **A Igreja, mistério de comunhão e as exigências da evangelização no mundo.** In Teocomunicação 147 (2005) v. 35.
- LAMBERT, Bernard. **A nova imagem da Igreja.** Trad. Nestor Dockhorn. São Paulo: Herder, 1969.

- LIBANIO, João Batista. **Concílio Vaticano II – em busca de uma primeira compreensão**. São Paulo; Loyola, 2005.
- PIÉ-NINOT, Salvador. **Introdução à Eclesiologia**. São Paulo: Loyola, 4ª ed., 2008.
- REYCEND, J. B. **O Sacrosanto e Ecumenico Concílio de Trento**, 1781. Lisboa: Francisco Luiz Ameno.
- SANTOS, M.A. (org). **Concílio Vaticano II – 40 anos de Lumen Gentium**. Porto Alegre, Edipucrs, 2005.
- SCHREINER. J. **Palavra e Mensagem. Introdução Teológica e Crítica aos Problemas do AT**. São Paulo: Paulinas, 1978.
- TRENTIN, G. **Struttura e funzioni della coscienza nella teologia morale**. Credere oggi. ano 2004.
- VANZELLA, José Adalberto. **Protagonismo do leigo na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.
- VAZ, J.C.L. **O louvor a Maria**. Ed. Loyola, 2005.

4- SITES CONSULTADOS

- <http://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo> (Revista Eletrônica Espaço Teológico, vol. 4, nº 6, jun/dez, 2010, pp. 17-28).
- <http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/255/o-Concilio-de-trento>.
- <http://www.universocatolico.com.br/index.php?/Artigos/>.
- <http://ufrb.edu.br/historia.com/index.php/edicao-atual/2-uncategorised/23-Concilio-vaticano-i-1869-1870-centralizacao-do-catolicismo>.

5- TEXTOS RECOMENDADOS

- LOHFINK, Gerhard. **A Igreja que Jesus Queria**. Editora Academia Cristã, 2011.
- BAUER, Johannes B. **História da Igreja Católica**. Ed. Loyola, 2006.
- PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. (Desclée & Cie, Paris, 1978) tradução de Álvaro Cunha; revisão de Luiz João Gaio - São Paulo: Paulus, 1982.